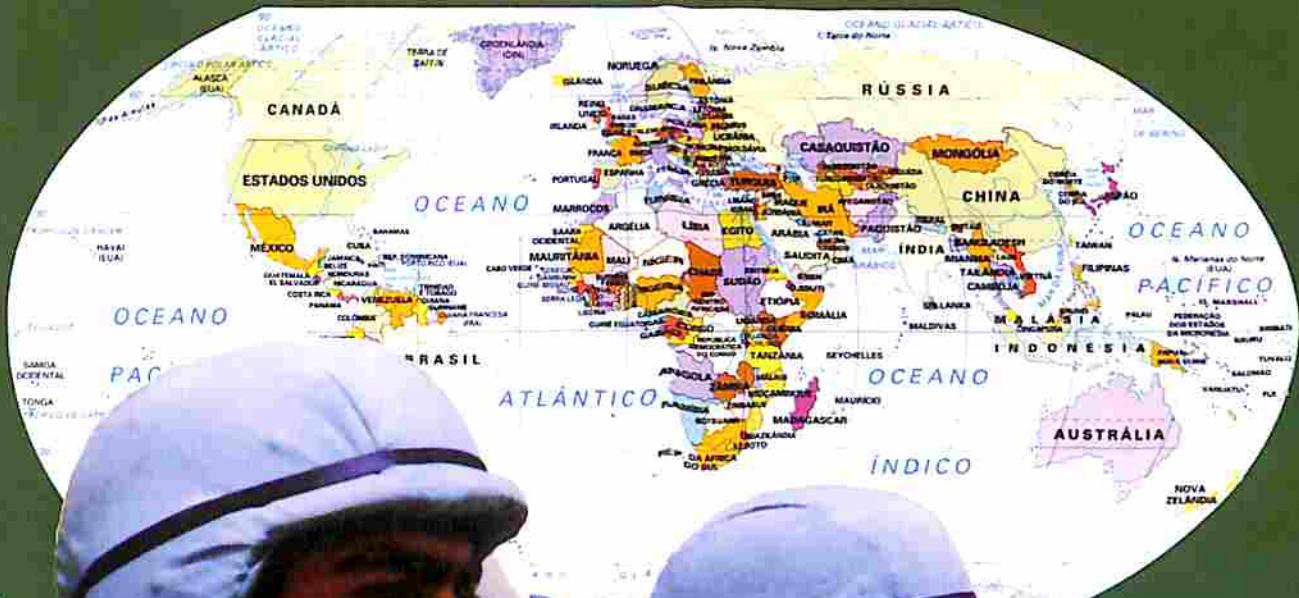




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO CX - Nº 799 – MAI/JUN/JUL/AGO 2004



**O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS
NAÇÕES UNIDAS: Uma visão analítica para
a projeção do poder nacional**
Alexandre da Silva Pinto

**O ARQUIPÉLAGO BRASIL E A MANOBRA
ESTRATÉGICA EM LINHAS INTERIORES**
Leonardo Ramalho Rodrigues Alves

**A EXPEDIÇÃO BRAYNER E A TENTATIVA
DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA
ILHA DE TRINDADE**
Marcus Vinícius Macedo Cysneiros

MINISTÉRIO DA DEFESA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
AQUISIÇÃO

ORIGEM: _____
DATA: 06/03/88
PREÇO: _____
EMPENHOS: 290637/3208574.1



Forças de Paz das Nações Unidas

Construir a paz tem sido mais difícil do que fazer a guerra.

Há alguns meses, seguiram para o Haiti os contingentes das Forças Armadas brasileiras que passaram a integrar as Forças de Paz da ONU naquele país.

O Brasil é um veterano construtor da paz. Muito antes da ONU, os soldados e os diplomatas brasileiros intervieram em muitas partes do continente a fim de restabelecer a paz e, com ela, a liberdade, o progresso e o respeito humano. Nos tempos atuais, tornou-se comum entre nós, soldados, a presença dos "boinas-azuis". No silêncio da caserna, eles são admirados por suas qualidades de equilíbrio, perseverança, disciplina e coragem. Porque nós sabemos os riscos que correram no cumprimento de suas missões, que vão desde tolerar o agravo e a agressão dos envolvidos em um conflito até a retirada das minas terrestres que jazem lançadas muito depois de restabelecida a paz; que vão desde o transitar sob fogo de contendores até a paciente e, muitas vezes, dolorosa ação humanitária junto a esses mesmos contendores. E não se despreze a participação segura dos chefes militares junto aos diplomatas e autoridades locais na costura da reorganização política da área conflagrada.

No embarque para o Haiti, um garoto de cinco anos, na sua inocência, disse: "Papai vai ganhar muito dinheiro!" O tempo passará, e este menino, já adulto, lembrará apenas que o pai foi um construtor da paz e saberá, então, que não há dinheiro que pague isso.

A Defesa Nacional rende homenagem aos veteranos das Forças de Paz de todos os tempos, aos que tiveram a oportunidade e a sorte de poderem trabalhar na difícil construção da paz.

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: UMA VISÃO ANALÍTICA PARA A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL	3
<i>Alexandre da Silva Pinto</i>	
A GLOBALIZAÇÃO: UMA VISÃO MILITAR	11
<i>Sérgio José Pereira, Dennis Jay Dugan (EUA) e Germán Sánchez Arroyo (Espanha)</i>	
O ARQUIPÉLAGO BRASIL E A MANOBRA ESTRATÉGICA EM LINHAS INTERIORES	26
<i>Leonardo Ramalho Rodrigues Alves</i>	
CONTRATO DE CONTINGÊNCIA: UM MODELO PARA A EXPANSÃO DA LOGÍSTICA MILITAR	45
<i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	
A MORTE DO ALMIRANTE YAMAMOTO	51
<i>Carlos Roberto Carvalho Daróz</i>	
A EXPEDIÇÃO BRAYNER E A TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA ILHA DE TRINDADE DE 1783 A 1795	58
<i>Marcus Vinicius Macedo Cysneiros</i>	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T) DE DEFESA – Planejamento de longo, médio ou curto prazo?	65
<i>Hugo Bartolomeu Ferreira</i>	
* PARA MELHOR CONHECIMENTO DA REVOLUÇÃO CONTEMPORÂNEA	70
<i>João Paulo dos Reis Velloso</i>	
REGISTROS HISTÓRICOS: O ideário revolucionário de 31 de Março de 1964	76
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
A teoria do foco guerrilheiro	80
<i>Carlos Ilich Santos Azambuja</i>	
Quarenta anos depois	84
<i>L. P. Macedo Carvalho</i>	
A IMPRENSA PUBLICOU: <i>Estado criminoso e crime organizado</i>	87
<i>Ipojuca Pontes</i>	
Variações sobre a segurança	88
<i>Miguel Reale</i>	
ALCA, oportunidade a ser aproveitada	90
<i>Donna Hrinak</i>	
A geoestratégia do petróleo	91
<i>Rubens Ricupero</i>	
ÍNDICE REMISSIVO DE 2003	93

O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: uma visão analítica para a projeção do poder nacional*

Alexandre da Silva Pinto**

A visão da diplomacia brasileira é de que o Brasil está comprometido com a paz e a democracia. Acredita que, se todos os povos puderem expressar livremente suas idéias e construir seu próprio destino, a democracia sairá fortalecida e continuará a servir ao propósito do desenvolvimento e da justiça social. O Brasil também sabe que o desenvolvimento depende de um ambiente internacional de paz, cooperação e liberdade econômica.

O estadista brasileiro Oswaldo Aranha (1947 apud. LAMPREIA, 1999, p. 345)¹, que presidiu a Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral, em 1947, declarou que:

“Acima de tudo, temos a capacidade de fazer das Nações Unidas a soma total da justiça, da segurança e da paz, ou, pela nossa falta de sabedoria, de permitir que sejam transformadas em mais uma espada a ser empunhada cegamente pela força e o instinto.”

A última década do século e do milênio foi marcada por uma escalada da violência étnico-nacionalista, da proliferação de crises regionais, do terrorismo, dos conflitos de soberania e das rivalidades religiosas.

As aspirações da política externa brasileira de ampliar a participação nos foros decisórios internacionais visam a evitar que a ordem mundial

seja construída em detrimento de interesses nacionais. Por isso, para o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral para a construção de uma ordem internacional mais democrática.

A análise da participação do Brasil nas Operações de Manutenção de Paz (OMP) das Nações Unidas será feita considerando o cenário internacional atual, a legislação brasileira que dá amparo à participação do Brasil nas OMP, os reflexos dessa participação para a política externa brasileira e a sua repercussão interna através da imprensa nacional. Serão apresentadas sugestões de como se poderá alcançar uma maior projeção do Poder Nacional brasileiro com um custo mínimo.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A MANUTENÇÃO DA PAZ

A concretização de uma paz mundial duradoura envolve participação cada vez maior da ONU como gerenciadora do processo, e as operações de manutenção da paz têm sido o seu instrumento mais visível para atuar no campo da segurança internacional. Enquanto os méritos das operações desenvolvidas pela Liga das Nações foram ofuscados pela impotência da organização diante da escalada de conflitos que levou à eclosão da Segunda Guerra Mundial, as missões criadas pela ONU foram se consolidando gradualmente como uma das técnicas de geren-

* Colaboração do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME.

** O autor é Major de Infantaria e de Estado-Maior, servindo no Comando da Bda. Inf. Pqdt.

¹ ARANHA, Oswaldo, “Discurso na Primeira Seção Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas”, 1947.

ciamento de conflitos de maior aceitabilidade internacional para fazer prevalecer a paz, aplicando os meios pacíficos de solução das controvérsias, sobretudo após o fim da Guerra Fria. Pelos serviços meritórios prestados em favor da paz mundial, essas operações foram agraciadas, em 1988, com o Prêmio Nobel da Paz.

No Artigo 4º da Constituição brasileira de 1988, encontram-se os princípios que regem as relações internacionais brasileiras e que são perfeitamente congruentes com o espírito que anima as operações de manutenção da paz, tais como, a promoção da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Ministro das Relações Exteriores, no governo Fernando Henrique Cardoso, Chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 332), revelou que:

“Os discursos no debate geral da Assembléia têm sido sempre aproveitados pela diplomacia brasileira para fazer uma apresentação das suas grandes linhas de política externa – e ocasionalmente de política mundial que o país considera mais relevantes.”

Um dos objetivos da atual política externa brasileira é uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tornando-o mais eficaz, dando-lhe maior legitimidade, através da ampliação do número de membros permanentes, ou seja, aumentando a representatividade da comunidade internacional em sua composição. No discurso de abertura da 52ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1997, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 369) declarou que:

“O Brasil, através do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança, se a isso for chamado pela comuni-

dade internacional. Neste caso, o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe. Queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, através de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude.”

A participação do Brasil nas Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas é um dos principais fatores que têm possibilitado ao Brasil melhorar e ampliar suas credenciais de credibilidade e de autoridade para atuar na comunidade das nações.

No discurso pronunciado pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 336) por ocasião da abertura dos trabalhos da 50ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 25 de setembro de 1995, ele ressaltou:

“Tropas brasileiras participam ativamente de vários esforços de manutenção da paz das Nações Unidas, particularmente em Angola, país que compartilha com o Brasil uma herança comum e que está, finalmente, a ponto de sanar as feridas abertas por anos de lutas intestinas. Estamos orgulhosos também do papel desempenhado por nossas tropas na transição pacífica para um governo democraticamente eleito em Moçambique.”

Nesse contexto de uma maior inserção do Brasil nos processos decisórios internacionais, evidenciada na busca, pela diplomacia brasileira junto às Nações Unidas, da inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, é que a participação do Brasil nas Operações de Manutenção da Paz tem dado suporte aos discursos dos diplomatas brasileiros na ONU e se tornou um dos vetores de projeção do poder nacional do Brasil no cenário internacional.

Este vetor está evidenciado também em outro comentário do Embaixador e ex-ministro Luiz

Felipe Lampreia (1999, p. 360) feito na abertura da 52ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1997:

“Havíamos ingressado no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e no Grupo de Supridores Nucleares, havíamos desempenhado um papel de liderança na negociação do Tratado para a Proscrição Completa dos Testes Nucleares, havíamos anunciado a intenção de aderir finalmente ao TNP, tínhamos tido um bom desempenho na agenda ambiental das Nações Unidas, estávamos em Angola com a maior tropa enviada ao exterior pelo Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, o Presidente liderava grandes progressos internos em matéria de reforma agrária e direitos humanos e mostrava um perfil sereno de atuação e mesmo liderança internacional. Achei que isso nos dava uma certa autoridade para, parecendo-nos necessário, mudar o eixo do discurso na Assembléia Geral do reflexivo-analítico para o exortivo. Foi a experiência que fiz em 1997.”

O Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva já se pronunciou, no cenário internacional, sobre a necessidade de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E o fez novamente após o término da guerra da coalizão EUA- Inglaterra contra o Iraque, além de defender a posição da ONU como responsável pela reconstrução do Iraque, respeitando a integridade e a soberania do país.

Em 2 de abril de 2003, na Grécia, durante um encontro do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, com o Chanceler francês, Dominique de Villepin, o Embaixador brasileiro comentou que

“O tema da reforma da ONU e do Conselho de Segurança certamente se colocará como desdobramento dessa crise. Nossas posições em defesa da paz e do Conselho de Segurança, têm

sido muito claras: achamos que o Conselho de Segurança é a fonte de legitimidade internacional, sobretudo no terreno da paz e da segurança. Mas precisa ser reformado.” (Jornal *O Globo*, 3 de abril de 2003, Especial, p. 3, grifo nosso.)

As OMP multidisciplinares ou de segunda geração que tiveram origem na Nova Guiné (UNTEA), entre 1962 e 1963, e na Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964; predominaram no cenário internacional a partir de 1988. O alcance de suas atividades extrapola as tarefas militares, para participar e influir nas expressões política, econômica, científico-tecnológica e psicossocial da área em que ocorrem.

Dentro deste enfoque, é que a participação do Brasil nas OMP multidisciplinares tem possibilitado ao país incluir nos contingentes designados para as Forças de Paz, além de militares e policiais, civis que tenham experiência em áreas como eleições, direitos humanos, administração pública, gerenciamento econômico, assistência humanitária, e outras atividades.

O Brasil é um dos mais tradicionais participantes das missões de paz das Nações Unidas, o que decorre de sua condição de membro fundador da Organização e de sua vocação para a defesa da paz e para a solução pacífica dos conflitos, cujos princípios estão consagrados na Carta da ONU -Capítulo VI - e na Constituição brasileira (BRASIL, 1999a):

“Art. 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. independência nacional;*
- II. prevalência dos direitos humanos;*
- III. autodeterminação dos povos;*
- IV. não-intervenção;*
- V. igualdade entre os estados;*
- VI. defesa da paz;*
- VII. solução pacífica dos conflitos;*

VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX. cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e
X. concessão de asilo político.”

Durante o processo de reestruturação das Forças Armadas, foram aprovados: a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que trata das modalidades de emprego dos meios militares; o Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a estrutura do Ministério da Defesa e a Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999, que modifica a Constituição de forma a atender à criação do Ministério da Defesa. Essa legislação abordou expressamente a questão da participação de militares brasileiros em operações de paz, porém não elaborou normas específicas sobre o assunto, deixando de examinar a matéria em profundidade e fazendo com que normas adicionais tenham de ser aprovadas para cobrir as deficiências observadas na prática.

Paulo Tarrisse da Fontoura, em seu livro *O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas*, reafirma a limitação da legislação acima citada:

“A Lei nº 2.953, de 17/11/56, continua a ser a única norma no direito interno que regulamenta efetivamente o envio de tropas brasileiras ao exterior em tempo de paz. Tal lei o condiciona à autorização do Congresso Nacional. Não há lei que discipline o envio de observadores militares, policiais e civis (pessoal desarmado) para Operações de Manutenção da Paz.”

A maior parte dos gastos decorrentes do envio de contingentes armados será paga a brasileiros ou empresas no Brasil, ou seja, praticamente não existe uma evasão de recursos da economia brasileira.

As licitações promovidas pela ONU para fornecer bens e serviços às Operações de Manutenção da Paz permitem às empresas brasileiras uma grande oportunidade de investimentos.

Até hoje, a empresa brasileira Norberto Odebrecht foi a única que venceu licitação para prestar apoio às Operações de Manutenção da Paz que, em parceria com a Raytheon Service Company, ganhou concorrência para fornecer apoio logístico à Operação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III).

Fontoura (1999, p. 283) indica que o contrato da Norberto Odebrecht, que se estendeu de junho de 1995 a fevereiro de 1998, “era da ordem de aproximadamente US\$ 40 milhões, mais do que o montante dos reembolsos recebidos pelo Brasil por conta da participação de nossas tropas na ONUMOZ, e na UNAVEM III, que somou, até julho de 1999, cerca de US\$ 36 milhões”.

A excelente iniciativa do Governo Federal, de viabilizar a viagem de jornalistas, em vôos de suprimento das tropas, para visitar o contingente militar brasileiro em Moçambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ) e em Angola (UNAVEM III), possibilitou que a mídia participasse das operações diárias de patrulhamento do contingente brasileiro, assim como manteve contatos com a população civil da região supervisionada pelo Brasil. As reportagens veiculadas pela imprensa sobre a participação brasileira nas OMP das Nações Unidas na África, tiveram uma repercussão muito positiva na opinião pública. O resultado deste esforço foi uma maior interação entre o Itamaraty, as Forças Armadas e a Imprensa.

A Escola Superior de Guerra (1998, p. 54) conceitua a projeção do Poder Nacional como sendo “*O processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, através da manifestação produzida com recursos de todas as expressões do Poder Nacional*”.

O Gen Ex Francisco Roberto de Albuquerque (2003, p. 7), em sua Diretriz Geral Ostensiva do Comandante do Exército, orienta o Estado-Maior do Exército quanto às estratégias prioritárias em situação de paz, no sentido de que

“A Projeção de Poder far-se-á pela participação em missões de paz, sempre que possível e de acordo com o interesse nacional, e em exercícios conjuntos e intercâmbios. A preocupação será de ampliar a confiança mútua no âmbito da América Latina (AL) e confirmar a imagem de um Brasil cooperativo, eficiente e confiável, a fim de contribuir para a manutenção da AL como uma área de paz. Nessa estratégia insere-se a capacitação em pessoal e material para compor uma força expedicionária em âmbito regional ou extracontinental, quando for do interesse do Brasil.”

Para as Forças Armadas, a participação brasileira em OMP, traz muitos benefícios. Permite um melhor adestramento aos seus integrantes, possibilitando aos oficiais e soldados a oportunidade de participar de operações militares de envergadura, além de proporcionar aos militares, a experiência na organização de operações complexas, aumentando assim a capacidade de defesa do país.

“Essa participação, na composição das missões de observação e das forças de paz, pode complementar a formação do pessoal brasileiro na doutrina de defesa nacional (...).” (CARDOSO, 1998, p. 141.)

Para melhor acompanhar a evolução das operações das quais o Brasil participava e defender os interesses nacionais, o Itamaraty e as Forças Armadas empenharam-se, nos últimos anos, em aumentar a presença brasileira em diferentes atividades das OMP, especialmente na ocupação de postos-chave tanto no terreno como no Departamento de Operações das Nações Unidas (DPKO) em Nova York. Para Fontoura (1999, p. 216, grifo nosso) a experiência acumulada pelo Brasil revela que:

“A seleção de militares para cargos de chefia responde a critérios eminentemente políticos, num processo em que interagem, em graus distintos, interesses dos principais países que contribuem

com tropas, do Secretariado, das partes em conflito, dos países vizinhos ao conflito e do país convidado a fazer a cessão do oficial-general.”

Além da oportunidade de o Brasil vir a preencher cargos de chefia nas OMP, o Itamaraty e as Forças Armadas consideraram, em 1993, que a cessão gratuita de oficiais para o DPKO, sem ônus para a ONU, deveria ser explorada para tentar influenciar o planejamento e a execução das diferentes operações das Nações Unidas. O Brasil foi formalmente convidado a integrar o DPKO em 1994.

Os militares cedidos tiveram acesso a informações sobre a montagem de missões de observação e forças de paz e puderam acelerar a tramitação interna dos pedidos de reembolso e de indenizações.

“Em 30-6-98, o Brasil era o quinto maior contribuinte de pessoal cedido gratuitamente com sete militares cedidos, após os EUA (11), a França (10), a Itália (09) e o Reino Unido (8).” (FONTOURA, 1999, p. 219.)

A maioria dos militares cedidos ao DPKO era procedente de países desenvolvidos. Tal fato, que se repetia em outros Departamentos da ONU, estava gerando desequilíbrio na distribuição de cargos e funções nas Nações Unidas, com repercussão negativa para a imagem de universalidade e de imparcialidade da Organização. Tendo em vista esta situação, o Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) decidiu, em 1998, que os militares cedidos servindo no DPKO teriam turnos de serviço encerrados até fins de fevereiro de 1999.

O Gen Ex Francisco Roberto de Albuquerque (2003, p. 12, grifo nosso), em sua Diretriz Geral Ostensiva do Comandante do Exército, orienta o Estado-Maior do Exército quanto ao relacionamento do Exército Brasileiro na área internacional, devendo:

“Atuar para estabelecer e manter representantes do Exército Brasileiro e/ou das Forças Ar-

madas junto aos órgãos da ONU que planejam e supervisionam operações de paz e humanitárias. A preparação para missões de paz deve ser enfatizada, sendo importante a participação de oficiais do Exército Brasileiro em funções de comando e de estado-maior naquelas missões.”

A partir de 1988, com o surgimento das OMP multidisciplinares, as atividades desenvolvidas por uma força de paz incidem sobre as causas do conflito, incorporando além de tarefas militares, outras de cunho civil e humanitário, com repercussão sobre toda a área envolvida. Neste novo modelo de OMP, seus integrantes têm sido chamados a desempenhar tarefas novas e mais complexas, além das tarefas militares que predominavam nas OMP clássicas. As OMP multidisciplinares incluem a supervisão de como é garantido o respeito aos direitos humanos, apoio à implementação de reformas constitucionais, eleitorais e do sistema jurídico, além de auxílio à retomada das atividades econômicas e à reconstrução nacional, incluindo a reparação da infraestrutura física do país anfitrião. Com a participação nas OMP multidisciplinares, o Brasil tem projetado o seu Poder Nacional no cenário internacional através das expressões política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar.

O País tem, portanto, credenciais que o habilitam e até o impelem a participar ativamente do debate sobre o reordenamento do mundo pós-Guerra Fria, o que inclui a questão de paz e segurança mundiais. Essa participação ativa visa a evitar que a ordem mundial seja construída em detrimento dos interesses nacionais. As discussões ocorridas em 1997 e 1998 sobre o uso da força pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou coalizões *ad hoc* sem o necessário respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), os bombardeios da OTAN contra a República Federativa da Iugoslávia (RFI) e, posteriormente, a guerra da coalizão EUA-Inglaterra contra o Iraque em 2003, ao

contrário do Artigo 53 da Carta das Nações Unidas salientam os riscos de que o reordenamento mundial, no campo da paz e segurança, seja desenhado apenas tendo em vista os interesses das grandes potências.

Aos países democráticos como o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral, única base plausível para a construção de uma ordem internacional que não se fundamente na desigualdade e na força. O Brasil deve continuar valorizando as Nações Unidas – organização de maior universalidade e legitimidade no campo da paz e da segurança –, bem como seu principal instrumento de atuação nessa área, as OMP.

O Brasil já deixou claro que assumirá suas responsabilidades como membro permanente do CSNU, caso assim o deseje a comunidade internacional. Nesse sentido, também é natural que o Brasil demonstre interesse pela paz e pela segurança internacionais, competência precípua do Conselho.

A crítica de que a participação em Forças de Paz é onerosa e de que os recursos para financiá-la podem ser empregados no campo social não procede, pois não considera outros aspectos relevantes. Como membro da ONU, o Brasil paga contribuições anuais obrigatórias tanto para o orçamento regular como para o orçamento das operações de manutenção da paz. Esses recursos são repassados para os países que contribuem com pessoal e equipamento. É verdade que os reembolsos da ONU quase sempre serão menores do que as despesas com envio de tropas brasileiras. Porém, a maior parte dos gastos decorrentes do envio de contingentes armados será paga a brasileiros ou empresas no Brasil, ou seja, praticamente não existe uma evasão de recursos da economia brasileira. Além disso, os equipamentos adquiridos serão usados posteriormente pelas próprias Forças Armadas.

Ademais, a possibilidade de participação de empresas brasileiras nas licitações promovidas pela ONU para fornecer bens e serviços às opera-

ções de manutenção da paz poderia ser uma vertente melhor explorada pelo Brasil. Embora não seja um pré-requisito para participar das concorrências promovidas pela ONU, os países que cedem pessoal criam, por meio da interação com o Secretariado, canais de comunicação privilegiados, o que facilita o acesso às informações administrativas relativas ao apoio às OMP.

O exemplo da Norberto Odebrecht, única empresa brasileira que forneceu apoio logístico à uma OMP desenvolvida pela ONU, revela o potencial ainda pouco explorado pelas empresas brasileiras nesse campo.

Conviria, portanto, ao governo brasileiro, à luz de seu interesse estratégico e do momento de ajuste econômico e financeiro pelo qual passa, adotar uma política criteriosa de escolha das missões em que deva participar. A palavra-chave na decisão sobre quando e como participar é a seletividade. A mesma seletividade que se tem exercido até aqui, nos limites da disponibilidade imediata dos recursos. Tomada a decisão de participar seletivamente, poder-se-á, paralelamente, iniciar o processo para obtenção de recursos que viabilizem um leque maior de opções.

A missão do Brasil junto às Nações Unidas poderia buscar junto ao Secretariado da ONU soluções para as questões associadas à prestação de apoio logístico aos contingentes em operação, ao pagamento de indenizações por morte ou invalidez e aos reembolsos devidos por conta da cessão de pessoal e equipamentos; poderia realizar gestões para garantir, na medida do possível, que brasileiros exerçam cargos de chefia nas OMP e emprestar, sempre que possível, o peso do Governo brasileiro aos pleitos das empresas

brasileiras nas concorrências de que participam para fornecer bens e serviços às operações de paz da Organização.

Para as Forças Armadas, a participação brasileira em OMP, oferece a possibilidade de acelerar os processos de modernização material e de profissionalização de seus efetivos e promove a valorização dos militares perante a sociedade, projetando uma imagem positiva das Forças Armadas junto à opinião pública. Porém, a participação das Forças Armadas não substitui o necessário investimento em Defesa Nacional. Não obstante isso e no caso específico do Brasil, onde o nível desse investimento já é insuficiente, caberá explorar a complementaridade entre as duas atividades, em termos de qualificação de pessoal e de domínio de técnicas e procedimentos, e valer-se também dessa participação como alavanca adicional para a obtenção de recursos.

A experiência brasileira habilita o País a continuar contribuindo ativamente com a sua presença nas OMP. O Governo precisa manter uma posição equilibrada que permita ao Brasil continuar participando das OMP à luz das disponibilidades de recursos financeiros, humanos e sempre de acordo com seus interesses nacionais.

Enfim, concluiremos este trabalho com um valioso comentário do diplomata José Sena Cardoso (1998, p. 152) sobre a participação do Brasil nas OMP e as intervenções nos órgãos das Nações Unidas:

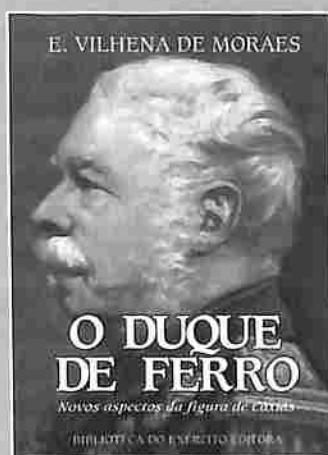
“Será, no entanto, o único [instrumento] capaz de melhor projetar o interesse nacional e de qualificar o País para continuar a interagir, com seu peso e sua identidade, em um sistema internacional que se quer pluralista e democrático.” ☀

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. “Diretriz geral ostensiva do Comandante do Exército (Brasil)”. Brasília, DF, 3 fev., 2003.
- ARANHA, Oswaldo. Discurso na Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas [SL], 1947.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro. NBR 6023: Informação e documentação: referências-elaboração. Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1988, 21 ed., São Paulo, Saraiva, 1999a.
- . Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 109-A, 10 jun., 1999b, Seção 1, p. 1.
- . Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 266, 20 nov., 1956, Seção 1, p. 21954.
- CARDOSO, Afonso José Sena. O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1998.
- “Conselho de Segurança”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 abr., 2003, Especial, p. 3.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1998.
- FONTOURA, Paulo R. C. Tarrise da. *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas*. Brasília, DF, Instituto Rio Branco, 1999.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Nova York, Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.
- . Uma agenda para a paz. Doc. A/47/277-S/24111. Nova York, 1992.
- . Suplemento de uma agenda para a paz. Doc. A/50/60-S/1995/1. Nova York, 1995.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo, 3 ed., Atlas, 2000.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



O Duque de Ferro

Eugênio Vilhena de Moraes

A Biblioteca do Exército Editora reuniu nesta obra duas outras do mesmo autor que retratou a vida e as ações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. É composta por textos escritos em diferentes momentos, guardando, entretanto, sua unidade, a qual é facilitada pela própria temática. Não se trata de uma biografia, mas de episódios da vida de Caxias, corretamente inseridos no conjunto de sua época. Esta obra revela-se uma contribuição positiva para o melhor conhecimento de Caxias.

A globalização: uma visão militar*

Cel Sérgio José Pereira, Ten Cel Dennis Jay Dugan (EUA)
e Maj Germán Sánchez Arroyo (Espanha) **

GLOBALIZAÇÃO

O fenômeno globalização tem sido objeto de estudos cada vez mais intensos em todo o mundo. Pensadores nacionais e estrangeiros o têm analisado sob enfoques distintos, de que resultam, obviamente, avaliações bastante diferenciadas, não raro conflitantes. Uma quase unanimidade, entretanto, é que a globalização não se restringe aos aspectos econômicos, ela é um fenômeno muito mais abrangente, atingindo todas as áreas das atividades humanas.

Sob a ótica econômica, o Dr. Julio Alvarez definiu a globalização como um processo que se inicia no âmbito econômico-financeiro, produzido pela expansão global dos mercados, cujos principais agentes são as empresas transnacionais.¹ Segundo ele, o mercado, como ponto de irradiação do comércio e do dinheiro, tem, por um lado, servido para respaldar o poder do Estado nos países ricos e, por outro, ameaçado a soberania nacional nos países pobres. Em outras palavras, a economia se sobrepõe à política e seus alinhamentos tradicionais.

De uma forma mais completa, a estratégia de segurança nacional norte-americana define globalização como o processo de acelerada integração econômica, tecnológica, cultural e política, que está tornando os cidadãos de todos os

continentes mais próximos, permitindo a troca, quase que instantaneamente, de informações, de idéias, de mercadorias e de serviços.²

Ainda há aqueles que, do ponto de vista político, vêem a globalização como uma antítese da democracia, partindo da premissa que esta pressupõe a diversidade de opiniões, reconhecendo o direito à existência de minorias e de oposição, enquanto aquela induz à uniformização do pensamento e das idéias, neutralizando o contraditório, pois pretende, por si mesma, ser o ideal para o homem e a humanidade.³

Como se percebe, as definições de globalização descrevem o fenômeno de forma parcial, cada uma destacando determinado aspecto, que passa a predominar sobre os demais. O Professor Joseph S. Nye, uma autoridade no assunto, apresentou, no 1º Fórum de Globalização, uma definição abrangente que engloba os diferentes campos da atividade humana, relacionando-os com a evolução tecnológica atual:

"Globalização realmente significa interdependência e é uma situação do mundo que envolve redes de interdependência a distâncias multicontinentais. A revolução da informação evidenciou este ciclo de globalização como mais amplo, veloz, profundo e barato que seus predecessores. Globalização refere-se não apenas à globa-

* Colaboração do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da ECEME.

** Os autores são do Corpo permanente do CEE/ECEME.

¹ Ciclo de Conferências - "Cultura, sociedad y Política ante la globalización" - 08/04/1998 - Panorama de la globalización - Dr. Julio Alvarez.

² A National Security Strategy for New Century - December 1999 - White House - Bill Clinton.

³ Informação obtida no folheto da Escola Superior de Guerra intitulado *Globalização e Soberania*.

lização econômica, mas também à ambiental, social e cultural, bem como à globalização militar.”⁴

Nesse contexto, a globalização caracteriza-se por ser um fenômeno multidisciplinar, não só definido em termos estritamente econômicos, mas que envolve, ainda, outras dimensões igualmente importantes, diferenciadas pela natureza da informação que estiver circulando e pelas atividades desenvolvidas nas extensas redes de interdependência. A visão em separado de cada elemento deve constituir, tão-somente, uma facilitação didática para o estudo de um fenômeno multifacetado e extremamente complexo.

Assim, a globalização econômica envolve fluxos, em longas distâncias, de produtos, serviços, capitais, informações e avaliações sobre os mercados, bem como a organização do processo que une todos esses fluxos. A globalização ambiental trata da preservação do meio ambiente diante de sua contaminação por poluentes, que podem atingir e prejudicar vastas regiões, ignorando, com alarmante freqüência, as fronteiras do país poluidor. Trata, também, da difusão, através de portadores físicos, de agentes químicos e biológicos, tais como doenças, epidemias e materiais genéticos que possam afetar a saúde de grandes grupamentos humanos ou animais. A sociocultural envolve o movimento de informações, idéias, imagens e culturas, levando até mesmo à imitação de práticas sociais alienígenas, com riscos à manutenção da identidade nacional. A dimensão política, ao tratar de idéias e de informações referentes ao poder e ao governo, é capaz de induzir à adoção de modelos institucionais inadequados.

Finalmente, a globalização militar, que se refere aos pensamentos e às formas de atuação militares que ultrapassem os territórios nacionais e alcancem as principais regiões do planeta, tem

reflexos muito importantes nas doutrinas de organização, de preparo e de emprego das Forças Armadas, na concepção das estratégias e nos aspectos espaço-temporais das relações, das redes e das interações militares. Os autores David Held e Anthony McGrew definem globalização militar como um processo que abrange uma extensa e intensa rede de relações militares entre as unidades políticas no sistema internacional.⁵

Portanto, embora identificadas isoladamente, as diferentes dimensões da globalização interagem entre si, conferindo multidimensionalidade ao fenômeno, à medida que o trânsito intenso de informações, idéias, mercadorias, serviços e pessoas, ao possibilitar o atingimento de determinada faceta, cria reflexos que chegarão às demais, gerando novos “produtos”, em um círculo vicioso que a evolução da tecnologia tornará cada vez mais rápido e mais global.

Caracterizado o ambiente onde se situa o objetivo deste trabalho – o estudo da globalização –, apresentaremos sua síntese histórica, prosseguindo com a participação brasileira nesse processo, concluindo com suas consequências para o Exército Brasileiro.

ASPECTOS MILITARES DA HISTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO

As expedições de Alexandre, o Grande, há 2.300 anos, que resultou na formação de um império que se estendeu por três continentes e introduziu no mundo oriental o pensamento da sociedade ocidental, na forma do Helenismo, caracterizou a ação militar como precursora da globalização sociocultural, estabelecendo, portanto, o aspecto multidimensional do processo.

Na Europa, as legiões romanas, enquanto empurravam as fronteiras do Império, levavam

⁴ Informação obtida na Internet no site *Globalization and Information* - <http://www.globalizationforum.org/>

⁵ David Held & Anthony McGrew, David Golbatt & Jonathan Perraton - *Global Transformations* - Editado por Stanford University Press, 1999 - Califórnia.

atrás de si os padrões econômicos, políticos e culturais de Roma que, por sua vez, não hesitava em incorporar aquilo que julgasse proveitoso para ela, citando particularmente a cultura helênica.

A Idade Média interrompeu esse processo na Europa. Os exércitos feudais foram usados tanto para propósitos militares como não-militares, tais como a administração, a imposição da lei e da ordem e a cobrança de taxas. Em contrapartida, nesse mesmo período, no Oriente Médio, a globalização pode ser caracterizada nos avanços dos exércitos muçumanos pelo Norte da África até a Espanha e, a leste, até a Índia, sob pretexto de propagação da fé islâmica.

Outro exemplo ainda seria dado pelo Oriente, já no século XVI, pelos turco-otomanos que, novamente invocando a fé, dominaram o Norte da África, o vale do Nilo, o Oriente Médio, parte da Pérsia, os Balcãs e, além, até Belgrado e Budapeste, levando, além da religião, seu sistema administrativo, seus canhões de sítio, seus conhecimentos científicos e seus códigos de leis, tudo e em tudo superiores, à época, aos europeus.

A própria descoberta do Brasil, em 1500, foi consequência da evolução tecnológica na ciência de navegar e do uso da esquadra como instrumento do expansionismo de Portugal, que nos legou a sua cultura e os seus valores. Mesmo o Exército Brasileiro foi forjado nas lutas contra o invasor holandês que, movido por interesses econômicos, tentava expandir os seus domínios. Aí está o elemento militar, a tecnologia, a política, a economia e a cultura compondo um todo e atravessando o oceano para atingir objetivos estratégicos determinados pelas políticas nacionais de Portugal e da Holanda, com profundos e permanentes reflexos nas novas terras do outro lado do Atlântico.

A partir do século XVIII houve um decréscimo na utilização dos exércitos em atividades não-militares, em razão de uma nova concepção de que a guerra era uma arte e uma ciência com leis muito próprias, devendo sua preparação e

condução ser exercidas por especialistas, os militares. Esse desenvolvimento do profissionalismo militar se tornou mais evidente quando, por volta de 1815, com a idéia de exércitos apolíticos, os militares foram proibidos do exercício de qualquer outra atividade. Eram os primeiros passos para a dedicação exclusiva ao Estado.

Esse conceito de atividade exclusiva, ao se difundir em termos globais, deu origem aos traços comuns peculiares a todos os militares: o respeito à hierarquia, a disciplina, o cumprimento da missão, o patriotismo exacerbado e, mesmo, um código de honra não escrito, ainda que este fosse condicionado, é claro, às características culturais de cada exército.

Portanto, embora como a conhecemos hoje, a globalização seja um fato novo, ela já vem ocorrendo desde a Antigüidade. Se, antes, ela se dava com lentidão, as tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, desenvolvidas a partir do século passado, vêm dando um extraordinário impulso a esse processo, transformando o planeta em uma só unidade, ainda que muito complexa e ainda heterogênea.

Com o advento da Guerra Fria, a confrontação ideológica tornou o mundo bipolar – dois blocos antagônicos alinhando países com afinidades políticas, acordos econômicos esdrúxulos, alianças militares em corrida armamentista e guerras por procura – trazendo mais complexidade e mais interdependência às relações internacionais. Nesse quadro, o Brasil se alinhou com o bloco ocidental, de reação à expansão do comunismo internacional, o que veio consolidar a influência norte-americana em sua doutrina militar, influência que se iniciaria na Segunda Guerra Mundial.

Quando se procura levantar características comuns aos conflitos mais importantes ocorridos a partir da metade do século passado, verifica-se que, em todos eles, houve um vínculo causal de ordem econômica (ainda que disfarçado sob outras razões), a inexistência de um único vencedor formal, um número de vítimas civis mais

elevado que o de militares; a aplicação de uma experiência crescente na guerra de guerrilhas e na contra-insurgência e a presença cada vez mais freqüente, mais intensa e, por vezes, inoportuna da mídia, difundindo, em amplitude global, a violência da guerra.

Em 1990, o Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo, listou os cenários mais favoráveis à eclosão de conflitos:

- países pobres com marcada presença no setor primário;
- países com problemas ambientais vinculados à degradação da terra;
- falta de água e alta densidade populacional; e
- governos de condição “semidemocrática”, dívida externa elevada, redução de renda propiciada pela exportação de matérias-primas e existência de planos de reajustamento do FMI.

As razões de ordem étnica e religiosa – históricas motivadoras de conflitos – juntaram-se outros fatores, tais como a miséria generalizada, a insegurança e o descaso das elites pelas condições sociais da população.

Ao se analisar a influência do processo de globalização no aumento das tensões que levam à guerra, depara-se com dois grupos, defensores de pontos de vista bastante distintos: o daqueles que negam essa influência, alegando uma importância “decrecente” dos territórios e, por extensão, da necessidade de força militar; no lado oposto, o outro grupo opina que uma das consequências da globalização foi uma repressão crescente dentro dos Estados, transformando a maioria dos conflitos internos em guerra civil. Estes últimos alegam que até mesmo Estados, que aparentemente renunciaram a parte de sua soberania, não abriram mão de forças de autodefesa, aproveitando, assim, tanto as vantagens da globalização quanto as da disponibilidade de um instrumento armado.

Este breve retrospecto pretendeu mostrar que impérios se formaram e se expandiram apoiados em forças militares que permitiram o alargamento de seus territórios e a difusão de suas cul-

turas. O poder militar sempre foi empregado como instrumento-chave nas relações político-sociais, tornando-as mais globalizadas.

A GLOBALIZAÇÃO E A ORDEM INTERNACIONAL

A globalização contemporânea reúne formas de sistemas e interconexões entre assuntos militares e de segurança em um volume sem precedentes na história. Exatamente pela intensidade das conexões criadas pela diplomacia militar é que ainda não aconteceu um conflito aberto entre superpotências militares. Estas relações compreendem o comércio e a produção de armamentos, bem como tratados e acordos que regulamentam e institucionalizam os assuntos de segurança no nível mundial.

Tradicionalmente, a segurança tem sido responsabilidade dos Estados soberanos. Esta segurança incluía a proteção dos cidadãos, do território nacional e dos seus recursos. Esta situação existiu desde a Paz de Westfalia, em 1648, onde a soberania total passou a ser atribuição dos Estados. Depois da Segunda Guerra Mundial e do aparecimento de instituições internacionais, principalmente da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu poder de pressão sobre os Estados, uma era nova surgiu neste processo.

Devido à amplitude de certas ameaças qualificadas como globais, a segurança adquiriu nova dimensão. As agressões ao meio ambiente, o aquecimento do planeta, o desenvolvimento de pandemias e os riscos alimentares, entre outros, são considerados como ameaças a serem levadas em conta e deram origem ao conceito de “segurança humana”, explicado no relatório de desenvolvimento humano feito pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 1994. Este conceito opõe-se ao que figura nas teorias de Relações Internacionais e, ao mesmo tempo, afasta-se daquele de “segurança individual”, reivindicado pelos neoliberais e que se fundamenta em “um

individualismo possessivo", ou seja, a extensão da atividade e do poder privado baseado no direito à propriedade e nas oportunidades oferecidas pelo sistema de mercado.

No passado, o emprego do poder militar foi o traço mais característico do processo de globalização. Atualmente, pela complexidade das relações militares entre os Estados, o grau de envolvimento de uma nação na ordem militar global pode ser avaliado pela ordem geopolítica. Esta ordem é ditada pela rivalidade entre potências, pelos conflitos entre Estados, pelas relações de segurança firmadas entre nações, pela dinâmica do comércio e produção mundial de armamentos e, também, pelos regimes e acordos diplomáticos sobre o controle dos arsenais militares.

Com o fim da Guerra Fria e o surgimento do poder mundial unipolar, o foco das lutas pela supremacia transferiu-se do eixo ideológico-militar para o eixo político-econômico. O sucesso da União Européia fortaleceu a tendência de formação de blocos econômicos, o que, aliado ao veloz desenvolvimento da informática e das comunicações, fez com que, no final século XX, o processo de globalização recebesse enorme impulso, estendendo-se a, praticamente, todos os pontos do planeta.

A hegemonia norte-americana ganhou impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando seus objetivos globais foram claramente explicitados. Embora o Congresso e a opinião pública tivessem exercido, neste período, controle sobre as iniciativas do Governo na defesa de seus interesses, muitas vezes provenientes de círculos econômicos e financeiros, houve oportunidades em que o poder militar foi empregado para garantir a evolução do processo globalizante.

A ONU, que tem a missão de garantir a paz mundial, mostrou-se, em várias ocasiões, incapaz de consegui-la. Paralelamente a isso, os EUA adotaram uma postura de contenção do expansionismo soviético e de ampliação de sua influência no mundo. O surgimento de novos conceitos, como "dever de ingerência" e "soberania limitada",

associados ao poder bélico absoluto norte-americano, acabaram fazendo com que nações soberanas passassem a recear intervenções em seus assuntos internos, em nome da defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente, do combate ao tráfico de drogas ou de qualquer outro motivo considerado ameaça à paz internacional.

Os EUA nem sempre se preocuparam em procurar a égide da ONU para empregar a força, embora cientes de que a opinião pública internacional os condenaria pelo desafio às regras do Direito Internacional. Isto aconteceu nas intervenções na Bósnia, em Kosovo, no Afeganistão e no Iraque. Nesses e em outros episódios, ficou evidente para a comunidade internacional que a ONU teria sido mais um instrumento de legalização e imposição da vontade dos países ricos do que um fórum para o debate e solução dos problemas globais. No entanto, deve-se reconhecer que a ONU tem trabalhado no sentido de promover o controle da proliferação das armas de destruição em massa e a pacificação global, haja vista seu posicionamento no recente conflito do Iraque.

Outro aspecto interessante é que as ameaças externas têm adquirido formas não-convencionais. A globalização criou e expôs vulnerabilidades para o que, até pouco tempo, pareceria ficção ou de probabilidade remota ou irrelevante. A tecnologia com potencial de aplicação militar pode estar circulando, sem ser percebida, tanto pelos canais comerciais de televisão como pelos computadores de criminosos. A tecnologia de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa pode ser encontrada na internet. Misseis portáteis podem facilmente ser comprados por terroristas. A melhoria dos sistemas de transporte e de comunicações e a própria globalização econômica têm multiplicado o poder das atividades criminosas representadas pelo crime organizado, pelo terrorismo e pelo tráfico de drogas e de seres humanos. Além disso, têm aumentado as novas ameaças invisíveis, como o crime cibernético e as diferentes formas de guerra biológica.

Nesse quadro internacional conturbado e complexo, o Brasil se insere como uma das maiores economias do mundo, o quinto maior país em extensão territorial e em população. Ocupa cerca da metade da América do Sul, fazendo fronteira com dez países. Abriga a maior bacia de água doce, a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta. Suas riquezas naturais são imensas. A sua agricultura e a sua indústria apresentam bom nível de desenvolvimento, e o País tem sido considerado como um dos melhores destinos para o investidor internacional.

Samuel Huntington⁶ apresenta o sistema internacional como uni-multipolar, constituído de uma superpotência e várias potências de expressão regional que se destacam em determinadas áreas do mundo, sem condições de estender seus interesses e capacidades de forma tão ampla quanto os EUA. Dentre essas potências regionais, Huntington aponta na América Latina o Brasil.

Visão semelhante teve Paul Kennedy ao propor uma nova estratégia para a política norte-americana em relação aos países em desenvolvimento, baseada no engajamento seletivo.⁷ Nessa estratégia, Kennedy considera alguns países importantes em seu contexto regional como futuras potências do século XXI. Ele analisa nove países e o Brasil é considerado merecedor de atenção especial em qualquer agenda internacional. Recentemente o Council on Foreign Relations⁸ enviou relatório ao presidente George Bush sugerindo tratamento diferenciado para o Brasil.

O fato de importantes estrategistas e estudiosos reconhecerem o Brasil como ator relevante no cenário internacional, implica uma participação mais ativa do país. Assim, o Brasil deve ter consciência de sua estatura político-estratégica no concerto regional e mundial para desempenhar um papel

ativo (e não reativo!) no processo de globalização, sem se esquecer de seu poder militar, considerando a multidimensionalidade do fenômeno.

O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO

Nenhum país deve temer ser dominado política, econômica ou culturalmente por intermédio do processo de globalização, por mais ambicioso e poderoso que este aparente ser. Para se resguardar, deve manter a formulação e a execução de sua política externa afastadas da influência de interesses econômicos de qualquer país ou grupo de países, buscando orientar a concepção econômica aos objetivos nacionais. O Brasil já deu um impulso nessa direção com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a assinatura do Acordo-Quadro com a União Européia e a participação em todas as etapas da discussão para a construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Mas há um aspecto importante na continuação da política descrita: manter a negociação. Como dizia o presidente norte-americano Kennedy: "Nunca se deve negociar por medo, mas também nunca se deve ter medo de negociar."

No início do século passado, o Barão de Rio Branco apoiou o fortalecimento das Forças Armadas, bem como a unidade de ponto de vista e de ação de civis e militares em favor da segurança nacional, pois considerava estes aspectos fundamentais para que o Brasil pudesse desempenhar papel relevante na comunidade das nações.

A atual Política de Defesa Nacional brasileira, coerente com os preceitos constitucionais, estabelece objetivos para a área externa: consecução e manutenção dos interesses brasileiros no exterior; projeção do Brasil no concerto das na-

⁶ HUNTINGTON, Samuel. - Artigo "A superpotência solitária" - publicado na *Revista Política Externa* - v. 8 - n. 4 - Mar/Abr/ Mai 2000.

⁷ CHASE, Robert; HILL, Emily, KENNEDY, Paul. *The Pivotal States - A New Framework for U.S. Policy in the Developing Country*.

⁸ Organização não-governamental norte-americana voltada para estudos estratégicos.

ções; maior participação no processo decisório internacional; e contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. O documento ressalta, como premissas básicas, a busca do estreitamento das relações com países vizinhos, a rejeição de guerra de conquista e a busca da solução pacífica para as controvérsias. Finalmente, para dar dinamismo à implementação da política, detalha, por intermédio de diretrizes, as ações a serem realizadas.

Para caracterizar o grau de envolvimento do Brasil no atual processo globalizante, como Estado-Nação inserido no sistema internacional, pode-se destacar como indicadores da sua participação militar: a atuação político-militar no exterior, a indústria de material bélico, a preparação das Forças Armadas e a participação do País em acordos e regimes de controle de armamento. Assim, vejamos cada um deles:

Atuação político-militar no exterior

A atuação político-militar do Brasil no exterior pode ser caracterizada pela participação do país em tratados e acordos de segurança (multilaterais e bilaterais) em atividades de manutenção da paz e pelo desdobramento de Forças em território estrangeiro.

O Brasil não participa de alianças militares permanentes, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entretanto, o fato de ser membro da ONU lhe confere condição de participar ativamente do maior sistema de segurança coletiva do mundo, de acordo com os artigos I (agir contra países agressores) e VII (restaurar a paz) da Carta da Organização.

No âmbito regional, o Brasil integra a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que propõem a cooperação na manutenção da segurança coletiva hemisférica, na paz continental, no melhor relacionamento e na maior compreensão entre os países, contribuindo para

os desenvolvimentos socioeconômico e cultural. Tem participação ativa, ainda, na Conferência dos Exércitos Americanos e em intercâmbios bilaterais com outros exércitos americanos, englobando os mais diversificados campos, como Ciência e Tecnologia, Medicina, Assuntos Civis, Logística, Ensino, Pessoal e Operações.

No plano político-estratégico, o Brasil estabeleceu mecanismos bilaterais de defesa com a Argentina, Bolívia e Chile e tentará criar mecanismos equivalentes com Paraguai e Uruguai e, em uma terceira etapa, com os demais países da América do Sul. O objetivo dessa iniciativa é buscar referências comuns e viabilizar a consideração conjunta de temas político-estratégicos. A idéia central é promover o reforço do diálogo no nível de concepção de política de defesa, facilitando o encaminhamento de outros problemas e afastando a possibilidade de conflito no continente, sem, no entanto, formalizar alianças militares ou mesmo criar um sistema de segurança coletiva para a região.

Quanto às missões de paz, o Brasil teve sua primeira participação em 1933-34, quando enviou um oficial da Marinha para compor a Comissão da Liga das Nações que administrou a região litigiosa de Letícia, durante o processo de retorno da região à soberania colombiana.

Desde 1957, sob a égide da ONU, o país participou de 23 operações de manutenção da paz e de duas missões civis. Dentre essas operações destacam-se, por terem contado com a participação de tropa, a Força de Emergência das Nações Unidas - UNEF I (1957-67) no Egito, a UNAVEM III (1995-97) em Angola, a ONUMOZ (1993-94) em Moçambique e, atualmente, a UNTAT no Timor Leste. Nas outras operações participaram somente pequenos grupos de especialistas ou de oficiais.

No âmbito da OEA, o Brasil marcou presença, em 1965-66, com o Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FIP), que teve a missão de restaurar a normalidade na República Dominicana. Além disso, coube a uma comissão,

composta pelos embaixadores do Brasil, El Salvador e Estados Unidos, naquele país, a orientação política da FIP e a elaboração de um acordo entre as partes. Recentemente, participou, como coordenador geral, da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), integrada por Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, que supervisionou o cessar-fogo e a implementação do acordo de paz entre os dois países.

No que se refere ao desdobramento de forças no exterior, o Brasil não mantém tropas estacionadas fora do país e não aceita, a não ser para fins de adestramento, a atuação de força estrangeira no interior de suas fronteiras que possa caracterizar, de alguma forma, intervenção consentida no seu território. Assim, a participação militar na política externa brasileira faz-se por intermédio dos adidos militares, presentes nas embaixadas brasileiras em vários países.

A Constituição, a Política de Defesa Nacional, a postura atual de não participar de alianças formais e a participação brasileira em operações de paz evidenciam o comprometimento do País com a solução pacífica de conflitos. Os mecanismos bilaterais estabelecidos com seus vizinhos e amigos fortalecem a confiança mútua e permitem o tratamento de assuntos específicos com cada país, racionalizando recursos e respeitando posicionamentos individuais. A não-mantenção de força estacionada no exterior reforça o respeito brasileiro pelo princípio da não-intervenção. Assim, o Brasil, pela sua localização geográfica no continente e pela postura política adotada, pode ser considerado um articulador natural para promover a estabilidade e a cooperação regional na América do Sul, sem levantar desconfiança de pretensão hegemônica.

Indústria de Material Bélico

A dinâmica da indústria de material bélico se apóia no comércio de sistemas de armas e na difusão de tecnologia militar. Modernas tecno-

logias, que estão revolucionando a vida cotidiana, estão transformando, também, a logística de guerra e o moderno campo de batalha, como demonstrado na Guerra do Golfo, em 1991, no Afeganistão, em 2002, e no Iraque, recentemente.

Grande parte das novas tecnologias é de uso dual – civil e militar –, sendo que muitas são essenciais para o funcionamento de sofisticados sistemas militares. Com os avanços tecnológicos, muitas indústrias de Defesa mudaram seu perfil, fabricando produtos civis e militares simultaneamente, utilizando tecnologia dual. Dessa forma, houve uma desconcentração do poder tecnológico militar no mundo, pois quem detém tecnologias de eletrônica, de metalurgia fina, de semicondutores e outras tem capacidade de participar do mercado mundial de material de Defesa, sem que precise manter uma linha de produção voltada exclusivamente para fins bélicos.

Com o final da Guerra Fria, houve grande retração do mercado mundial de material de defesa, particularmente devido à redução de verbas e de efetivos das Forças Armadas. Além disso, o desaparecimento da ameaça ao Bloco Ocidental, aliado à recessão mundial no início da década de 1990, gerou excedentes de material de defesa, aumentando a oferta no mercado, o que obrigou os produtores a competirem por novos clientes. Essa estratégia político-comercial foi empregada por alguns governos para manter sua base industrial de defesa. Atualmente, existe uma crescente tendência de privatização da indústria de defesa e de comercialização de seus produtos em todos os países, acirrando a competição nas exportações. Além disso, com o declínio dos orçamentos de defesa, a transnacionalização surgiu como uma alternativa viável para manter a capacidade nacional da indústria de defesa, representando para muitas empresas do setor uma estratégia de sobrevivência de longo prazo.

O Brasil possui algumas dezenas de empresas privadas e estatais que trabalham com material de defesa. Dentre as de maior destaque estão a

EMBRAER, a AVIBRAS, a MECTRON, a IMBEL e a ENGEPRON.

A EMBRAER, por exemplo, é um modelo de empresa moderna e bem-sucedida no mercado de defesa. Seus produtos estão presentes em 15 forças aéreas ao redor do mundo, possui aproximadamente 150 clientes em 40 países e mantém equipes de apoio baseadas em vários países, dentre os quais estão Austrália, EUA e França.

Em termos de produção de material militar, a empresa possui licença de produção do F-5, desenvolve projeto conjunto do AMX com as empresas italianas ALENIA e AIRMACHI, e um dos seus principais produtos, o EMB 145 AEW/C, serve de plataforma para antenas ERICSON nas aeronaves militares de vigilância aérea.

A AVIBRAS, produtora do sistema de foguetes Astros, chegou a ser a maior exportadora brasileira de manufaturados na década de 1980. Recentemente, fechou um contrato internacional que deu novo alento à empresa. Atualmente, a AVIBRAS tem conseguido novos clientes no mercado mundial, graças às representações que mantém no exterior.

O Brasil, graças à infra-estrutura industrial já instalada, tem capacidade de implantar importante indústria de defesa, que seria constituída por empresas estatais e privadas. Deve-se destacar que, em passado recente, em países desenvolvidos, os investimentos em projetos militares subsidiavam o desenvolvimento de muitas tecnologias de ponta que foram empregadas pela indústria civil por ser de aplicação dual. Atualmente, há uma tendência inversa. As Forças Armadas estão buscando nas inovações civis aplicações para as atividades militares. Portanto, é necessário ter em mente que medidas que visam a atender aspectos ligados à globalização econômica, política e social não podem desconsiderar os seus reflexos na indústria de defesa. Assim, ao manter relações e estabelecer acordos de cooperação militar com outros países, é importante que as consequências para as Forças Armadas sejam definidas cuidadosamente e, também, para a indústria nacional de material de emprego militar.

As Forças Armadas

As Forças Armadas foram o principal instrumento empregado pela política para promover a globalização, quer pela conquista e colonização de novos territórios, quer pela expansão de impérios. Os avanços tecnológicos aumentaram gradativamente a capacidade de projeção de poder das forças militares. Um bom exemplo está no aumento do alcance dos mísseis balísticos e da sua capacidade de transporte, fazendo com que o emprego de armas de destruição em massa se tornasse possível a distâncias intercontinentais.

O Brasil, conforme destaca sua Política de Defesa Nacional, adota postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, associada ao emprego da ação diplomática como primeiro instrumento de resolução de conflitos, sem abrir mão de uma estrutura militar capaz de dissuadir potenciais agressores. Para um país com dimensões continentais, com fronteiras terrestres com dez países sul-americanos e possuidor de uma costa de aproximadamente 7.500km, manter sistemas de pronta resposta eficientes e ter capacidade de projetar o seu poder são requisitos mínimos para garantir a defesa do seu território, neutralizar ingerências externas e consolidar a liderança geopolítica regional.

Em termos de projeção de poder, a aquisição do porta-aviões *São Paulo* e de caças A4 foi fator importante na melhoria da capacidade da Marinha do Brasil de defender interesses brasileiros e, se necessário, fazer frente a ameaças à nossa soberania. Igualmente importante foi a aquisição de dez aeronaves C-130 pela Força Aérea Brasileira, além de seu firme propósito de renovação do potencial da aviação de caça que, se concretizada, representará grande melhoria na capacidade de defesa aeroespacial.

No que se refere à exploração do espaço e dos meios de comunicações, o Brasil faz o levantamento de recursos naturais por meio de satélites nacionais, bem como desenvolve projeto con-

junto com a China (satélite sino-brasileiro). Por outro lado, utiliza em unidades militares equipamentos como o *Global Position System* (GPS), de tecnologia estrangeira, e privatizou o setor das comunicações, entregando a exploração do sistema a empresas transnacionais. Ainda na área de exploração do espaço, o Brasil firmou acordos com os governos dos EUA e da Ucrânia para a utilização da Base de Alcântara para lançamento de satélites, acordos estes ainda em discussão no Congresso Nacional. Embora esses acordos possam representar a oportunidade de transferência de recursos financeiros para o Brasil, existem cláusulas extremamente restritivas, particularmente no acordo com os EUA, que encontram forte rejeição.

Outro instrumento empregado no escopo da homogeneização militar é o treinamento e a educação militar que, além de promover o intercâmbio de doutrinas, melhoram a interoperacionalidade entre as Forças Armadas, difundem idéias e posicionamentos a respeito de questões de segurança internacional e, muitas vezes, têm efeito dissuasório satisfatório.

O Brasil enviou seus primeiros oficiais ao exterior entre 1904 e 1914, para estagiarem no Exército alemão. Posteriormente, a Missão Militar Francesa instalou-se no Brasil de 1920 a 1940, trazendo aspectos novos da arte militar para o País. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como aliado dos EUA, iniciou-se o período de influência norte-americana na doutrina brasileira, tendência que perdurou até meados da década de 1970, quando o País passou a desenvolver sua própria doutrina e a adotar uma postura independente.

A criação do Centro para Estudos Hemisféricos de Defesa (CHDS),⁹ a transformação da Escola das Américas em Instituto de Cooperação e o processo evolutivo da Conferência dos Estados Americanos (CEA), criada na década de

1960, estão enquadrados no contexto de um outro instrumento da globalização, bem como as reuniões de ministros de Defesa do continente. O primeiro desses encontros, em 1995, em Williamsburg, EUA, estabeleceu princípios que, no Brasil, se refletiram na formulação da primeira Política de Defesa Nacional e, posteriormente, na implantação do Ministério da Defesa.

Na área do ensino e treinamento militar, o Brasil envia anualmente vários oficiais e sargentos para realizarem cursos em países europeus, americanos, africanos e asiáticos, acolhendo, em reciprocidade, oficiais dessas nações em suas escolas militares brasileiras. Além disso, fornece instrutores e oficiais de ligação para a Argentina, Chile, El Salvador, Equador, EUA, Guatemala, Honduras e Paraguai. A partir do ano 2000, recebeu oficiais instrutores da Argentina, Chile, Espanha e EUA para integrarem o corpo docente da Escola de Comando e Estado-Maior. Essa prática de troca de alunos e instrutores permite interessante intercâmbio de conhecimentos, dentro do processo de globalização.

No que se refere ao treinamento militar globalizado, merece destaque a realização de exercícios conjuntos multinacionais, como, por exemplo, a Operação Cruzeiro do Sul¹⁰ e a Operação Cabañas, das quais o Exército participa, e aqueles realizados pela Aeronáutica e pela Marinha do Brasil, bem como os contatos em reuniões bilaterais, intercâmbios doutrinários e intercâmbios de especialistas.

A pesquisa e o desenvolvimento na área militar são aspectos importantes a ser considerados na globalização, pois podem proporcionar o acesso a tecnologias de ponta, por intermédio do desenvolvimento de projetos conjuntos com outras nações, a exemplo do que aconteceu com a aeronave de combate AMX. Entretanto, os gastos das Forças Armadas nesse setor têm sido insuficientes para atender aos principais projetos

⁹ CHDS - abreviatura em inglês de *Center for Hemispheric Defense Studies*.

¹⁰ Operação de treinamento de forças de paz da qual participam Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

em desenvolvimento. Visando a impulsionar o setor, em março de 2001, o Ministério da Defesa publicou sua Política de Ciência e Tecnologia com a finalidade de orientar o desenvolvimento dos Sistemas de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas. Assim, espera-se aproveitar o conhecimento obtido em prol de interesses comuns nas áreas de pesquisa, desenvolvimento, capacitação tecnológica e fomento industrial, contribuindo para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional. Essa medida não só abre caminho para o trabalho conjunto das Forças Singulares como busca envolver o segmento civil, particularmente as universidades, no processo. Assim, espera-se que o universo de pesquisadores na área de defesa aumente sensivelmente e, consequentemente, o intercâmbio internacional possa ser realizado com maior intensidade.

A participação das Forças Armadas em atividades no exterior projeta o País no concerto das nações, evidenciando o seu posicionamento político e de cooperação com a paz mundial. Por intermédio do intercâmbio profissional-militar, pode-se influenciar o estabelecimento de políticas de outras nações, assimilar novas doutrinas, atuar em apoio à diplomacia e divulgar a doutrina militar nacional. Além disso, com os treinamentos conjuntos e a troca de instrutores e instruendos, pode-se melhorar a interoperacionalidade entre as Forças Armadas de países amigos, para a eventualidade de um emprego multinacional no futuro. Por outro lado, ao buscar-se conhecimento no exterior, deve-se ter discernimento para avaliar o que pode ou não ser aplicado no País. Isto é particularmente válido para os civis que freqüentam os cursos do CHDS e do novo Instituto de Cooperação criados nos EUA para preparar civis em assuntos de defesa.

Acordos de Controle de Armas

A questão do controle de armamento tomou grande impulso após a Segunda Guerra Mundial,

com o surgimento de um grande número de organismos e acordos direcionados para o estabelecimento de controles multilaterais contra a proliferação de armas de destruição em massa e de armas convencionais. No âmbito da ONU, devido à ação da Conferência de Desarmamento sediada em Genebra, o controle de armas é tema prioritário na agenda de segurança mundial. Em virtude disso, existem nos Ministérios das Relações Exteriores dos principais países seções de desarmamento empenhadas em que tal assunto esteja sempre na pauta do processo diplomático.

O Brasil, coerentemente com sua política de defesa, participa de uma série de instrumentos e organismos internacionais voltados para o desarmamento e a não-proliferação de armas, no nível internacional e regional.

No âmbito mundial, o Brasil aderiu, entre outros, às convenções e acordos de restrição às armas QBN, ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG), ao Regime Padronizado sobre Gastos Militares, ao Registro de Armas Convencionais da ONU, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e à Convenção para a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e para a sua Destrução (Convenção de Ottawa).

No âmbito regional, merecem destaque a adesão brasileira ao Tratado de Tlatelolco (Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe), à Convenção Interamericana sobre Transparéncia nas Aquisições de Armas Convencionais e à Agência Brasileira-Argentina para a Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Embora a estratégia brasileira vise a uma maior participação no processo decisório internacional e o acesso a tecnologias avançadas, cada acordo deve ser analisado isoladamente, avaliando-se seus reflexos para a Nação em todos os campos do poder. A adesão do Brasil aos termos da Convenção de Ottawa, por exemplo, deu-se à re-

velia de interesses específicos da Força Terrestre, pois implicará modificações importantes na doutrina das operações defensivas. No caso da adesão ao MTCR e ao TNP, embora permita o acesso a tecnologias avançadas, impõe restrições extremamente rigorosas. A comunidade internacional não mostra coerência entre o que prega e o que pratica. Os EUA, por exemplo, ao mesmo tempo em que incentivam e pressionam os outros países para aderirem aos acordos supramencionados, trabalham no desenvolvimento de armas nucleares de baixa potência para serem empregadas contra supostos alvos subterrâneos no Iraque; não assinaram a Convenção de Ottawa e, ainda, anunciam o início do projeto de defesa antimísseis, mostrando total indiferença a uma possível nova corrida armamentista mundial.

Em síntese, a participação em mecanismos internacionais de controle de armamento, convencional ou de destruição em massa, impõe ao País uma série de normas e restrições globais, criando uma rede de interdependência que deve ser acompanhada com atenção pelo Exército, em razão dos reflexos que trazem para sua doutrina, particularmente no que se refere à adoção e ao emprego de novos equipamentos de combate. Portanto, é da maior importância que fiquem bem definidos os interesses nacionais e os interesses internacionais em relação ao Brasil. Assim, embora seja preciso manter coerência com a política externa, não se pode firmar acordos e aceitar pressões que impliquem redução da sua capacidade dissuasória, na possibilidade de interferência na sua soberania ou em prejuízo de qualquer espécie para a Nação.

UMA VISÃO MILITAR DA GLOBALIZAÇÃO

Inicialmente, o processo de globalização foi impulsionado pela dimensão militar, pelos exércitos; os impérios se expandiram e novos continentes foram colonizados. Hoje, os avanços tecnológicos que promovem a evolução das

comunicações, dos transportes e da economia constituem o motor propulsor da globalização.

Como no passado, o processo globalizante não se deterá. Adaptar-se à novas tecnologias, tornando-se cada vez mais veloz e complexo. Por exemplo, logo após a conclusão deste artigo, um novo pensamento já poderá ter surgido no mundo atual, sendo tais idéias agregadas ao conceito do processo de globalização considerado neste trabalho.

No entanto, o Estado tem sido, sempre, parte do processo. Assim, é preciso preparar-se para participar ativamente da globalização, considerando todas as suas vertentes de modo integrado. Isso significa que as futuras consequências das medidas adotadas para a inserção do país na globalização devem ser avaliadas em função de todos os fatores que envolvam o processo. Nesse contexto, o segmento militar não pode permanecer esquecido ou ser tratado como elemento dissociado do processo global.

Os assuntos de segurança e de defesa assumirão uma importância cada vez maior, com um reflexo claro na elevação dos orçamentos, inclusive da expressão militar, para a modernização e a transformação necessárias. Embora pareça um paradoxo, os aspectos relacionados com a defesa representam, hoje, um modo de regular o capitalismo mais efetivo do que durante todo o período da Guerra Fria. Na realidade, trata-se de uma idéia que emergiu no início da década de 1990 e que aborda os "Dividendos da Paz", como uma consequência direta da queda da União Soviética.

A suspensão de uma parte significativa da dívida ou a concessão de créditos pelo FMI para certos países que participam da coalizão antiterrorista e a declaração de guerra contra as finanças do terrorismo, claramente unido aos circuitos de finanças do crime organizado, são indicadores do aspecto previamente indicado.

Durante a Guerra Fria, o conceito de Defesa não foi mais do que uma pequena parte da políti-

ca. Após o desmoronamento da União Soviética, este conceito, pelo menos nos Estados Unidos, foi estendido à Defesa da Globalização, colocando este país numa posição bastante afastada da auto-suficiência que mostrara depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

Diante do processo de globalização cada vez mais veloz e mutante, verifica-se o óbvio da implementação de ações estratégicas preventivas, tão reclamadas pela sociedade brasileira. Porém, para isso, urge o estabelecimento de objetivos estratégicos nacionais a serem alcançados através de estratégias concebidas de modo a lhes atribuir uma perenidade que ultrapasse os períodos constitucionais de governo. Entretanto, caberá ao Governo a enorme responsabilidade de, ao analisar a conjuntura, dedicar-se a práticas governamentais que, sem perder de vista aqueles objetivos finais, estabeleçam metas intermediárias para que sejam atingidos. Cabe ressaltar que, se por um lado o uso de recurso sem estratégia é um desperdício, por outro, estratégia sem política é inútil. Mas a quem cabe estabelecer a política nacional, cujos objetivos deverão ser os alvos finais das políticas de governo?

A cultura militar, nos tempos modernos, pode ser considerada universal. Embora o processo de formação dos exércitos apresente algumas diferenças ao longo do tempo, sua natureza fundamental não mudou desde a Revolução Francesa. Os exércitos têm sido organizações a serviço do Estado, independente da forma deste. São formados por soldados treinados do primeiro ao último dia de suas carreiras.

Surgem algumas perguntas: Existe uma globalização militar? Há interdependência quando os objetivos são diversos e opostos? Como caracterizar essa interdependência em face, por exemplo, da hegemonia militar na unipolaridade atual? Como relacionar dissuasão ofensiva, dissuasão defensiva, estratégia da resistên-

cia e uma estratégia de ação direta calcada numa supremacia de meios?

O fato é que o mundo está cada dia mais globalizado. O segmento militar é parte atuante na projeção político-estratégica do País. O relacionamento dos militares com os civis tem sido marcado por sentimentos que variam da idolatria, como salvadores da nação, ao ódio, quando vistos como opressores e autoritários. Contudo, a relação civil-militar é fundamental; mais do que isso: nos dias atuais, tornou-se imperativa.

A transformação do pensamento se faz necessária para que este se concretize com ações.

O Brasil deseja aumentar sua participação no processo decisório internacional, bem como aumentar o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, com a finalidade de torná-lo mais representativo e evitar a utilização da organização para defesa dos interesses de poucas nações. Para facilitar a consecução de tais objetivos, o segmento militar deve aumentar a sua participação em operações de paz, de forma coerente com o posicionamento do País, obedecendo aos princípios da não-intervenção e do respeito à soberania. Mas para que tal participação venha a consolidar a imagem do Brasil junto à ONU, as Forças Armadas brasileiras precisam estar muito bem preparadas para tais missões. O Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CPAMEB),¹¹ deve orientar seus objetivos não somente para o preparo da tropa, mas também para o estudo das missões de paz no nível estratégico, evitando-se a fragmentação de esforços nessa área. Neste nível, oficiais seriam preparados para trabalhar em estados-maiores de forças multinacionais de manutenção da paz e para assessorar os chefes militares e políticos quanto à oportunidade de participação no processo decisório internacional, empregando poder militar. Além disso, essa é uma forma de, no âmbito da

¹¹ Criado pela Portaria do Comandante do Exército nº 94 de 2 de março de 2001.

comunidade internacional, reafirmar o comprometimento brasileiro com a paz e a segurança mundiais, projetar o poder da Nação, divulgar seus posicionamentos nas questões internacionais e ampliar sua área de influência.

As indústrias de material de defesa têm adotado estratégias comuns às indústrias civis, uma vez que grande parte das tecnologias empregadas é de uso dual. Além disso, o desejo utópico da paz mundial fez proliferar os mecanismos de controle de armamentos, cujos reais propósitos são discutíveis e raramente revelados. Portanto, assuntos aparentemente econômicos, diplomáticos ou políticos não podem ser tratados sem a avaliação do impacto que terão na área de defesa. É importante ressaltar que, diferentemente do passado, agora são as Forças Armadas que buscam a aplicação de tecnologias civis no campo de batalha. Com isso, pode-se afirmar que a defesa nacional tem de estar, obrigatoriamente, vinculada à defesa da economia nacional. Constituir um parque industrial moderno e diversificado, além de diminuir a dependência externa, pode inverter a situação, criando a dependência de outros países e diminuindo a possibilidade de agressões estrangeiras. Assim, as Forças Armadas devem promover contínuo processo de nacionalização de seus equipamentos, começando com simples peças de reposição até chegar ao desenvolvimento de sistemas sofisticados. O Exército pode contribuir com o desenvolvimento da indústria nacional de defesa pela simples adoção de equipamento nacional. Com isso, estará divulgando o material brasileiro, dando credibilidade à sua qualidade e, indiretamente, fazendo o seu marketing para futuros compradores nos mercados internacionais. Pode, ainda, incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos de uso dual em conjunto com universidades, particularmente nas áreas de eletrônica, metalurgia e química fina, que encontram um grande mercado consumidor.

Com as facilidades que a globalização oferece ao fortalecimento dos ilícitos transnacionais,

poderá haver uma tendência mundial de atuação das Forças Armadas contra o terrorismo, o narcotráfico e os crimes cibernéticos, bem como na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Hoje, no combate ao crime organizado, a Força Terrestre fornece apoio logístico, de inteligência e comunicações. Como seria o apoio ao combate ao crime cibernético? E o combate ao terrorismo internacional? Será que estamos preparados para atentados biológicos? O que diz a legislação brasileira sobre a atuação das Forças Armadas contra esses crimes? Questões como essas devem ser estudadas no nível estratégico, para permitir que as Forças Armadas trabalhem na configuração de uma legislação nacional e orientem posicionamentos em conformidade com os interesses da Instituição e coerentes com suas possibilidades.

O interesse que o Brasil desperta na comunidade internacional como mercado promissor, por si só, confere ao País respaldo suficiente para buscar posição compatível com sua estatura política-estratégica. Portanto, é necessário considerar que participar do processo de globalização implica tomar medidas relacionadas com a atuação militar. Para contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para estreitar as relações com os países vizinhos é necessário aumentar a participação militar no exterior, desenvolver uma indústria de defesa competitiva no mercado internacional, equipar e aderir as Forças Armadas para cumprirem suas missões constitucionais e fazer com que participem, ativamente, da discussão de acordos de controle de armamento, antes de sua assinatura.

Participar da atual globalização significa atuar em um processo multidimensional que exige a implementação militar de maneira vantajosa para o País, com definição clara dos interesses nacionais a defender e, consequentemente, das potenciais ameaças a vencer. Assim, ao estabelecer objetivos estratégicos que traduzam os interesses nacionais, deverá, também, formular estratégias que

orientarão o emprego das Forças Armadas, antecipando-se aos antagonismos prováveis. O Brasil, com a sua inegável estatura político-estratégica, não deve adotar uma postura tímida, mas expan-

dir a sua influência aproveitando-se, inclusive, de todas as oportunidades para usar os seus militares na conquista de uma aproximação cada vez maior com todas as nações do globo. ☺

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Revista da Escola Superior de Guerra - Ano XVII - N. 39 - Visita do Ministro da Defesa à ESG - 26 de junho de 2000 (p. 10-11).
- Revista Defesa Nacional - Ano LXXXVI - N. 787 - Mai/Jun/Jul/Ago 2000 - "Variações em torno do tema 'Globalização'" - Manuel Cambeses Junior (p.101).
- Strategic Studies Institute (SSI) - Conference Report (p. 161).
- Revista Defesa Nacional - Ano LXXXII - N. 774 - 4º Trimestre 1996 - "A Conferência dos Exércitos Americanos, sua importância para o Exército Brasileiro" - Cláudio Coscia Moura.
- From Rockets to Religion: Understanding Globalization*, by Ellen L. Frost, Visiting Fellow, Institute for International Economics, co-chair globalization Project, National Defense University - Paper presented to Workshop on Globalization and Europe - The Brookings Institute - 6 de outubro, 2000.
- História do Exército Brasileiro* - V. 1 e 2 - impresso no Serviço Gráfico da Fundação IBGE.
- The Transformation of War* - CREVELD, Martin Van. Nova York, USA: The free Press / A Division of Simon & Schuster Inc, 1991 (p. 38-39).
- Global Transformation* - <http://www.policy.co.uk/global/summary.htm#organized>
- Researching Globalization* - David Held and Anthony McGrew, David Golbatt and Jonathan Perraton - <http://www.policy.co.uk/global/summary.htm#organized>.
- Global Transformations* - David Held & Anthony McGrew, David Golbatt & Jonathan Perraton - publicação original Polity Press, Cambridge in Association with Blackwell Publishers Ltd, Oxford First Published in the USA by Stanford University Press, 1999 - California. (p. 87-89).
- The Pivotal States - A New Framework for U. S. Policy in the Developing Country* - Robert Chase, Emily Hill, Paul Kennedy - W. W. Norton & Company - Nova York - Londres, 1998.
- Modern Strategy* - Colin S.Gray - Oxford University Press, 1999.
- Military Review* - 1º Trimestre de 2001 - "Brasil: Sempre a Exceção à Regra" - LTC Edwin William Passmore, Exército dos EUA.
- Revista Época - "Ajuda da Malásia" - Roberto Lopes - 14 de maio de 2001.
- Editorial: "O Protocolo 505" - Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIDE) - de 31 de outubro de 2000 - Domingos Adherbal Olivieri - disponível em <http://www.abimde.com.br/editorial301000.htm>.
- Editorial: "Utilizaram um Furacão para Eliminar um Incêndio" - Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIDE) - de 29 de dezembro de 2000 - Domingos Adherbal Olivieri - disponível em <http://www.abimde.com.br/editorial.htm>.
- Jornal *O Globo* - 14/02/2001 - "Os Americanos a Bush: não Isola o Brasil" - Elio Gaspari.
- Desarmamento e Não-Proliferação - Ministério da Defesa - EME - 5º Subchefia - SAEI - 2.1.1 - Organismos Internacionais (estágio para militares designados para missões no exterior).
- Portaria N. 188, de 15 de março de 2001 - Política de Defesa para a Área de Ciência e Tecnologia - Seção 1 - P. 6 - Diário Oficial da União, n. 55-E, de 20 de março de 2001.
- Inventário de Organizações e Regimes Internacionais de Não-Proliferação* - Edição de 1995 - compilado por Roland M. Timerbaev - Center for Nonproliferation Studies Monterey Institute of International Studies - Tradução: Antônio Patriota - FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores.
- Folheto do CENTRO de Estudos Hemisféricos de Defesa - Washington DC - EUA.
- "A Superpotência Solitária" - Samuel P. Huntington - *Revista Política Externa* - v. 8 - n. 4 - Mar/Abr/Mai - 2000.
- United States Strengthening Influence on Brazil's Missile Program* - 1ª de março de 2001 - <http://www.stratfor.org>.

O Arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores*

Uma proposta estratégica militar baseada em especulações geopolíticas

Leonardo Ramalho Rodrigues Alves*

RESUMO

Este ensaio analisa a visão estratégica militar vigente, aponta seus equívocos e a razão de ainda prevalecerem, apesar das atuais aspirações e necessidades do País, e termina propondo uma nova estratégia militar fundamentada no que o autor chamou de especulações geopolíticas.

PALAVRAS-CHAVE

Estratégia, geopolítica, política de defesa, comandos combinados

"Alguns nascem grandes; alguns realizam grandezas; porém, alguns possuem um impulso de grandeza a conduzi-los."

Shakespeare¹

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Segundo Huntington², as questões operacionais imediatas de política militar normalmente envolvem aspectos quantitativos, qualitativos e dinâmicos sobre a utilização das Forças Armadas. Entre essas questões destacam-se o desdobramento ou a articulação da força militar e a concepção de emprego, pontos focais desse ensaio.

A atual articulação estratégica da Força Terrestre brasileira responde a atavismos históricos, identificados, grosso modo, no atendimento às demandas de segurança na fronteira, em particular às do Cone Sul, e à presença junto aos centros de poder político. Dessa maneira, entende-se como verdadeira a afirmação de Francisco Laguna San-

quirico³ ao dizer que "a orientação político-estratégica é a base da organização dos exércitos".

No caso brasileiro, essa orientação foi consubstanciada recentemente na Política de Defesa Nacional (PDN)⁴, que aponta as Forças Armadas como instrumento predominantemente voltado para as ameaças externas, onde, sobejamente, aparecem os qualificativos internacional, global e externo, o que reflete uma profunda mudança conceitual, completamente distante da realidade das Forças Armadas.

De modo geral, a concepção estratégica militar brasileira é eminentemente terrestre e defensiva, pois se inclina a privilegiar os impulsos da continentalidade, embora reconheça-se que a inserção econômica e o relacionamento com a comunidade internacional são influenciados sobremodo pela maritimidade. Os fatos geográficos e históricos, que corroboram essa asserção geral, serão particularizados.

* Colaboração da ECEME.

** Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

Estes elementos – territorialismo, defensivismo e prioridade para as demandas internas de segurança – são recorrentes e consagrados nas formulações estratégicas, contudo, podem ser relativizados em face de uma leitura heterodoxa, de natureza geopolítica, do problema militar brasileiro.

Cabe o registro de que as noções geográficas, adotadas neste ensaio, foram inspiradas em *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*, um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil⁵, bem como na leitura de *Formação do Brasil Contemporâneo*⁶. Em relação às interpretações geopolíticas, foram adotadas as esposadas por Meira Mattos⁷ e, particularmente, na concepção do arquipélago brasileiro de Golbery do Couto e Silva⁸.

A base filosófica que sustenta a argumentação alinhavada é calcada na dialética, sendo que neste particular se afasta incomensuravelmente dos pensamentos de Golbery e Mattos, e por isso mesmo preconiza posturas e atitudes ofensivas, pressupondo o conflito como uma condição objetiva, permanente e intrínseca à natureza humana e, por conseguinte, ao Estado.

É evidente que a concepção se contrapõe à atual posição globalista, na qual se alardeia a decadência das instituições marcadamente nacionais, questionam-se soberanias, e atores não-estatais desconhecem, em sua atuação, as fronteiras dos estados⁹.

Caso o mundo estivesse às vésperas de uma era de prosperidade global, sem compartmentalizações de raças, de religiões ou de ideologias, onde preponderassem a estabilidade e a harmonia, certamente o conteúdo do trabalho seria totalmente infundado. No entanto, as evidências indicam a entrada numa nova era de enfrentamentos, de distanciamento e de prioridades dos interesses nacionais, segundo assinala um articulista na revista *Ejercito de Tierra Espanol*¹⁰.

Destarte, o impulso a que se refere Shakespeare, na citação de pôrtico, é conceitualmente dialético, e poder-se-ia parafrasear o filósofo Heráclito¹¹

e afirmar que, “o conflito é o motor da *realpolitik*: torna as nações ambiciosas grandes e as tímidas e imprudentes, meros coadjuvantes”. O corolário dessa visão é de que o poder constitui-se algo substancialmente assimétrico e que essa inércia somente pode ser alterada com o uso, ou ameaça de uso, da força¹².

Por fim, cabe salientar que a proposta do ensaio é cogitar em uma alternativa de atitude e posicionamento estratégico militar. Sendo um cadinho de idéias, nele emergem concepções dissonantes das proposições da atual Política de Defesa Nacional e do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX); no entanto, não foram produzidas, data venia, com o intento deliberado de confrontar, mas, como consequência lógica do encadeamento das propostas e percepções dos geopolíticos, estrategistas e historiadores citados.

A GEOPOLÍTICA TROPICAL

“A política feita em decorrência das condições geográficas ou estabelecida com base ou fundamento nos fatores geográficos é geopolítica.”

Everardo Backhauser

Breve síntese do pensamento de eminentes geopolíticos

Meira Mattos

O General Meira Mattos é, provavelmente, o mais importante geopolítico brasileiro em atividade. Coleciona em sua biografia a participação na campanha da FEB e na Força Interamericana de Paz, em São Domingos.

Suas concepções estão assinaladas em vários livros e artigos largamente difundidos nos meios militares do Brasil e do exterior. Na sua obra percebe-se subjacente a influência da bipolaridade ideológica de meados do século passado.

Uma das decorrências desta influência é o alinhamento incontínuo com os norte-americanos no cenário mundial, assim como a postura

de guardião regional do modelo político e econômico ianque no subcontinente austral.

No entanto, são reveladoras de sua visão prospectiva as propostas para a adoção de estratégias específicas para a Amazônia, para o Cone Sul e para o Atlântico Sul e, muito significativamente, para a adoção de comandos combinados desde o tempo de paz. Em particular, distingue a necessidade de posturas militares diferenciadas para a Amazônia Oriental e Ocidental.

Sendo um militar da Força Terrestre, o pensamento de Meira Mattos é nitidamente orientado pelo continentalista, o que pode ser facilmente constatado por sua asserção de que a estratégia marítima nacional não pode ter outra pretensão senão defender as águas territoriais, as costas e proteger nossos comboios marítimos mais importantes. Nossa estrutura militar deve responder a estas servidões¹³. Trata-se, sem retoque, da descrição da postura estratégico-operacional marítima do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Therezinha de Castro

A Professora Therezinha permanece como referência respeitável em geopolítica, tanto pela abundância dos trabalhos como pela abrangência de seus estudos, que envolvem assuntos de geografia, geopolítica e estratégia e contemplam espaços terrestres e marítimos adjacentes ao Brasil. Talvez contribua para esta visão mais ampla, sua condição insólita de especialista civil.

Essa percepção assegura-lhe um entendimento mais equilibrado da dicotomia maritimidade “versus” continentalidade. Disso decorre a defesa de tese sobre o direito brasileiro à Antártica e uma maior valorização do Atlântico e de sua margem africana nos delineamentos estratégicos militares.

Por fim, a eminent Professora ressalta uma concepção que estratifica as nações em cinco níveis – ricas, emergentes, perturbadoras, pobres e extratoras. Tal concepção será utilizada freqüentemente ao longo deste ensaio.

Quadro I: Nivelamento das Nações
Geopolítica: Princípios, Meios e Fins. BIBLIEX
Rio de Janeiro. 1999

1º nível	Os chamados “Cinco Grandes” com poder decisório na ONU. Os integrantes do G-8.
2º nível	São a chave do desenvolvimento do novo sistema internacional. Detêm a superioridade intra-regional. São emergentes (economicamente) e perturbadoras (politicamente).
3º nível	São confinadas ao âmbito regional. São emergentes (economicamente) e perturbadoras (politicamente).
4º nível	Mantêm relacionamentos significativos com os vizinhos. São pobres e extratoras.
5º nível	Apenas marginalmente interagem com outros Estados. São pobres e extratoras.

Everardo Backheuser

Everardo Backheuser é, atualmente, muito pouco conhecido nos meios castrenses. Sua obra maior, *A Geopolítica Geral do Brasil*, publicada pela Biblioteca do Exército, em 1952, dificilmente é encontrada nas estantes das escolas militares.

Coube a Backheuser realizar os primeiros estudos sistematizados sobre geopolítica no Brasil. O seu esforço intelectual é direcionado para o estudo dos espaços interiores e das fronteiras, cabendo-lhe, com esse mister, o estudo apurado das obras de Ratzel¹⁴ e Kjellen¹⁵.

Meira Mattos e Octavio Tosta ressaltam, em suas obras, as prováveis influências do pensamento de Backheuser nas gerações de militares que participaram ativamente na vida nacional em meados do século passado.

Golbery do Couto e Silva

É de Golbery a concepção do Arquipélago brasileiro¹⁶ (Fig. 1), amplamente explorada neste

ensaio. Trata-se da visualização do espaço brasileiro como uma série de ilhas e penínsulas. Para ele, tanto quanto para Backheuser e Meira Mattos, a preocupação geopolítica é guarnecer o território.

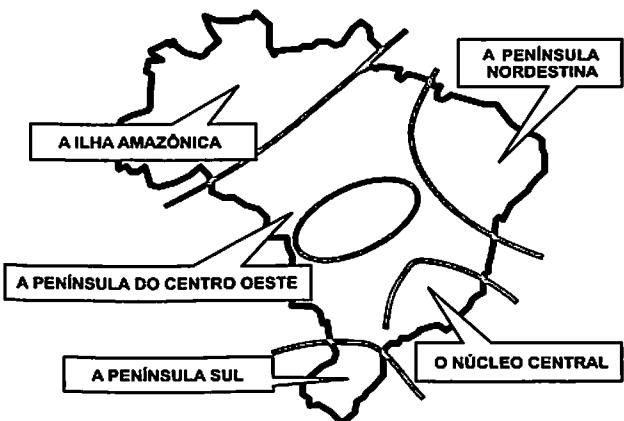


Figura 1 – O Arquipélago brasileiro (segundo Golbery)

Para o campo externo, a atitude preconizada é de cooperação com o poder extracontinental, “a quem (o Brasil) pode oferecer recursos naturais, o porta-aviões do Nordeste e o apoio na preservação continental”.

De todo modo, observa-se o alinhamento de suas idéias com os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro: predomínio da continentalidade sobre a maritimidade, comedimento na projeção extracontinental, bem como preocupação em soldar as partes fragmentadas da ampla base territorial brasileira.

Além do mais, Golbery concebe a área de Mato Grosso-Paraguai-Bolívia como o núcleo da zona de soldadura continental que deveria orbitar na esfera de influência brasileira. Essa idéia é recorrente, pois Mário Travassos¹⁷, outro militar e geopolítico, já havia identificado esse miolo continental como o triângulo mágico (Santa Cruz de La Sierra-Cochabamba-Sucre): o heartland continental.

Por fim, cabe o registro da importância do papel de Golbery como assessor dos governos revolucionários, sendo considerado um dos

maiores articuladores da abertura iniciada pelo Presidente Geisel.

Aspectos relevantes do pensamento geopolítico brasileiro

A proeminência da visão continental, decorrente da marcante e quase exclusiva presença de militares do Exército nas formulações geopolíticas, é um traço predominante no histórico do pensamento brasileiro, caracterizando um certo monismo estratégico.

Isso justifica que os pontos focais dos estudos nesse campo do conhecimento sejam a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica. Só recentemente os trabalhos de Therezinha de Castro ressaltaram a importância geopolítica do Atlântico.

Lamentavelmente, os nossos Mahan¹⁸ e Seversky¹⁹ estão, supostamente, adormecidos, e as formulações sobre poder marítimo e poder aéreo, embora existam, não se evidenciam a ponto de empolgar os círculos castrenses e, principalmente, civis.

Os principais geopolíticos brasileiros consideram, na sua visão continentalista, que o Atlântico é uma área geopolítica neutra, ou seja, não representa um vetor de ameaças imediatas à integridade ou ao patrimônio nacional. A sua defesa é entendida dentro de um contexto hemisférico, onde o papel brasileiro é de mero coadjuvante. Essa visão persiste nas concepções terrestres até os dias atuais.

Concomitantemente, tem-se por verdadeiro que a ausência da intelectualidade civil nas formulações estratégicas, bem como o alheamento dos conhecimentos geopolíticos nas universidades, tornam o assunto uma reserva de mercado de militares e, como tal, é estigmatizado.

Ademais, a questão da liderança nacional é abordada sob uma perspectiva exclusivamente regional, ainda assim exteriorizada de forma discreta. Quanto a isso, analistas fazem referência ao distanciamento entre força armada e diplomacia²⁰ como elemento inibidor da formulação de uma política externa mais ativa e incisiva.

Por fim, a observação do arquipélago brasileiro de formulação golberiana inspira uma profusão de inferências geopolíticas, cabendo destacar neste momento que:

- núcleo central, berço da civilização brasileira, é caudatório do Atlântico e exposto em face das ameaças projetadas pelo oceano;

- a península do centro-oeste (núcleo geopolítico) não corresponde ao núcleo central (núcleo geo-histórico);

- as penínsulas nordeste e sul são expostas e possuem vocação para projeção de poder;

- a península do centro-oeste é uma área geopoliticamente coberta e corresponde a um pivô - orográfico e hidrográfico - geográfico (é parte integrante da área de soldadura continental).

O oceano como vetor de projeção das grandes ameaças à soberania e à integridade

Inúmeros exemplos, alguns aqui registrados, patenteiam o que se pode chamar de a vulnerabilidade Atlântico. Não é à toa que Alberto Torres, figura política de proa em meados do século XX, disse que a principal questão estratégica do Brasil, até aquela época, era somente uma: "lutar para defender ou desalojar incursores no imenso litoral."²¹

Além disso, é sólido o argumento de que o Brasil foi caudatório dos ingleses, inicialmente, e depois dos americanos, nas estratégias militares para o Atlântico Sul. Em resumo: o Brasil nunca teve capacidade militar para projetar-se no oceano, a despeito da consideração de que o nosso colonizador era uma potência marítima. Parece

Quadro II – As áreas do arquipélago e as vocações estratégicas

Área	Posição Relativa	Vocação Ofensiva	Vocação Defensiva
Ilha Amazônica	Exposta	Projeção sobre o Caribe e para as massas continentais sulamericanas.	Contenção de ameaças sobre o ecumeno estatal.
Península Nordestina	Exposta	Projeção sobre o litoral atlântico africano.	Contenção de ameaças sobre o ecumeno estatal.
Núcleo Central	Exposta	Não tem vocação ofensiva.	Área de concentração das reservas navais.
Península Sul	Exposta	Projeção sobre as passagens no extremo meridional do Atlântico Sul e Antártica.	Contenção de ameaças sobre o ecumeno estatal.
Península do Centro-Oeste	Coberta	Não tem vocação ofensiva.	Área de concentração das reservas terrestres e aéreas.

Essas proposições permitem o estabelecimento deste quadro de resumo acima, onde se estabelecem as vocações estratégicas das porções do arquipélago.

AS AMEAÇAS

"Um exército não pode existir quando se elimina de seu horizonte a possibilidade de uma operação."

Ortega e Gasset

que essa impulsão original se atrofiou diante dos desafios impostos pela continentalidade.

Sintomaticamente, a batalha naval de maior significado da História brasileira foi travada em águas interiores e contra um oponente exclusivamente continental. A participação das forças de mar sempre foi subsidiária, atuando, por vezes, no isolamento estratégico e, mormente, como elemento de transporte.

Quadro III – Algumas ações militares envolvendo potências de primeiro nível, no Brasil, após a Independência.²²

Fato histórico	Data	Método estratégico do oponente	Estratégia brasileira
Ações de fuzileiros franceses e ingleses no Rio de Janeiro. Revolta de batalhões mercenários e. (1)	1828	Coerção	x
A França invade o Amapá aproveitando-se da situação de desordem proporcionada pela Cabanagem. (2)	1835	Coerção	Persuasão Diplomática
Ambições territoriais inglesas a partir da Guiana, sob pretexto científico. (3)	1838	Coerção	Persuasão Diplomática
As águas territoriais e alguns portos foram violados, bem como navios apresados pelos ingleses. Conseqüência do Bill Aberdeen. (4)	1845	Coerção	Persuasão Diplomática
A flotilha inglesa intercepta navios mercantes na barra do Rio de Janeiro, em decorrência da Questão Christie. (5)	1865	Coerção	Persuasão Diplomática
Pressão americana pela internacionalização da Amazônia. (6)	1866	Persuasão	Persuasão Diplomática
A questão do Pirara e do Amapá. (7)	1901	Coerção	Persuasão
Ação de submarinos alemães no litoral brasileiro. (8)	1942	Coerção	Coerção Represália

Se assim foi no passado, não há elementos que apontem para a reversão desse entendimento em futuro próximo.

Cabe o encerramento dessas considerações com a lapidar citação, sobre a importância do Atlântico, de um trecho do diplomata Ronaldo Sardenberg²³, em palestra ministrada para diplomados na Escola Superior de Guerra, em 1996, na Cidade de São Paulo:

“Além de uma realidade geográfica, o Atlântico Sul representa uma experiência histórica e cultural, com virtualidades políticas e econômicas. O Atlântico Sul sempre fez parte de nossa história e integrará os cenários de longo prazo que estamos desenhando.

Na ótica estratégica, o Brasil é simultaneamente sul-americano e sul-atlântico, condiciona-

do que é tanto por sua continentalidade quanto pela maritimidade.”

É, sem retoque, a forma adequada de se entender, do ponto de vista estratégico e geopolítico, o Atlântico.

As ameaças no interior continental estimulam as estratégias terrestres

As fronteiras terrestres sempre foram prioritárias para a Estratégia Militar brasileira, embora, concretamente, somente em um período, após 1822, um vizinho tenha rompido o linde terrestre.

Outro foco de atração para a extensa fronteira terrestre foi a existência de áreas de fricção entre os países continentais de origem hispânica. O receio permanente é de que os conflitos por pendências territoriais ou as instabilidades

institucionais nos vizinhos extrapolassem para o território brasileiro.

Um temor hipotético jamais concretizado, pois a vertente dos Andes debruçada sobre o interior continental não corresponde aos ecumémos estatais dos nossos vizinhos, bem como funciona como um anteparo para o transbordamento dos potenciais contenciosos.

Neste ponto da discussão, insere-se um fator fundamental no estabelecimento da proeminência terrestre: a necessidade militar de contenção das forças centrípetas que ameaçaram a unidade nacional, traduzidas nas revoltas internas, predominantemente urbanas e litorâneas.

O quadro de resumo, adiante apresentado, registra, de forma superficial, alguns eventos de perturbação interna pós-independência. O intento é estabelecer uma relação causal genérica entre os acontecimentos assinalados e a presença marcante de concepções terrestres na formulação da estratégia militar brasileira.

Parece verdade irretorquível que as responsabilidades internas assoberbaram as forças mili-

tares brasileiras ao longo da História. Acrescente-se que a vocação militar foi superexcitada, no período pós-Segunda Guerra Mundial, pela inserção do componente ideológico, que enfatizou a preocupação com a segurança interna, enquanto, externamente, permanecia-se sob o guarda-chuva protetor da potência hegemônica.

Aspectos conclusivos

Condicionantes geográficos interpuseram-se como barreiras naturais à projeção das ameaças sobre o território nacional. Na visualização da figura 2, identificam-se os mantos protetores ou barreiras defensivas (Amazônico, Andino e Atlântico), relembrando que a maior permeabilidade às interferências externas é identificada, ao longo da História, na vertente atlântica.

É possível inferir uma conclusão e projetar uma visão prospectiva dessa percepção.

A ilação é de que a concentração das forças militares terrestres junto à linha litorânea e em grandes centros urbanos atende, prioritariamente, às necessidades de segurança interna.

Quadro IV – As tensões internas após 1822²⁴

Fato histórico	Local (foco)	Data	Estratégia de Contenção
Confederação do Equador	Recife	1824	Predominantemente terrestre
Motins militares	Rio de Janeiro	1831	Exclusivamente terrestre
Farroupilha	Rio Grande do Sul	1835-45	Predominantemente terrestre
Cabanagem	Belém	1835-45	Predominantemente terrestre
Balaiada	Maranhão	1838-41	Exclusivamente terrestre
Revolta Liberal	S. Paulo e M. Gerais	1842	Exclusivamente terrestre
Revolução Federalista	Regiões Sudeste e Sul	1893	Predominantemente terrestre
Contestado e Canudos	Interior das regiões S e NE	1892-95	Exclusivamente terrestre
Coluna Prestes	Áreas interiores	Década de 1920	Exclusivamente terrestre
Revolução de 1930	Regiões NE, S e SE	1930	Exclusivamente terrestre
Revolução Constitucionalista	São Paulo	1932	Predominantemente terrestre
Intentona Comunista	Natal, Recife e Rio de Janeiro	1935	Exclusivamente terrestre

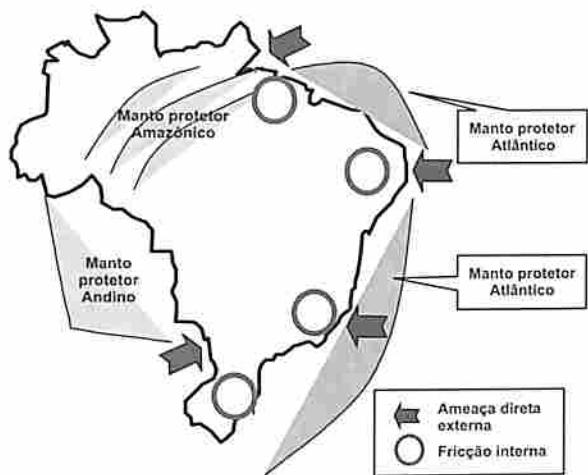


Figura 2 – Mantos protetores e focos de fricção

A perspectiva é de que o Atlântico deve ser reconhecido como o principal vetor de projeção de poder e dos interesses das potências de primeiro nível, sendo que, à semelhança dos portugueses, há séculos, não se dispõe de capacidade para conter essa provável ameaça.

Além disso, a articulação, a postura, a atitude e as estratégias atuais são decorrências da evolução histórica do Brasil. A estratégia da presença é uma herança portuguesa, e a concentração de forças no centro e no sul do país é o efeito, no campo militar, das turbulências internas do Brasil imperial e republicano.

Em resumo, a estrutura militar está condicionada para responder aos desafios do passado, ou seja, é rebocada pela História. A mentalidade é eminentemente retrospectiva, defensiva e endógena, não correspondendo ao desejável para quem aspira o círculo das nações de primeiro nível.

O AMBIENTE ESTRATÉGICO: UMA VISÃO PROSPECTIVA

“Nos séculos XVI e XVII as fricções por posição e riquezas se desenvolveram na linha litorânea; nos séculos XVIII e XIX, no Prata; o século XX presenciou as lutas intestinas de caráter ideológico. O século XXI assistirá às contendas pelo

espaço vazio intracontinental, pela água e pela biodiversidade, em um quadro em que nós, brasileiros, temos muito a perder.”

A ordem internacional: esboço de um cenário²⁵

A estruturação verticalizada das nações em níveis, como assinala Therezinha de Castro, e a observação do panorama internacional permitem ilações quanto ao relacionamento de poder entre os Estados em futuro imediato.

Inicialmente, considera-se remota a probabilidade de que as nações de primeiro nível venham a se confrontar militarmente em escala global ou regional. As retaliações recíprocas poderiam provocar um nível de destruição – a hecatombe nuclear – que violaria o princípio da autopreservação.

A ocorrência de confrontamento entre nações do primeiro nível com as outras dos níveis subalternos é mais plausível e a história recente registra o conflito nas ilhas Malvinas, entre argentinos e ingleses, e a invasão do Afeganistão, pela União Soviética, como exemplos da factibilidade desses eventos.

Na atualidade, os conflitos desenvolvem-se entre nações emergentes ou pobres, ou ainda conflitos intra-estatais, em escala regional, com o apoio velado ou ostensivo das nações de primeiro nível; além disso, assiste-se com freqüência às intervenções de nação do primeiro nível nas de quarto e de quinto níveis.

De modo geral, percebe-se que, mesmo com esmagadora superioridade militar, as nações de primeiro nível não dispõem de ampla liberdade de ação. Isso decorre da necessidade de mobilizar e cooptar a opinião pública, nas suas vertentes interna e externa, para a adoção de soluções preponderantemente militares.

Outro fato singularmente importante é que os países de terceiro, quarto e quinto níveis, geralmente, são detentores de recursos naturais, fontes de energia e biodiversidade.

Embora concebam-se cenários prospectivos com a dissensão religiosa e cultural como o foco

dos antagonismos, entende-se que a assimetria política e econômica entre o Norte, desenvolvido, e o Sul, subdesenvolvido ou em desenvolvimento, deve ser a fonte de fricções no presente século.

Isso posto, pode-se concluir que:

1 - Preponderarão as disputas econômicas interestatais, no eixo norte-sul.

2 - As nações do primeiro nível tenderão a impor às nações dos demais níveis um compartilhamento de seus recursos naturais, das fontes de energia e da biodiversidade.

3 - As estratégias das nações do primeiro nível se revelarão de modo persuasivo, havendo a tendência para escalarem a crise à revelia dos organismos internacionais, quando os objetivos são considerados vitais.

4 - Só existirá cenário exclusivamente favorável para os principais atores do primeiro nível.

5 - Identificar-se-á um dilema geopolítico para as nações de segundo a quinto níveis: ou se adaptam e cooperam com o atual *status quo*, o que não lhes assegura, necessariamente, ascensão a níveis superiores, ou perturbam o sistema internacional em busca de redução da assimetria, o que lhes pode comprometer o desenvolvimento.

6 - A capacidade de gerir crises internacionais de organismos supranacionais, em particular a ONU, somente se efetivará plenamente, quando não estiverem presentes interesses vitais das nações de primeiro nível.

A aplicação das teorias de Mackinder²⁶ e Haushofer²⁷

Diante disso, pode-se especular geopoliticamente, tomando-se como referência aspectos pontuais do pensamento de Mackinder e de Haushofer.

Em Mackinder vale registrar o conceito do crescente externo insular²⁸, embora, na sua quase totalidade, esteja desatualizado pela evolução tecnológica e pelo contraponto do poder marítimo e aéreo. Trata-se de um pensamento elaborado na transição do século XIX para o século XX no qual o crescente insular representaria a última fronteira

a ser conquistada pelas potências coloniais, hegemônicas e terrestres européias. A América do Sul e a África, no ocidente; o Sul e o Sudeste Asiático, no oriente, integrariam esse crescente. Ademais, observa-se que, hoje, nações do segundo e terceiro níveis, tidas como emergentes e perturbadoras, como o Brasil, a África do Sul, a Índia e outras no Sudeste Asiático, pertenceriam ao crescente.

Haushofer, alemão, concebeu o conceito da pan-região. Trata-se de uma divisão dos grandes espaços geográficos mundiais no sentido norte-sul que seriam liderados, política e militarmente, por estados no hemisfério norte. Assim, haveria a pan-região das Américas, liderada, naturalmente, pelos EUA; outra englobaria a Europa e a África, sendo capitaneada pela Alemanha; por fim uma outra envolveria a Ásia, que seria liderada pela Rússia, China ou Japão.

Na verdade, a pan-região reflete concepção européia e hegemônica que se materializaria no estabelecimento de vários “meridianos de Tordesilhas”, assim como o crescente insular externo poderia ser denominado “crescente marginal exterior”.

Ora, diante destes enfoques, pode-se perceber o Brasil aprisionado na pan-região americana, materializada na configuração da Área de Livre Comércio das Américas, ao mesmo tempo em que visualiza-se uma perspectiva de fuga geopolítica à camisa-de-força das relações norte-sul, no alinhamento das periferias meridionais continentais - América do Sul, África Austral e Ásia Meridional - com o intuito de neutralizar a ação das nações do primeiro nível do hemisfério norte e, na esperança a longo prazo, de alterar o eixo civilizatório do Trópico de Câncer para a Linha do Equador.

O espaço brasileiro: continentalidade, maritimidade e forma

Continentalidade versus maritimidade

Identificando a forma do Brasil com um trapézio (figura 3), pode-se visualizar duas bases continentais e duas litorâneas.

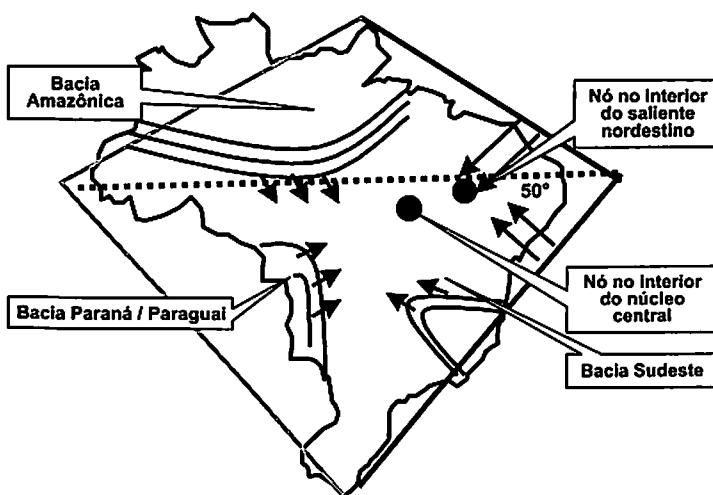


Figura 3 – Duas circunstâncias geográficas particulares: o caimento dos rios e a inflexão do litoral, no paralelo 50°

Uma das continentais desenvolve-se a oeste, estendendo-se desde o Prata até a Serra da Contamana, contrapondo-se aos Andes; a outra, compreende o longo arco fronteiriço balizado ora por limites naturais, como o Rio Javari-Jaquirana e os divisores das bacias do Amazonas e do Orinoco, ora por extensa linha artificial, a geodésica entre o Brasil e a Colômbia, estendendo-se até a costa do Amapá.

As duas bases litorâneas desse trapézio correspondem à linha lateral atlântica, que se estende do Chuí ao Cabo Branco, projetando-se para as passagens meridionais do Atlântico Sul e Antártica; a outra distende-se do Cabo Branco até o Cabo de São Roque, projetando-se para a Europa Ocidental, Caribe e costa leste norte-americana.

São cerca de 15.000km de linha terrestre e 7.000km de linha litorânea, uma proporção de 2:1, o que caracteriza uma predominância da continentalidade.

A despeito disso, o núcleo geo-histórico e o ecúmeno estatal não são coincidentes com o núcleo geográfico devido a fatores históricos de ordem primordialmente econômica.

Outra ilação decorrente dessa relação continentalidade versus maritimidade é a de que, embora atraído mais pela segunda, o Brasil não se tornou

uma nação oceânica, sob o ponto de vista político e militar, mas, tão-somente uma nação litorânea.

Forma, morfologia e hidrografia

O equilíbrio das dimensões longitudinal e transversal configura um país de forma compacta. Esta, associada às dimensões continentais do Brasil, produz consequências para a formulação de políticas e estratégias militares.

Ao observar-se a hidrografia brasileira, constata-se que o caimento dos afluentes da margem direita da Bacia Amazônica, bem como dos rios da Bacia do Meio Norte, com particular destaque para o Rio Parnaíba, aponta caprichosamente para o núcleo geográfico.

Do mesmo modo, é nesse núcleo que se localizam as cabeceiras dos rios

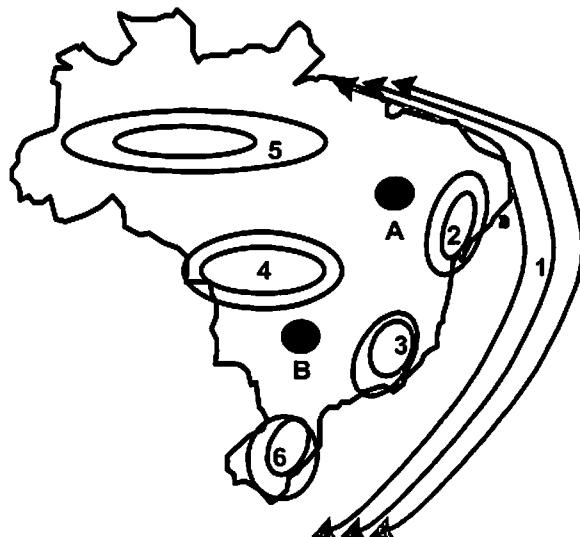


Figura 4 – As linhas de comunicações interiores. Uma marítima (1) e cinco terrestres (2 a 6) e os nós terrestres (A e B). Segundo Caio Prado Junior.

Paraná e do São Francisco, evidenciando a área como charneira hidrográfica. A propósito, Caio Prado Júnior²⁹, na descrição das vias de comunicação e transporte do Brasil-Colônia, assi-

nala isso como uma importante circunstância geográfica, que, juntamente com a inflexão do litoral no paralelo 50° S, apontam para dois nós de comunicações terrestres (figura 4): um no interior da Península Nordestina (letra A) e outra na Península do Centro-Oeste (letra B).

Os ditames geográficos, associados aos vetores morfológicos e hidrográficos, impuseram-se para os bandeirantes e, na circulação econômica dos séculos XVII e XVIII, orientaram a interiorização pelos caminhos fluviais e fixaram as populações nos planaltos, onde a civilização floresceu, mercê de recursos naturais abundantes e clima ameno.

Ora, a interação desses determinismos geográficos induz a cogitar em uma atração natural da civilização brasileira para o interior da massa continental, para o seu heartland, sob perspectiva geopolítica. Com isso, buscar-se-ia aproximar o ecumeno estatal do núcleo geográfico, bem como equilibrar as influências da continentalidade e da maritimidade.

Este enfoque induz a pensar na necessidade de concentrar o poder militar no heartland, de modo a resguardá-lo das ameaças oriundas do Atlântico e harmonizar as distâncias para o emprego no perímetro do organismo estatal.

A MANOBRA ESTRATÉGICA

“A concepção de segurança do território é função dos tipos de antagonismos e da área de seu território.”

Aurélio de Lira Tavares

A opção pela manobra em linhas interiores é a mais conveniente para um país de dimensões continentais e com a forma compacta

A forma, a extensão e a posição relativa aos centros de poder mundial sugerem uma concepção defensiva que privilegie um posicionamento central das forças militares, mantendo-se estas

equidistantes das possíveis áreas de fricção – as fimbrias continentais e Atlântica – e dos impulsos geopolíticos antagônicos.

Anteparos geográficos (figura 2) favorecem a defesa estratégica, dificultando ou retardando a projeção de forças oponentes. Grossso modo, no oriente, as prováveis ameaças deparam-se com o manto Atlântico, que demandaria operações anfíbias, provavelmente onerosas. No entanto, vale o registro de que ao longo da História, nunca uma força invasora foi impedida de desembarcar no litoral. A derrota do oponente sempre foi imposta em campanhas terrestres.

No lado oposto, a oeste, a cordilheira andina coloca-se como biombo defensivo a penetrações na direção estratégica do Pacífico-Atlântico. Mais uma vez, compulsando-se as páginas da História, não se registram ameaças projetando-se por esse lado. Os conflitos, no ocidente, confinaram-se às planícies interiores do Prata e do Chaco.

No setentrião, o manto amazônico barrou as projeções na direção do Caribe para o interior continental, para tanto contribuindo as características deste gigantesco anecúmeno, assim como a relativa pouca importância geopolítica da área caribenha – uma área caudatária dos norte-americanos.

Com isso, argumenta-se que a massa continental, sob o enfoque exclusivo de suas características geoestratégicas, se convenientemente explorada, pode tornar-se um fator dissuasivo pela grande profundidade que apresenta. Além disso, do seu interior para o perímetro, seja para o Atlântico, seja para as fronteiras norte ou oeste, há um equilíbrio nas distâncias, o que facilita os deslocamentos estratégicos.

Quanto aos impulsos geopolíticos antagônicos, conquanto pequenas nuances dependendo do cenário visualizado, basicamente, intentam, no plano econômico, o compartilhamento compulsório de riquezas naturais, dos espaços físicos e de fontes de energia. Sob o ponto de vista político, atuam no esforço para engessar a lide-

rança no nível regional ou contrabalançá-la com o estímulo de antagonismos no subcontinente.

Naturalmente, esses impulsos seriam promovidos por nações de primeiro nível, em frente multinacionais, com a complacência coagida de nações regionais do quarto e do quinto nível. Com isso, abre-se um leque amplo de variantes, no qual não é possível definir a direção do esforço geopolítico antagônico.

De modo que, conjugando-se a multiplicidade das ameaças e o ambiente difuso e incerto dos cenários - seja do ponto de vista geopolítico, seja geoestratégico - tem-se como razoável a adoção de uma atitude de expectativa mediante todas as direções estratégicas, sendo, portanto, mais adequada a manobra por linhas interiores.

O teclado estratégico de Beaufre: uma adaptação hipotética para o caso brasileiro

Beaufre, no seu clássico *Introdução à Estratégia*, apresenta uma definição de ações estratégicas³³⁰ a partir da esgrima.

A idéia é apropriar-se dessa definição e adaptá-la ao objetivo desse ensaio sobre a estratégia militar brasileira, associando-a com as áreas do arquipélago brasileiro concebido por Golbery.

Cabe o registro de que Beaufre relaciona todas as ações estratégicas com a liberdade de ação

e que essa, segundo o autor, só pode ser assegurada pela iniciativa, fator essencial da manobra.

Hipertrofie-se o entendimento de iniciativa, estendendo-a a todos os níveis da manobra - a estratégica, a operacional e a tática - e justificar-se-á a necessidade de as forças de cobertura estratégica, desdobradas nas áreas de fronteira, e as forças regionais disporem de mobilidade tática e capacidade ofensiva.

O conteúdo do quadro V apresenta a articulação de forças militares pelas áreas estratégicas, a partir da participação geográfica de Golbery, bem como a vocação destas forças, consoante o pensamento de Beaufre.

Justifica-se a ausência de atitude ofensiva para as forças estacionadas na Península Nordestina e no Núcleo Central, pois o enfoque do emprego delas está intrinsecamente ligado às concepções estratégicas da Marinha, consoante as vocações apresentadas anteriormente e sob a égide da combinação de forças.

Ainda que seja uma questão secundária, recorda-se que a missão de guarnecer o território caberia a forças de uma reserva geral, à semelhança das guardas nacionais utilizadas em diversos países.

Com vigor, explicita-se a idéia de que se atribui menos importância às concepções territorialistas e patrimonialistas, embutidas na estratégia

Quadro V – A articulação de forças pelas áreas estratégicas do arquipélago e as ações estratégicas, sob o enfoque de Beaufre

Área Estratégica	Natureza das Forças	Ação Estratégica	
		Defensiva	Ofensiva
Ilha Amazônica e Península Sul	Cobertura Estratégica	Guardar ou parar	Responder
	Força regional	Romper	Atacar ou Surpreender
	Reservas mobilizadas	Guardar	—
Península Nordestina e Núcleo Central	Força regional	Guardar ou parar	—
	Reservas mobilizadas	Guardar	—
Península do Centro-Oeste	Forças estratégicas	—	Ameaçar
	Reservas mobilizadas	Guardar	—

da presença. Na verdade, esta significa, do ponto de vista militar, dispersão, e do ponto de vista político, exposição a interesses alheios à real natureza militar.

A propósito, para todas as áreas adotar-se-ia comandos combinados, já que os considera como uma condição, apriorística e permanente, de qualquer comando militar no nível estratégico operacional e estratégico. Assim, comando combinado é uma acepção, semanticamente, redundante.³¹

UMA PERCEPÇÃO ESTRATÉGICA PARA MEADOS DO NOVO SÉCULO

“Como pode sobreviver o sonho, a não ser à mercê de sua radicalidade?”

Carlos Adriano, *in Desafio de Sísifo*; Folha de São Paulo, Quarta-feira, 3 de janeiro de 2001.

Reflexão sobre a concepção atual

A abrangência das opções estratégicas é grande e, na atual conjuntura, apresenta-se sob o “guarda-chuva” semântico do sintagma nominal “estratégias de segurança”. Basta a consulta ao manual de estratégia do Exército para constatar-se a verossimilhança da asserção. Como a linha política externa tem pouca densidade e é cambiante, estabelece-se um espectro largo de opções estratégicas sob o rótulo do adjetivo “segurança”, à guisa de flexibilidade, que reflete, de fato, a indefinição e a falta de uma opção preferencial.

Beaufre assinala que a estratégia ou é ofensiva ou é defensiva. A nossa é claramente defensiva e, por justiça, louva-se que finalmente se tenha uma definição. Mas, ao agregarem-se os qualificativos postura estratégica defensiva e articulação dissuasiva, expõe-se a questionamentos que serão explorados criticamente.

Compulsando-se documentos oficiais, ensaios e artigos, encontram-se as seguintes adjetivações para nossa estratégia defensiva:

- postura estratégica dissuasória de caráter defensivo (*Política de Defesa Nacional*, p.8.);

- postura estratégica defensiva, privilegiando, antes do conflito, as estratégias da presença, projeção e dissuasão (SIPLEX);

- atitude estratégica defensiva, ativa e dinâmica (Meira Mattos, em *Estratégias Militares Dominantes*, p.90.).

É uma parafernália semântica que pode abrigar muitos entendimentos, tanto quanto pode não significar coisa alguma.

Aqui, nesse trabalho, dar-se-á crédito aos conceitos de ativo e dinâmico e ao enfoque de Beaufre sobre dissuasão

Entenda-se por defensiva ativa aquela em que as respostas estratégicas, a partir do momento da ruptura do *status quo* ou mesmo antes, são pautadas pela tomada incontinenti e irrestrita da iniciativa, assim como caracteriza-se pela busca intensiva de ações decisivas.

O caráter dinâmico está na natureza e na missão das forças, que devem ser, predominantemente, voltadas para a guerra de movimento.

E adota-se essa concepção porque se tem por verossímil o registro de que “por postura estratégica defensiva entende-se aquela atitude e aquele conjunto de normas de atuação em que o Direito Internacional – concebido abstratamente e não como produto de relações reais – tem primazia sobre qualquer outro móvel de ação dos Estados nas relações internacionais e serve para mascarar atitude mental de menosprezo e aversão pelo Poder e pela Realpolitik”, e mais “a postura estratégica defensiva corresponde à atitude de governos sem aspirações a qualquer tipo de liderança ou harmonia”³².

Pode-se construir, com o que foi registrado, um breve silogismo:

- A premissa maior é: a estratégia é a dialética das vontades.

- A segunda premissa é: existe falta de objetividade (ou vontade) no nível político, em particular na vertente externa, e falta de poder dissuasório das Forças Armadas, para o Brasil se inserir no contexto regional e mundial como potência.

Antes de concluir, convém retomar Beaufre, destacando que o seu entendimento de dissuasão se sustenta na capacidade de ameaçar. Ora, poder-se-ia desdobrar essa capacidade em dois componentes: um de natureza psicológica – intenção e atitude – e outro de natureza material.

Compulsando-se as formulações políticas (PDN) e as estratégicas (SIPLEX) disponíveis, constata-se a ausência dos componentes assinalados por Beaufre, o que nos permite a conclusão do silogismo. Portanto, valendo-se da percepção de Oliveira S. Ferreira, assinala-se:

“As pretensões brasileiras de se tornar integrante dos círculos restritos dos que decidem em âmbito mundial, sempre teve a alicerçá-la pouca coisa além da vontade (retórica) e dos dados brutos da geografia.”

A rigor, ao longo da História, a atitude estratégica não foi distinta, pautando-se pela timidez dos propósitos políticos e por atitude militar acentuadamente defensiva. As concepções operacionais permaneceram a reboque de modelos europeus, costumeiramente refletindo procedimentos vigentes na guerra passada.

Este quadro intenta registrar, de modo amplo, a evolução do pensamento estratégico brasileiro.

Para que a forma sintética da exposição não prejudique o entendimento, cabem algumas considerações:

– O primeiro modelo reflete a introversão estratégica, decorrente do isolamento político con-

tinental, em parte, em face da forma de governo imperialista. Em tese, somente atacar-se-ia o oponente após recebido o primeiro golpe e ficar caracterizada a agressão.

– O segundo reflete a incapacidade de fazer frente à potência continental à época, admitindo-se perda territorial, um retraimento para ganhar tempo até a mobilização das reservas e, por fim, até a contra-ofensiva.

– O terceiro traduz a perda de crédito nos organismos internacionais de contenção de crise e salienta a necessidade de manter-se a inviolabilidade do território nacional. Admite, pela primeira vez, uma opção pela antecipação das ações ao adversário.

– O quarto modelo é a decorrência de se ter uma resposta estratégica em face de um oponente ou coligação, incontestavelmente superior, que ameace a soberania na Amazônia. Trata-se da única resposta militar possível diante da assimetria de capacidade militar ante o oponente.

Há outras ilações possíveis de se estabelecer sobre as atuais concepções:

– não se considerou, por largo período de tempo, a hipótese de conflito com potência extracontinental em área lindreira;

– a Marinha e a Aeronáutica exercem um papel secundário nas disposições estratégicas;

– o período revolucionário (1964-84) exacerbou a sensibilidade da Força Terrestre para sua vocação messiânica interna;

Quadro VI – Concepções estratégicas ao longo da História

Modelo	Período	Área Estratégica no Brasil	Exemplos históricos
defensiva – ofensiva	Imperial	Bacia do Prata	Guerra do Paraguai
retirada – defesa – ofensiva	até a 2 ^a GM	Bacia do Prata	Campanha da França em 1914
defesa no local – retirada, em última instância – ofensiva	pós 2 ^a GM	Bacia do Prata	Estratégia da França gaulista
retirada – resistência – ofensiva	Década de 1990	Amazônia	Guerra do Vietnã

- é incipiente, até mesmo para o continente, a capacidade de projeção de poder e dissuasão das Forças Armadas; e

- a despeito de possuirmos, pela primeira vez em nossa história, uma Política de Defesa Nacional formalizada, ainda é incipiente a integração entre as Forças Armadas e, dessas, com os formuladores da Política Externa.

Propostas

Premissas universais

A Política de Defesa Nacional é o instrumento formal de mais alto nível em que o Governo apresenta suas concepções para a defesa do País. Ao compulsar-se o documento, podem-se extraír os objetivos, as estratégias e as áreas prioritárias para a aplicação do poder militar.

Da análise da PDN, chega-se às seguintes conclusões:

- há a nítida definição de prioridade para a defesa externa;
- duas áreas estratégicas são assinaladas, particularmente, o Atlântico Sul e a Amazônia;
- estabelece-se uma clara valorização da estratégia de projeção de força.

Em contrapartida, existem formulações presentes na PDN que são recorrentes nas formulações estratégicas, representando, pois, pontos de convergência do pensamento de militares e civis. Eles são:

- a índole pacífica do povo brasileiro;
- o entendimento de que o Brasil é uma nação geopoliticamente satisfeita; e
- a visualização geral de paz entre os Estados na América Latina.

Estas últimas asserções correspondem ao que Sérgio Buarque de Holanda³³ denomina “visão edênnica” e que, na verdade, corresponde a uma visão de matiz ideológico e conservadora, estabelecida para consumo interno e utilizada de forma instrumental e circunstancial pelo partido de plantão, pois, tanto pode servir para conter

aspirações militaristas, como para recalcar os ardores radicais dos amplos setores marginalizados da sociedade.

Essa percepção edênnica poderia ser mais profundamente contestada, mas não é o escopo deste ensaio. Basta apenas ratificar que essa imagem de grande Suíça, para o Brasil, não é verossímil, não corresponde a Realpolitik e, nunca, definitivamente nunca, conduziu nenhum Estado ao círculo das grandes potências.

Reordenamento espacial

Essa partição³⁴ do espaço territorial atende à funcionalidade ou à vocação geoestratégica e geopolítica dos compartimentos geográficas do Brasil.

No entanto, a geografia bruta não foi elevada à condição autônoma; ela interagiu com a estratégia, o elemento dinâmico; e tomou fôlego com a dialética, como metodologia.

A idéia de Zona Militar de Defesa não representa, somente, um rótulo novo. O qualificativo Defesa, *latu sensu*, sinaliza para o entendimento superior da necessidade de combinar e integrar os diversos vetores do aparato militar – aéreo, naval e terrestres – já na estrutura de paz.

Significa, também, o desejo de estabelecer uma visão comum e sistêmica dos problemas atinentes à segurança, em todas as suas dimensões (humana, social, regional, estatal e mundial), promovendo, dessa forma, a adoção de soluções totais, pois, segurança é, antes de tudo, um assunto de percepção (Sanquirico. Modelo de Forças Armadas. Traduzido da Revista *Ejército. Military Review*, 1997)

Algumas considerações sobre a articulação apresentada na figura 5:

- A Zona Militar Central (ZMC) compreende, grosso modo, a área que envolve o triângulo Belo Horizonte-Palmas-Goiânia.
- Na ZMC estariam desdobradas as reservas estratégicas – aéreas e terrestres – sob comando combinado, e o comando das unidades especiais. Os



Figura 5 – Uma divisão territorial por zonas militares

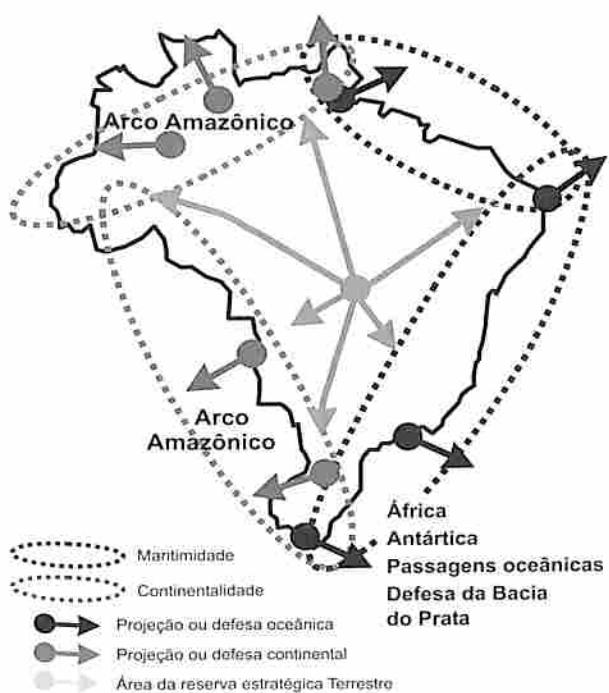


Figura 6 – Estratégias

comandos das reservas estratégicas e das unidades especiais não teriam responsabilidade territorial.

- As Zonas Militares Nordeste (ZMNE) e Sudeste (ZMSE) são vocacionadas para a aplicação majoritária de estratégias voltadas para o Oceano Atlântico.

- As Zonas Militares da Amazônia Oriental (ZMAOr) e Sul (ZMS) são vocacionadas para a aplicação equilibrada de estratégias terrestres e navais; e

- A Zona Militar da Amazônia Ocidental (ZMAOc) está vocacionada para a aplicação de estratégias terrestres.

Estratégias (figura 6)

Nesse contexto prospectivo, as duas estratégias prevalecentes são a defesa – ativa e dinâmica – e a projeção de poder. A saber, a primeira para atender às servidões da continentalidade e assegurar a manutenção do território; a segunda para atender aos reclamos da maritimidade e aos impulsos de grandeza nacional.

Dessa forma, nos espaços interiores continentais e nos extensos lindes – no Prata, na Amazônia e no Centro-Oeste – estão articuladas forças para serem empregadas, consoante a estratégia da defesa ativa e dinâmica. São elementos de dissuasão e projeção de forças no continente.

Ressalte-se que a reserva regional – na ZMAOc, na ZMO e na ZMS – possui capacidade ofensiva em face dos condôminos do arco fronteiriço; ou seja, intenta-se assegurar a iniciativa operacional já no nível regional, o que garante mais rapidez na busca de uma solução militar e política para a crise.

Nas ZMNE e ZMSE estariam reunidas as forças para aplicação da estratégia da projeção de poder e para a defesa aeronaval dos acessos às bacias Amazônica e do Prata.

E, finalmente, na ZMC, as reservas estratégicas articuladas de forma equidistante perante o perímetro estatal e condicionadas para a ação estratégica, no sentido que Beaufre emprega, de ameaçar as forças oponentes.

CONCLUSÃO

A estratégia não admite a imobilidade, pois a natureza de seus elementos intrínsecos, como a manobra, o mais complexo, é eminentemente dialética. Naturalmente, reconhece-se que os fatores materiais influem nas concepções, embora não se admita uma relação causal estrita entre eles e o imobilismo estratégico.

A estratégia é arte. Inspiração, genialidade e vontade de se obter a iniciativa são virtudes do artista operacional, enquanto o tático e o logístico se deleitam na cinematografia

se inspiram no rigorismo cartesiano na solução dos problemas militares.

A geopolítica pressupõe, à priori, um certo determinismo geográfico, com isso se torna uma ciência baseada em hipóteses pressupostas como verdadeiras. Sob esse enfoque, é passível de críticas.

Ainda assim, a produção dos geopolíticos brasileiros é vasta e reconhecida internacionalmente, contudo, hoje, nos meios acadêmicos internos, não tem grande repercussão.

Há duas peculiaridades relativas aos temas abordados no ensaio, cujas razões não se extraem com facilidade. A primeira diz respeito à ausência de pensadores civis nas formulações estratégicas e à constatação de que a maioria, se não todos os militares que estudam geopolítica estão na reserva. O que significa isso?

Uma das teses, esposada nesse ensaio, é a de que a auto-suficiência, o isolamento intelectual e uma leitura particular da realidade nacional, influenciada pelo positivismo e pelo cartesianismo, conduziram o Exército, a força majoritária, a pensar e a exercer um papel funcional mais social que profissional.

Sobre isso, à guisa de corolário, vale arrematar com Huntington (*O Soldado e o Estado*. BIBLIEC, 1996, p. 21.) ao registrar que Instituições militares que só refletem valores sociais podem ser incapazes de desempenhar com eficiência suas funções específicas.

O Brasil respira pelo mar, menciona a saudosa Professora Therezinha de Castro. Entende-se que mais do que isso, o Brasil não será potência enquanto não for grande no mar, e para tanto não é suficiente somente vontade. Há necessidade de se estabelecer uma política específica, orientando concepções estratégicas militares combinadas, tudo com o escopo de superar a vocação litorânea para o nível qualitativo superior de nação com projeção oceânica.

A propósito, cabe uma referência final ao tema comando combinado. O projeto do Exército americano, Joint Vision 2020, é unânime, em todos os seus conceitos, na valorização da combinação de forças.

Na verdade, qualquer argumento, no âmbito interno das forças singulares, que se apresente, visando à preservação de particularidades das forças em detrimento da adoção imediata, ainda que paulatina, dos comandos combinados, é anacrônico, pois dissociado da realidade atual. O comando combinado, no nível operacional e estratégico, é uma opção irremediável do ponto de vista técnico, que deveria evidenciar-se, por prudência, como consenso entre as Forças Armadas, pois delongas conceituais e doutrinárias somente retardam o inadiável, que poderá ser imposto pelo estamento político, à semelhança do ocorrido com o Ministério da Defesa.

Por fim, cabe o destaque para as duas premissas que nortearam a elaboração deste ensaio:

- A segurança do imenso patrimônio, o berço esplêndido do Hino Nacional, extrapola o horizonte militar, pois deve ser percebida de forma multidimensional, multifuncional e, essencialmente, integrada.

- Do ponto de vista militar, a segurança repousa na dissuasão e, esta, na capacidade de ameaçar, na combinação das forças singulares e na adoção de estratégias militares dinâmicas.

A primeira é eminentemente de feição política; a segunda está no nível da estratégia militar.

NOTAS

- ¹ In *Geopolítica e as Projeções do Poder*. Meira Matos.
- ² HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. BIBLIEX, Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- ³ SANQUIRICO, Francisco Laguna. "Modelo de Forças Armadas". Traduzido da Revista *Ejército. Military Review*, 1997.
- ⁴ *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996.
- ⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 2000.
- ⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Brasiliense. Publifolha, São Paulo, 2000.
- ⁷ Várias obras, em particular, *A geopolítica e as projeções do poder*. BIBLIEX, Rio de Janeiro.
- ⁸ DO COUTO E SILVA, Golbery. *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro. BIBLIEX, p. 111, 1957.
- ⁹ "A despeito de todas as previsões, nós nos encontramos atualmente mais no fim da era do domínio das grandes instituições, como o Estado, a Igreja, ou o Exército." In *Revista Deutschland*.
- ¹⁰ *Ejército de tierra español*. n. 724; junio de 2001.
- ¹¹ "O conflito é o pai de todas as coisas: de alguns faz homens; de alguns, escravos; de alguns, homens livres." In *Os pensadores pré-Socráticos*. Nova Cultural. São Paulo, 1996.
- ¹² "Não é possível estar calado e permanecer tranquilo se não quando se têm flechas no arco." Friedrich Nietzsche, in *Assim falou Zarathustra*, p.50.
- ¹³ MATTOS, Meira. *Estratégias Militares Dominantes*. Rio de Janeiro. BIBLIEX, 1986.
- ¹⁴ Friedrich Ratzel(1844-04) é considerado o grande precursor da Geopolítica. A teoria de Ratzel apóia-se na decisiva influência de dois fatores geográficos: espaço e posição. Esses determinam o valor político e o derradeiro destino de todas as partes da superfície da Terra. Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)
- ¹⁵ Rudolph Kjellen(1864-1922). Para Kjellen, um Estado só pode ser considerado como possuidor de um grande poder real quando satisfizer as três condições: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna. (Idem)
- ¹⁶ In *Pensamento Geopolítico latino-americano*. Jonh Child. *Defesa Nacional*. BIBLIEX, p. 57. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho.
- ¹⁷ TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. Edição Brasiliana, 1938.
- ¹⁸ A teoria de Mahan fundamenta-se no princípio de que as nações podem crescer ou entrar em decadência, mas nunca permanecer estáticas. Mahan mostra que o Poder Marítimo tem grande importância no destino das nações e afirma que é indispensável ao seu desenvolvimento, prosperidade e segurança. Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)
- ¹⁹ Seversky afirma que em um conflito de maior importância as forças de superfície só poderão cumprir suas missões com sucesso se o espaço aéreo for controlado por uma

força aérea amiga. Por isso, o controle do ar tornar-se-á um ponto crucial da guerra e "um término para si mesma". Segundo Tosta. (*Teorias Geopolíticas*. BIBLIEX, 1984.)

- ²⁰ Em critica ao recente livro publicado pelo Embaixador Celso Lafer - *A Identidade Internacional do Brasil* - o cientista político Artur Ribeiro Neto aponta um vazio de identidade na política externa brasileira. *Folha de São Paulo*, 3 de novembro de 2001.
- ²¹ GENTIL, Alcides. *As idéias de Alberto Torres*. Companhia Editora Nacional, 1938.
- ²² BRASIL Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um povo*. Brasília, 1972. 3v.
- ²³ SARDENBERG, Ronaldo Mota. *Globalização e perspectiva brasileira*. São Paulo, 19 de setembro de 1996.
- ²⁴ BRASIL Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um povo*. Brasília, 1972. 3v.
- ²⁵ No mesmo trabalho, Sardenberg assinala cinco cenários: hegemonia benévolas ou coercitiva, hegemonia unilateral ou compartilhada, livre mercado com predomínio de multinacionais, rivalidade regional estruturada em três mega-blocos ou anarquia e o caos.
- ²⁶ Mackinder desenvolveu os conceitos de Ilha Mundial, Heartland, Mundo Insular e Mundo Continental. Nasceu em 1861 e viveu até 1947.
- ²⁷ Desenvolveu conceitos sobre Autarquia, "Lebensraum", Pan-Regiões, Poder Terrestre versus Poder Mundial e fronteiras.
- ²⁸ O crescente assumia a forma de uma meia-lua externa, compreendendo a Inglaterra, a África do Sul, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão.
- ²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro.)
- ³⁰ As ações estratégicas segundo Beaufre:

Guardar	Estar em uma disposição que permita cobrir a tempo suas vulnerabilidades.
Romper	Esquiva geral, abandonando um objetivo limitado.
Parar	Proteger uma vulnerabilidade atacada.
Responder	Ameaçar uma vulnerabilidade adversa tal que o inimigo deva abandonar seu ataque.
Atacar	Procurar atingir uma vulnerabilidade adversa.
Ameaçar	Adotar disposições que permitam atacar uma vulnerabilidade adversa.
Surpreender	Atacar uma vulnerabilidade que não está protegida.

- ³¹ Na verdade, essa concepção pouco se distingue da preconizada por Meira Mattos que menciona que "em termos de comando optaríamos por ter um comando combinado geral e um para cada uma das áreas estratégicas citadas: Atlântico

tico Sul, Bacia do Prata e Amazônia". (*Estratégias Militares Dominantes*, p.90). Tal ênfase justifica-se, no autor citado, pelo efeito dissuasório da manobra combinada.

³² FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas, Para quê?* Editora GDR. São Paulo, 1988.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000.

³⁴ Essa divisão territorial militar já foi designada por comandos de regiões militares, comandos de exército e, atualmente, correspondem aos comandos militares de área. Segundo Alfredo Souto Malan, em *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*, BIBLIEX, em 1915, eram sete regiões militares, com sedes em Belém, Recife, Salvador, Niterói, Capital Federal, São Paulo e Porto Alegre.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1998.
- BONFIM, Luiz. "História Militar do Brasil". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, nº 776, 2 tri., 1997.
- BRASIL. *Política de Defesa Nacional*.
- CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica, princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1999.
- _____. *O Brasil e a "Nova Ordem Mundial"*. Rio de Janeiro, 1995.
- CHILD, John. "Pensamento geopolítico latino-americano". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX.
- ECEME. *Dissuasão não-nuclear: Limites e aplicabilidade*. Centro de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro, 2001.
- FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas, Para quê?*. São Paulo, GRD, 1988.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1996.
- MEIRA, Mattos. "A Estratégia - Seu Desdobramento no Espaço e no Tempo". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.
- _____. *A Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1977.
- _____. *Estratégias Militares Dominantes - Sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1986.
- _____. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.
- TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1984.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



A Supremacia Americana e a Alca Francisco de Assis Grieco

Após apreciar os fatores históricos presentes na formação da sociedade norte-americana, o autor analisa a evolução deste país e sua inserção na política regional e sua política mundial. Estuda os grandes problemas atuais da política exterior dos EUA e sua dificuldade em harmonizar sua vocação pluralista e liberal com as imposições de sua supremacia mundial. É uma obra séria que contém um repertório de informações históricas, diplomáticas e econômicas que irão atualizar e aprofundar os conhecimentos dos leitores sobre o tema.

Contrato de contingência: um modelo para a expansão da logística militar*

Marco Antonio de Freitas Coutinho*

RESUMO

Neste artigo, o autor parte da premissa que a contratação de materiais, serviços, instalações e transportes será a base para uma mobilização de emergência.

PALAVRAS-CHAVE

Contrato de contingência, logística militar, mobilização de emergência.

O Artigo 84 da Constituição Federal estabelece que caberá ao Presidente da República decretar a Mobilização Nacional, de forma total ou parcial, no caso de agressão estrangeira e mediante autorização pelo Congresso Nacional. A decretação da mobilização, somente após a ocorrência de uma agressão estrangeira, poderia criar sérios embaraços ao atendimento das necessidades de defesa.

Para contornar tal dificuldade, o Sistema Nacional de Mobilização, cujo projeto de lei ainda se encontra em fase de estudos, prevê uma fase intermediária, denominada Mobilização de Emergência.

A Mobilização de Emergência teria como pilares básicos a aplicação da Lei do Serviço Militar (para a mobilização de pessoal) e a contratação das demais necessidades (seja em materiais, serviços, instalações ou transportes). No âmbito da Força Terrestre, ainda não foi definido um modelo de como se daria a contratação de tais meios em larga escala, partindo-se da premissa de que os recursos financeiros de emergência realmente seriam alocados no Exército.

No nível mundial, existem diversas experiências no campo da Mobilização de recursos

civis e que poderiam servir de base de estudo para o Exército Brasileiro.

A principal delas pode ser considerada a adotada pelos Estados Unidos da América (EUA), que tem utilizado com sucesso empresas civis para realizar ou complementar o apoio logístico às forças militares. Trata-se do Programa de Expansão da Logística Civil (*Logistics Civil Augmentation Program* - (LOGCAP) NICHOLS, 1994). A Organização das Nações Unidas também vem adotando um programa semelhante em suas Missões de Paz.

Segundo Nichols (1994), a capacidade de um exército em fornecer o apoio logístico no terreno para a sua tropa tem provado ser essencial para o sucesso das operações. No entanto, o custo da manutenção de meios logísticos aptos para as operações militares de grande vulto é proibitivo, mesmo para as grandes potências. Daí surgiu a necessidade do emprego de meios civis contratados.

De fato, não é de hoje a utilização de contratadas civis para o apoio logístico em conflito armado. Estas foram empregadas durante as Guerras Napoleônicas, na Guerra Civil Norte-Americana, nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, na Guerra da Coreia (KOLAR, 2002) e mesmo na Guerra da Tríplice Aliança.

No entanto, o divisor de águas no emprego de meios privados contratados ocorreu por oca-

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major do Quadro de Material Bélico.

sião da Guerra do Vietnã (NICHOLS, 1994). Naquela época, a decisão do Presidente Lyndon B. Johnson de não convocar o componente logístico da reserva dos EUA e a subsequente dependência do apoio prestado por contratadas civis no decorrer do conflito levaram os oficiais de logística do Exército a determinar a necessidade de existir uma metodologia pré-planejada para o emprego de meios contratados.

Este novo conceito foi adotado pelo Exército dos Estados Unidos da América no ano de 1985, através do Regulamento do Exército 700-137 (*Army Regulation* - AR), tendo ficado conhecido como Programa de Expansão da Logística Civil (LOGCAP). Nele ficou estabelecido que “o objetivo dos Contratos de Contingência é o de realizar o pré-planejamento para a utilização de empresas civis na execução de tarefas selecionadas em tempo de guerra, visando à expansão das tropas do Exército” (NICHOLS, 1994).

Segundo Folk e Smith (2002), o Exército dos EUA é doutrinariamente responsável pelo apoio logístico às operações combinadas após sessenta dias do seu início, cabendo-lhe estabelecer planos e a estrutura para este apoio.

Esta estrutura define os tipos e as quantidades de unidades necessárias, sua localização geográfica e a situação do componente da Ativa ou da Reserva. As unidades são classificadas como de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

As unidades de apoio ao combate e de apoio logístico provêm o apoio logístico e realizam funções logísticas específicas como transporte, provisão de suprimentos, combustível, munição e equipamento, manuseio de material, apoio de saúde, construção, segurança, administração e manutenção.

Tendo em vista que o maior efetivo de apoio logístico encontra-se no componente da Reserva, o Exército dos EUA pode não ser capaz de desdobrar o apoio necessário, caso o presidente vete a convocação da Reserva, conforme ocorreu no já citado caso da Guerra do Vietnã.

Não obstante a existência de requisitos formalizados para se ter contratadas habilitadas para apoiar os planos logísticos, muito pouco foi realizado com o LOGCAP, desde sua implementação até o ano de 1992 (NICHOLS, 1994).

As operações *Desert Shield* e *Desert Storm* mostraram que para apoiar e executar suas missões, as Forças Armadas norte-americanas dependiam das contratadas civis. A Guerra do Golfo provou ainda a necessidade de um pré-planejamento para a disponibilidade do apoio civil. Esta conclusão, aliada à redução da força após o fim da Guerra Fria, ao declínio no orçamento militar, à instabilidade da ordem mundial e ao provável crescimento das operações de não-guerra, motivou os logísticos do Exército norte-americano a efetivamente empregar o LOGCAP para obter o apoio de contratadas e, consequentemente, viabilizar o programa.

Em harmonia com a finalidade do Exército dos EUA de ser uma força de projeção de poder, o LOGCAP passou por uma revisão, de forma que um contrato único e mundial pudesse ser empregado no pré-planejamento de instalações nos teatros de operações (TO) e dos serviços logísticos para qualquer contingência ou guerra.

Nesta nova conformação, o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA foi responsabilizado por gerenciar o programa e administrar o contrato do Exército, conferindo-lhe a capacidade de fornecer os meios logísticos militares e civis necessários a cada operação militar.

ESPECIFICAÇÕES DOS CONTRATOS LOGCAP

De acordo com Nichols (1994), o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA celebrou finalmente um contrato do tipo LOGCAP com a Brown and Root Services Corporation em 3 de agosto de 1992. O contrato foi firmado por um ano e com a opção de renovação por mais quatro.

Estruturado de forma a comportar fáceis modificações, o contrato poderia ser melhor enca-

rado como uma ampla fonte de estudos e de planos de apoio logístico. O contrato básico financia apenas uma pequena assessoria contratada para efetuar estudos e planejamentos voltados para as diversas hipóteses de emprego (HE).

O emprego de uma contratada para uma contingência (Contrato de Contingência) é considerado como uma opção ao contrato básico e deverá ser orçado antes que sejam mobilizados os seus meios. O pacote de apoio ideal normalmente atribuído à contratada prevê o planejamento e a execução, na área de responsabilidade do comando considerado, de construção e de gerenciamento de instalações, além de serviços de apoio logístico geral para um efetivo máximo de vinte mil homens, por um período de até 180 dias.

O plano da contratada deve prever que nenhum equipamento e tampouco a disponibilidade de transportes aéreos e marítimos do Governo serão utilizados para a movimentação dos seus meios para a área de responsabilidade, cabendo a ela providenciar a disponibilização de tais meios.

A contratada também deverá prever o gerenciamento dos recursos humanos e dos equipamentos necessários para executar os serviços contratados. O mecanismo do contrato é flexível de modo que possa ser ajustado para quase todos os tipos de necessidades em qualquer tipo de contingência.

Os Comandos Operacionais dos EUA vêm utilizando o LOGCAP para diversos fins: apoio aos exercícios, particularmente durante os deslocamentos de ida e retorno, apoio às forças residuais, assistência civil e pré-posicionamento dos meios.

Observa-se que o conceito do LOGCAP tem garantido maior flexibilidade às forças norte-americanas, visando a atender a chamados de emergência para operações de contingência militar em qualquer parte do mundo, característica comum também às Operações de Manutenção da Paz.

O LOGCAP NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

No ano de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o emprego da Força Tarefa Unificada (*Unified Task Force - UNITAF*), coalizão multinacional liderada pelos EUA, de forma a impor as condições de segurança necessárias à realização de ações de ajuda humanitária na Somália (ARNOLD, 1994).

Conforme solicitado pela ONU, todo o apoio logístico à operação seria encargo do Governo dos EUA. O anúncio final do Presidente George Bush (o pai), em 4 de dezembro de 1992, de que tropas norte-americanas seriam enviadas à Somália, constituiu-se no cenário perfeito para o emprego do LOGCAP pela sua primeira vez (NICHOLS, 1994).

O Plano de Operações recebeu a denominação de *Restore Hope* e consistia em enviar o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA para realizar a segurança da capital e estabelecer uma base de operações, depois empregando as unidades do Exército dos EUA na conclusão de operações de ajuda humanitária.

Com relação ao apoio logístico, a melhor opção disponível para a missão humanitária na Somália seria empregar a contratada civil, levando os fuzileiros a requisitarem ao Exército que o contrato de contingência do LOGCAP fosse ativado (Id., Ibid.).

O pronto atendimento da contratada foi marcante, considerando-se o fato de que nenhum plano havia sido elaborado para aquela área (NICHOLS, 1994). O pessoal da contratada já estava em território somaliano um dia após o desembarque dos fuzileiros navais. O LOGCAP reforçou o Comando Logístico americano sob a Força Tarefa Unificada (*United Task Force - UNITAF*) até maio de 1993, quando o mandato da ONU entrou em vigor, dando início às operações da ONU na Somália (*United Nations Operations in Somalia - UNOSOM*).

Por solicitação da ONU, a contratada do LOGCAP continuou a expandir a estrutura da força do apoio logístico sob a UNOSOM, proveniente apoio para os EUA e para as forças multinacionais.

Ainda segundo Nichols (1994), em dezembro de 1993, o LOGCAP viu-se como o único fornecedor de apoio logístico para a UNOSOM, na medida em que o presidente norte-americano ordenou o início da retirada das tropas americanas.

A missão da contratada do LOGCAP incluía: a construção de um acampamento base, manutenção e reparo, suprimento e serviço de rancho, serviço de banho e lavanderia, serviço de geração de energia elétrica, distribuição e produção de água, serviços sanitários portáteis, controle de lixo, manuseio de combustível, transporte e apoio linguístico (intérpretes).

Os EUA desembolsaram mais de US\$ 104 milhões para o contrato do LOGCAP na Somália, sendo que US\$ 63 milhões foram destinados ao apoio das tropas norte-americanas e o restante para o apoio da ONU até março de 1994 (MICHAEL, 1994).

A contratada do LOGCAP foi novamente utilizada para o apoio à Missão das Nações Unidas de Assistência à Ruanda (*United Nations Assistance Mission for Rwanda* - UNAMIR). A companhia Brown and Root encarregou-se da produção, distribuição e o armazenamento de água potável. A operação durou de julho a setembro de 1994, com um custo de mais de US\$ 6 milhões.

Cabe ressaltar que o Governo dos EUA apoiou a missão indiretamente por meio do envio da contratada, eliminando o comprometimento de tropas norte-americanas, desgastadas pelos acontecimentos ocorridos na Somália.

A contratada foi ainda mobilizada em setembro de 1994 para o apoio à Missão das Nações Unidas no Haiti (*United Nations Mission in Haiti* - UNMIH), novamente financiada pelo Governo dos EUA (NICHOLS, 1994).

A contratada do LOGCAP construiu acampamentos-base e a rede de distribuição elétrica

dos prédios. Forneceu, também, serviços de hospedagem, lavanderia, operações de serviço de rancho, manutenção, transporte, manutenção de estradas e suprimento.

A contratada forneceu, também, serviços de guarda patrimonial, de saúde e de manutenção dos campos de pouso. Devido ao volume de apoio solicitado à contratada, a missão no Haiti esteve próxima de realizar o pacote completo de apoio idealizado pelo Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA, quando o mesmo celebrou o contrato básico em 1992 (NICHOLS, 1994).

Mas a ONU ainda iria necessitar novamente dos serviços de uma contratada civil. Com a assinatura do Protocolo de Lusaka entre o Governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em novembro de 1994, surge um dos maiores desafios para a ONU, na medida em que a UNAVEM III foi a maior operação já realizada sob a égide daquele organismo internacional.

As experiências bem-sucedidas do emprego de contratos do tipo LOGCAP recomendavam que esta fosse novamente a solução para os complexos problemas logísticos que se visualizavam.

Neste caso, no entanto, um contrato foi firmado diretamente entre a ONU e um consórcio formado pela empresa norte-americana Raytheon e a brasileira Odebrecht, no ano de 1995 (ANTUNES, 2003). O contrato previa o fornecimento de todo o apoio correspondente às diversas funções logísticas previstas na doutrina da ONU.

A principal tarefa, no entanto, seria a de instalar e operar uma Base Logística em território angolano, na localidade de Viana (próximo a Luanda), um centro nodal de transporte no porto de Lobito e a operação de instalações aeroportuárias em Luanda.

A contratada desdobrou instalações logísticas pelos seis comandos regionais estabelecidos pela missão, aos quais provia apoio em transporte aéreo, suprimento de todas as classes, manu-

tenção, construção, além de serviços de acomodação, lavanderia e comunicações.

Dificuldades orçamentárias verificadas pela ONU durante o longo processo de paz em Angola criaram uma série de embarracos para o contrato com o consórcio Raytheon/Odebrecht, particularmente por atrasos no repasse dos pagamentos devidos. No entanto, a contratada manteve o apoio logístico durante toda a operação.

A utilização de uma empresa brasileira num contrato de contingência do vulto requerido pela UNAVEM III, e nas condições altamente desfavoráveis em que foi realizado, deixa patente a capacitação da logística civil nacional em mobilizar recursos materiais e serviços de toda a ordem.

Em 1999, foi formada a Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET), que liderada pela Austrália visava a estabelecer emergencialmente um processo de independência para aquele país. Segundo Folk e Smith (2002), a INTERFET inicialmente foi apoiada logisticamente pelos meios do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, baseados em Okinawa e no Havaí, mas logo o Governo dos EUA decidiu empregar mais uma vez seu programa LOGCAP, desta vez tendo como contratada a empresa DynCorp.

Em face das necessidades prementes, em menos de 24 horas a contratada realizou um levantamento inicial e uma estimativa de custos (FOLK; SMITH, 2002). Todas as necessidades logísticas passaram a ser atendidas pela DynCorp, inclusive após a transferência de responsabilidade da operação da INTERFET para a Autoridade de Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), esta última diretamente subordinada à ONU.

APLICABILIDADE AO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

No caso da nossa realidade, um grande ensinamento pode ser aproveitado da experiência vivida pela Odebrecht como contratada na

UNAVEM III. O Brasil possui diversas empresas de construção civil de grande porte, cuja característica comum é a de possuir uma estrutura logística invejável e eficiente. As obras de grande porte já realizadas no País, tais como a hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares, a ponte Rio-Niterói, os metrôs urbanos e muitas outras, demandaram a estruturação de verdadeiras bases logísticas para o apoio a cada uma delas.

Estas são experiências e aptidões que não podem ser esquecidas, visto que tais empresas já demonstraram a capacidade de planejar, coordenar e executar funções logísticas as mais diversas, como suprimento, transporte, manutenção, recursos humanos e saúde, em apoio a sua função principal que é a de construção civil, que por sinal também é uma função logística (Engenharia).

Um programa de Mobilização de Emergência de Defesa poderia seguir o modelo adotado pelo LOGCAP: o contrato básico financeira apenas uma pequena assessoria contratada, fornecida por empresa nacional de infra-estrutura ou construção civil, para efetuar estudos e planejamentos logísticos voltados para atender às diversas hipóteses de emprego (HE), gerando um importante banco de dados, permanentemente atualizado.

O citado contrato básico se enquadraria ainda no sentido de “encomenda educativa”, preconizado pelo SINAMOB, na medida que estimularia um novo e importante mercado para as empresas de infra-estrutura e construção civil.

A questão do sigilo dos planejamentos operacionais seria mantida, na medida em que a contratada atuaria tão-somente no levantamento de necessidades para a mobilização da estrutura doutrinária das Bases Logísticas (Ba Log) a serem desdobradas nos prováveis teatros de operações terrestres.

OS CONTRATOS DE CONTINGÊNCIA

Os Contratos de Contingência do tipo LOGCAP demonstraram que sua principal vantagem, em relação aos demais processos de obten-

ção de apoio logístico, é a flexibilidade. No caso da ONU, as Forças de Paz puderam, quase que de imediato, ter acesso à ampla gama de recursos da contratada sem ter de esperar pela mobilização de Estados-Membros aptos e dispostos a empenhar sua logística militar nos ambientes geralmente hostis de uma operação de paz.

Um contrato desta natureza atende integralmente ao enfoque da Mobilização de Emergên-

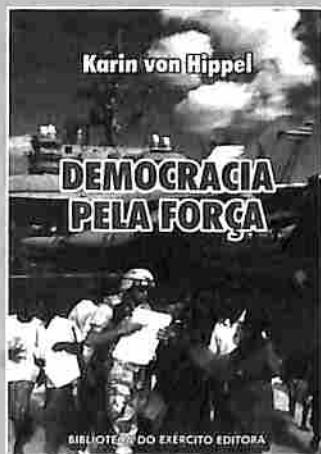
cia, sendo particularmente vocacionado para a estruturação da logística na Zona de Administração (ZA).

Num momento em que as discussões relativas à Mobilização vêm ganhando corpo, os Contratos de Contingência podem apresentar-se como um modelo aplicável à expansão de nossa logística militar, com base em meios existentes desde o tempo de paz. ☽

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, S. L. Somália: "Uma operação abaixo do nível de guerra". *Military Review*, Fort Leavenworth, v. LXXIV, jul./set. 1994.
- FOLK, James; SMITH, Andy. *A LOGCAP Success in East Timor*. 2000. Disponível em <<http://www.almc.army/ALOG/Issues/JulAug00/MS566.htm>>. Acesso em 3 de agosto de 2002.
- KOLAR, Nicholas J. *LOGCAP: providing vital services to soldiers*. 1997. Disponível em <<http://call.army.mil/main.htm>>. Acesso em 16 de setembro de 2002.
- MICHAEL, Stephen. *CSS Operations in Somália. Infantry*. Fort Brag, v. 28, p.29-33, n. 4, jul./ago. 1994.
- NICHOLS, Camille M. "O Programa de Expansão da Logística Civil". *Military Review*, Fort Leavenworth, v. LXXVII, n. 1, jan./mar. 1994.
- ANTUNES, Marco Antonio. *Vitória da Persistência*. 2002. Disponível em <<http://www.odebrecht.com/artigoview.php?id=46>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2003.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Democracia pela Força Karin von Hippel

A partir do final da Guerra Fria, a comunidade internacional e os Estados Unidos, particularmente, realizaram intervenções em uma série de conflitos civis, em diversas regiões do mundo. Nos casos em que as ações, sanções econômicas ou pressões diplomáticas falharam, ocorreram intervenções militares. A autora examina quatro dessas intervenções patrocinadas pelos Estados Unidos: Panamá, Somália, Haiti e Bósnia. Nos episódios citados, Karin von Hippel analisa os fatores que levaram à intervenção, o caminho percorrido pela ação armada e os esforços desenvolvidos para a chamada reconstrução nacional.

A morte do Almirante Yamamoto

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

As florestas de Bougainville, nas Ilhas Salomão, abrigam os destroços de um avião que foi abatido em uma das mais notáveis missões de combate de todos os tempos. Como os norte-americanos eliminaram um dos maiores comandantes da Segunda Guerra Mundial?

Na manhã de domingo, dia 18 de abril de 1943, 16 caças P-38 Lightning decolaram de Henderson Field, na Ilha de Guadalcanal, com uma difícil missão - voar 700km sobre o mar para destruírem uma única aeronave. Tecnicamente era uma missão quase impossível. Qualquer erro de navegação e a esquadilha se distanciaria quilômetros e quilômetros de seu alvo. Seu objetivo era matar o Almirante japonês Isoroku Yamamoto. Devido a sua importância, a autorização para desencadear a missão havia sido dada pelo próprio presidente dos EUA.

Isoroku Yamamoto era o comandante-em-chefe da Frota Combinada Japonesa. Foi ele quem planejou os eventos que o Presidente Roosevelt definiu como "o Dia da Infâmia", 7 de dezembro de 1941, quando os aviões japoneses atacaram a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, sede da Frota do Pacífico da Marinha dos EUA. Os navios e marinheiros foram tomados completamente de surpresa, sendo alvos fáceis para os bombardeiros e torpedeiros japoneses. Ao final do ataque, oito couraçados foram afundados ou seriamente danificados e mais de mil marinheiros norte-americanos jaziam mortos.

Esta agressão seria vingada sobre a ilha de Bougainville, no Pacífico, em um dia quente de abril de 1943. Mas como os norte-americanos ficaram sabendo que Yamamoto estaria naquele lugar preciso em uma determinada hora?

O Almirante Yamamoto

Isoroku Yamamoto nasceu no dia 4 de abril de 1884 em uma pequena cidade do noroeste do Japão. Ainda criança aprendeu a falar inglês com um missionário norte-americano e, aos 16 anos de idade, prestou concurso para a Academia Na-



Almirante Isoroku Yamamoto, comandante-em-chefe da Frota Combinada Japonesa

val japonesa, sendo aprovado em 2º lugar. Em 1904, aos 21 anos, passou a integrar os quadros de oficiais da Frota Imperial. Um ano depois, em 1905, foi enviado para lutar na Guerra Russo-Japonesa, servindo sob o comando do Almi-

* O autor é Capitão de Artilharia.

rante Togo na Batalha de Tsushima, na qual a frota japonesa derrotou a esquadra russa. Nessa oportunidade, Yamamoto foi gravemente ferido em combate, perdendo dois dedos da mão esquerda. Mas, em Tsushima, Yamamoto aprendeu uma lição que iria nortear toda a sua vida militar – uma esquadra moderna podia derrotar facilmente uma marinha que ficara ultrapassada. Isto lhe serviu de motivação para estudar o desenvolvimento das modernas esquadras ocidentais.

Yamamoto casou-se em 1918, ano em que terminou a Primeira Guerra Mundial. As marinhas ocidentais se desenvolveram muito rapidamente neste conflito. Os ingleses, por exemplo, construíram o *HMS Argus*, o primeiro porta-aviões projetado com convés de vôo, e, a partir dele, realizaram ataques aéreos contra as tropas alemãs. No ano seguinte, Yamamoto foi nomeado membro do gabinete do adido naval japonês, em Washington. Nesta época afirmou a um repórter norte-americano que o navio mais importante no futuro seria aquele capaz de operar com aviões. Yamamoto acompanhava com atenção as experiências realizadas por britânicos e norte-americanos, que testavam a decolagem de aviões a partir de rampas construídas sobre as torres de canhões dos couraçados. Durante dois anos viveu nos Estados Unidos e freqüentou a Universidade de Harvard. Nesse período, aproveitou para estudar os projetos de navios e armamentos das marinhas ocidentais, particularmente sua aviação naval. Já nesta época a Marinha Imperial Japonesa já havia se transformado na mais poderosa força naval da Ásia.

O caminho para Pearl Harbor

Em 1922, os EUA lançaram seu primeiro porta-aviões, o *USS Langley*. No ano seguinte, Yamamoto foi nomeado comandante da nova Escola de Aviação da Marinha do Japão sediada em Kasumigawa e, aos 40 anos de idade, aprendeu a pilotar. Sua liderança e experiência inspira-

vam seus alunos, devotando-se de corpo e alma à formação de aviadores navais. Até hoje Yamamoto é considerado o fundador da Força Aero-naval japonesa.

Durante o ano de 1924, Yamamoto tornou-se o Adido Naval japonês nos EUA. Seus deveres não eram unicamente diplomáticos, ele havia abandonado os estudos sobre as marinhas ocidentais e concentrado sua atenção em espionar a Marinha dos EUA.

Na década de 1920, a Marinha japonesa havia crescido muito, e, como Yamamoto previra, o Japão havia construído quatro porta-aviões. O Japão materializou sua pretensão imperialista invadindo a Manchúria em 1931 e avançando para o interior da China, provocando grande tensão entre o Japão e os EUA.

Em 1934, foi realizada a convenção naval de Londres, na qual a Inglaterra e os EUA tentaram limitar a crescente produção de navios de guerra japoneses. Yamamoto era o chefe da delegação japonesa e recusou as propostas de desarmamento com veemência, permitindo ao Japão competir com os EUA e sua nova geração de couraçados e porta-aviões.

Três anos mais tarde, na China, um avião japonês atacou e afundou um navio de guerra norte-americano, gerando ainda mais tensão entre os dois países. Ao mesmo tempo, ditadores como Hitler e Mussolini subiram ao poder na Europa. Uma aliança com eles parecia o caminho natural para o Japão atingir seus objetivos expansionistas. O Império do Sol Nascente caminhava para a guerra, e, logo, o novo conceito de força aeronaval de Yamamoto seria testado.

Yamamoto tornou-se, em 1939, comandante-em-chefe da Frota Combinada, a qual possuía a terceira maior Marinha do mundo, atrás apenas da Inglaterra e dos EUA. No Pacífico, o Japão tinha dez modernos porta-aviões, contra três dos EUA, e oito couraçados, contra nove norte-americanos de qualidade inferior. Na Europa, a Segunda Guerra Mundial já era uma realidade.

O Japão vai a guerra

No dia 7 de dezembro de 1941, a esquadra de Yamamoto atacou a base de Pearl Harbor. A força aeronaval que ele havia construído obteve uma vitória devastadora sobre a Frota do Pacífico dos EUA. Seu único infortúnio foi o fato de que os porta-aviões norte-americanos escaparam da destruição, uma vez que haviam saído do Havaí dias antes para transportar aviões e abastecer com suprimentos outras bases.

Imediatamente depois de Pearl Harbor, os japoneses lançaram ataques contra territórios britânicos, holandeses e norte-americanos na Ásia. Filipinas, Hong-Kong e Cingapura caíram facilmente diante das decididas tropas japonesas. Mas os japoneses não sabiam que os EUA tinham um poderoso trunfo – antes da guerra o serviço de inteligência norte-americano havia decifrado o código de criptografia JM-25 da Marinha japonesa. Durante toda a guerra os japoneses utilizaram cerca de 15 códigos diferentes com 30 ou 40 combinações, mas 75% das comunicações navais japonesas eram transmitidas com a criptografia JM-25. Todas as suas mensagens secretas eram interceptadas, decodificadas em máquinas IBM especialmente tabuladas em JM-25, traduzidas e enviadas ao Alto-Comando dos EUA.

A descoberta do código teve importância fundamental, em junho de 1942, durante a batalha de Midway. Como já haviam interceptado as comunicações indicando a posição da frota japonesa, os norte-americanos enviaram uma poderosa força aeronaval para atacá-la, provocando sua primeira derrota na guerra. Ao término dos combates, quatro porta-aviões japoneses haviam sido afundados. Com essa enorme falha na segurança de suas comunicações, era uma questão de tempo para as derrotas japonesas aumentarem.

Em fevereiro de 1943, os japoneses sofreram sua primeira derrota em terra, ao perderem Guadalcanal, nas Ilhas Salomão, para os norte-

americanos. Esta havia sido a conquista mais avançada das forças japonesas no início da guerra, distando apenas 2.000km da Austrália. Yamamoto estava disposto a reverter este quadro e, para isso, planejou um grande ataque aéreo contra as tropas norte-americanas em Guadalcanal e mudou seu quartel-general para a base principal da esquadra japonesa em Rabaul, na Nova Bretanha. Então, para motivar suas tropas, Yamamoto decidiu visitar a Ilha de Bougainville, cerca de 1.000km ao norte de Guadalcanal. A viagem não era considerada perigosa, pois os japoneses não acreditavam que os norte-americanos possuíssem aviões com alcance suficiente para alcançar Bougainville.

Na tarde de 13 de abril uma mensagem codificada pelo JM-25 foi interceptada na base da Frota do Pacífico no Havaí dizendo:

“Visita de Inspeção do comandante-em-chefe a Balalle, Shortland e Buin dia 18. Segue cronograma (...).”

A mensagem citava os horários e locais exatos da visita de Yamamoto. Todos os detalhes da viagem estavam, agora, nas mãos dos norte-americanos.

Ironicamente, três meses antes, a Marinha japonesa havia adotado uma nova combinação de seu código JM-25, mas, durante uma patrulha de rotina pelo Pacífico, a fragata neozelandesa *HMNZS Kiwi*, interceptou um submarino japonês e, em seu interior, conseguiu capturar a última versão do livro de códigos japonês. Os códigos foram atualizados e o acesso ao JM-25 foi novamente restabelecido.

O Almirante Yamamoto estaria ao alcance das aeronaves norte-americanas. Era a oportunidade para vingar Pearl Harbor.

A missão é preparada

A mensagem interceptada foi enviada para o Secretário da Marinha Fank Knox, em Washington, o qual viu de imediato a oportunidade para eliminar Yamamoto, reconhecendo que seria um

duro golpe no esforço de guerra japonês. Knox declarara no início da guerra: "... os japoneses iniciaram esta guerra. Nós vamos terminá-la!" Para desencadear a missão, Knox submeteu a mensagem à autorização do Presidente Roosevelt e, embora não haja prova documental do despacho com o presidente, ficou bem claro que este sancionou a ordem para abater o avião de Yamamoto. O almirante japonês iria se tornar o primeiro líder inimigo a ser eliminado intencionalmente pelo Governo dos EUA.

Yamamoto decolaria de Rabaul, na ilha de Nova Bretanha, no dia 18 de abril às 6 horas da manhã, hora de Tóquio, viajando a bordo de um bombardeiro médio escoltado por seis aviões de caça. Seu destino era a base de Buin, com escalas em Balalle e nas Ilhas Shortland. De acordo com os cálculos norte-americanos, caso Yamamoto decolasse no horário previsto, sua aeronave estaria, às 9h35, hora local, a exatos 55km do campo de Kahili, no litoral oriental de Bougainville.

A base norte-americana mais próxima dessa região era Henderson Field, na Ilha de Guadalcanal, sede de diversas unidades aéreas norte-americanas equipadas com Grumman F4F Wildcat, F4U Corsair e Lockheed P-38F Lightning, estes pertencentes ao 339º Fighter Squadron (Grupo de Caças) da 13ª Força Aérea do Exército dos EUA (USAAF). Após estudos preliminares, verificou-se que a única aeronave com alcance suficiente para executar a missão eram os Lightning do Exército. Foi então expedida a seguinte mensagem:

"Washington, 17/04/43 - 15h35. Ultra-secreto: Secretaria da Marinha ao Controle de Caças Henderson. O Almirante Yamamoto, acompanhado Chefe do Estado-Maior e sete oficiais-generais Marinha Imperial, partiu de Truk, 8 horas desta manhã, via aérea, em inspeção das bases de Bougainville. O almirante e comitiva viajarão nos Sally, escoltados por seis Zeke. Escolta e honra, provavelmente procedente Kahili, itinerário previsto de Rabaul Bucka às 16h30. O almirante

pernoitará Bucka e regressará amanhecer rumo a Kahili, estando aterrissagem prevista para 9h45. Em seguida, almirante embarcará caça-submarino em Balalle para inspeções unidades navais, sob comando Almirante Tanaka. Esquadrão 339. P-38 deve esperar e destruir Yamamoto e seu Estado-Maior, manhã de 18 de abril. Tanques suplementares, instruções e dados do tempo chegarão a 17 de abril à noite de Port Moresby. Informações acentuam extrema pontualidade Almirante Yamamoto. Presidente confere grande importância esta missão, cujos resultados deverão ser comunicados a Washington. Frank Knox, Secretário de Estado da Marinha."



*Lockheed P-38F Lightning
da USAAF. O caça bimotor orgânico do 339º Fighter
Squadron era armado com dois
canhões 20mm e quatro metralhadoras .50*

Os norte-americanos sabiam que seria uma missão difícil e perigosa, pois Bougainville distava quase 1.000km de Guadalcanal. Somente o Lockheed P-38 Lightning, equipado com tanques extras de combustível, teria condições técnicas de cumprir esta missão. O P-38 era um bimotor de elevado desempenho. Com seus dois motores Allison V-1710, podia voar a uma velocidade de 600km/h e ser equipado com tanques externos de combustível que lhe proporcionavam grande autonomia de vôo. Seriam exatamente esses tanques extras que permitiriam o vôo de ida e volta até Bougainville. O avião era armado com dois canhões de 20mm, localizados no nariz, e quatro metralhadoras calibre .50, posicionadas duas a duas em cada asa. Este armamento

conferia ao P-38 grande capacidade de interceptação, particularmente contra um bombardeiro, mais lento e com menor manobrabilidade.

O 339º Fighter Squadron da USAAF foi a primeira unidade do Pacífico a empregar aviões de caça bimotores e a aeronave de sua dotação era o P-38F, uma das versões mais modernas do poderoso caçador. Para liderar a missão foi escolhido o Major John W. Mitchell, um habilidoso aviador que já havia sido condecorado por suas vitórias contra os japoneses. Ele selecionou quatro de seus melhores pilotos para integrarem o grupo de matadores, que efetivamente teria como missão abater o avião de Yamamoto.

O planejamento da missão era complexo e impressionante. Os aviões teriam de voar baixo, para fugir dos radares, sem visão de terra, durante 750km e chegar ao local da interceptação segundos antes de seu alvo. No plano de vôo não havia lugar para erros. A previsão de chegada de Yamamoto à Bougainville era às 9h45. A esquadilha tentaria interceptá-lo às 9h35.

A hora da vingança

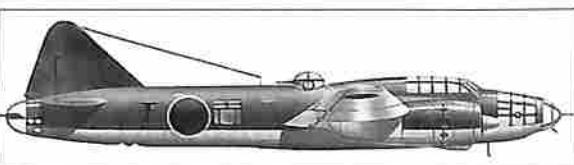
Na manhã de 17 de abril de 1943, o Controle de Caças de Henderson Field recebeu a seguinte mensagem codificada: O pavão vai chegar na hora. Arranque a sua cauda. Era o sinal verde para matar Yamamoto.

No dia seguinte, logo ao amanhecer, o Major John Mitchell emitiu as ordens finais para seus pilotos. Às 7h10, os 18 P-38F decolaram para dar início à caçada. Mal começara a missão e uma das aeronaves fora obrigada a abortar quando furou o pneu na corrida de decolagem. Era justamente um dos aviões designados para a interceptação, uma vez que o plano previa quatro aeronaves para realizar o ataque, enquanto as outras 14 forneceriam escolta e cobertura aérea. Pouco depois, outro integrante da esquadilha, também do grupo de matadores, foi forçado a abandonar a missão devido à dificuldade em

transferir combustível dos tanques externos para os principais. Apesar do revés inicial, a esquadilha prosseguiu em vôo rasante rumo ao ponto de interceptação, a quase 700 quilômetros dali.

O Capitão Thomas Lamphier, comandante do grupo de matadores, informou a Mitchell que seu grupo havia sido reduzido à metade e, para solucionar este problema, foi determinado que dois aviões do 3º elemento fossem completar o grupo. Agora havia 16 aeronaves no ar. Voando a uma velocidade de cruzeiro de 320km/h, os P-38 levariam cerca de duas horas para atingir o ponto de interceptação. O sucesso da missão dependia da correta e precisa navegação sobre o mar por parte dos norte-americanos e da pontualidade do Almirante Yamamoto. Os 16 aviões voavam em grupos de quatro, com separação de 30 metros, a uma altitude de apenas 10 metros acima do mar. Por voarem tão baixo, com o forte sol do Pacífico sobre eles, os aviões logo se transformaram em fornos. Os P-38 haviam sido projetados para voarem em elevadas altitudes, não possuindo qualquer sistema de refrigeração, o que fazia com que a temperatura interna nas cabines atingisse os 35°C. Em vez de percorrerem o caminho mais curto entre Henderson e Bougainville, o plano previa uma rota cuja trajetória arqueava sobre o oceano ao sul das Ilhas Salomão, pois a Inteligência Naval americana temia que os aviões fossem detectados em rota por aeronaves ou observadores costeiros inimigos,

A mais de 800 quilômetros dali, dois bombardeiros Mitsubishi G4M Betty da Marinha Im-



O Mitsubishi G4M (codinome aliado Betty ou Sally) era o principal bombardeiro da Marinha japonesa. Foi em uma aeronave igual a esta que Yamamoto se deslocava de Rabaul para Bougainville quando foi abatido.

perial decolaram de Rabaul pontualmente às 8h, apenas meia hora após a decolagem dos P-38 do 339º Fighter Squadron. Yamamoto e mais três oficiais de seu estado-maior seguiam no primeiro avião. No segundo bombardeiro viajavam outros dois almirantes, além de oficiais menos graduados da comitiva. Os dois aviões eram escoltados por seis caças Mitsubishi A6M Zero da 309ª Esquadrilha da Marinha japonesa. A característica pontualidade de Yamamoto determinaria o fim de sua vida.

Quase duas horas e vinte minutos após a decolagem do líder e já próximos à Baía da Imperatriz Augusta em Bougainville, os pilotos dos P-38 avistaram na névoa oito aeronaves a uma distância de oito quilômetros e a uma altitude de 4.500 pés. Imediatamente, os Lightning dividiram-se em dois grupos. Enquanto nas cabines de 12 dos caças os pilotos imprimiam potência máxima aos motores Allison para subir a 18 mil pés, seus quatro companheiros do grupo de matadores passaram à perseguição. Aliando seus tanques externos de combustível e iniciando uma subida de pequena inclinação para interceptar a esquadrilha inimiga que já iniciava a aproximação para o pouso em Kahili, dois dos P-38F rumaram para os dois bombardeiros médios que, a esta altura, já haviam sido identificados como sendo do tipo Mitsubishi G4M Betty. Incapazes de distinguir qual deles transportava o precioso alvo, o Capitão Thomas Lamphier e o Tenente Rex Barber viram-se obrigados a abater os dois aviões.

Apesar da confusão inicial provocada pela reação dos Zeros da escolta inimiga, Lamphier viu uma sombra verde passando por cima da selva embaixo - era um bombardeiro, quase raspando nas árvores. Seguiu-o até o nível da copa das árvores e disparou uma longa rajada com as metralhadoras calibre .50. A asa e o motor direitos do bombardeiro começaram a pegar fogo, partindo-se em seguida. O bombardeiro espatifou-se na selva de Bougainville. O outro Betty

também foi abatido, chocando-se contra a superfície do mar. Os almirantes Ugaki e Kitamura, que estavam a bordo deste avião, escaparam com sérios ferimentos, sendo posteriormente resgatados por uma embarcação da Marinha japonesa.



O P-38 de Lamphier recupera altitude após metralhar o bombardeiro de Yamamoto, que cai na floresta com seu motor em chamas.

Por volta das 11h a esquadrilha havia derrubado os dois bombardeiros e três Zeros japoneses. Somente um dos P-38, pilotado pelo Tenente Raymond Hine, não retornou a Henderson Field.

Balanço e segredo

Não havia prova concreta de que haviam matado Yamamoto. Entretanto, em poucas horas, houve um aumento anormal das comunicações japonesas pelo rádio, entre Bougainville e Rabaul e entre Truk e o Japão, indicando que, com certeza, algo muito incomum havia acontecido.

Depois da aterrissagem, Lamphier e Barber começaram a discutir para determinar quem teria abatido os bombardeiros. Um relatório elaborado imediatamente após o ataque concluiu que os dois haviam acertado os dois bombardeiros, sem que houvesse atribuição definitiva de crédito individual. O sucesso da missão foi comunicado ao Almirante Halsey, Comandante da Frota do Pacífico, através da mensagem em código: A doninha saiu da toca.

No dia seguinte, teve início a segunda fase da operação, visando a encobrir os fatos aos japoneses. A morte de Yamamoto deveria parecer uma desastrosa fatalidade, pois os norte-americanos desejavam manter em segredo o fato de terem decifrado os códigos navais japoneses. Para ratificar esta idéia, outra esquadrilha de P-38 partiu em uma falsa missão de reconhecimento sobre Bougainville. A execução da operação não foi divulgada para a imprensa e o ataque foi abafado por outras notícias da guerra. No princípio, os japoneses desconfiaram que seu código poderia ter sido decifrado, mas um inquérito concluiu que um nível de segurança inferior do código, utilizado por um comandante japonês às vésperas da fatídica viagem, poderia ter revelado a mensagem. Desta forma, acreditando que suas comunicações ainda eram seguras, os japoneses continuaram a utilizar o JM-25 até o final da guerra.

Algumas horas após o ataque, nas selvas de Bougainville, uma patrulha japonesa localizou os destroços do bombardeiro Betty abatido. Em seu interior estava o corpo de um oficial envergando uma farda cáqui de serviço e luvas brancas, ainda empunhando uma espada ceremonial de samurai - era o Almirante Isoroku Yamamoto.

Considerações finais

O corpo de Yamamoto foi cremado e as cinzas colocadas em uma urna branca que foi despachada para Tóquio. O povo japonês somente ficou sabendo da morte de seu mais popular almirante um mês após o ataque. Por ordem do Imperador, um funeral de herói foi organizado

na capital japonesa, ao qual compareceram cerca de 1,5 milhão de japoneses.

Em dezembro de 1943, oito meses após a morte de Yamamoto, os EUA atacaram e conquistaram a base japonesa de Rabaul, local de partida do avião do almirante. A morte de Yamamoto não abreviou a guerra no Pacífico. Havia ainda um longo caminho a percorrer, no qual as tropas japonesas ofereceram tenaz defesa aos ataques norte-americanos de ilha em ilha durante os dois anos seguintes. Mas, definitivamente, um duro golpe havia sido aplicado no moral e no esforço de guerra do Japão, pois a Marinha Imperial Japonesa não possuía nenhum oficial a altura de substituir Yamamoto.

John Mitchell e seu grupo foram enviados para os EUA imediatamente após a missão e nunca mais combateram no Pacífico, pois o risco de sua captura pelos japoneses era alto demais. A operação para matar Yamamoto deveria permanecer em sigilo a qualquer custo. Cada piloto que participou da missão recebeu uma promoção e diversas condecorações foram distribuídas.

Dentre as potências do Eixo, o Japão foi o único que atacou o território norte-americano e o fez da forma mais covarde. Mesmo empenhados em derrotar a Alemanha na Europa, os norte-americanos reservaram para os japoneses a sua vingança, pelo que eles fizeram em Pearl Harbor. A notável missão secreta que combinou a descoberta de um código de criptografia, um ousado senso de oportunidade e uma tática aérea impecável foi um dos instrumentos desta política de vingança, ceifando a vida do arquiteto do "Dia da Infâmia". ☀

A Expedição Brayner e a tentativa de colonização portuguesa da Ilha de Trindade de 1783 a 1795*

Marcus Vinicius Macedo Cysneiros**

Em 15 de abril de 1700, pela primeira vez, tremulou nos rochedos de Trindade o pavilhão da cruz de São Jorge. O astrônomo inglês Edmund Halley, a bordo da corveta *Paramount Pink*, inaugurando a era das viagens científicas, dela tomou posse, em nome de Sua Majestade, o Rei Guilherme III, ignorando a precedência da descoberta portuguesa, em 1503.

Pode-se dizer que este ato, perpetrado pelo astrônomo-navegador, configura a primeira tentativa concreta de apropriação da Ilha de Trindade por parte da Coroa inglesa. Naquela mesma ocasião, o comandante do navio mandou soltar os primeiros casais de cabras e porcos, com o objetivo de fornecer carne e leite a eventuais naufragos. Coube, portanto, aos ingleses o primeiro ato efetivo de colonização da ilha, numa clara demonstração da sua estratégia de dominar as ilhas do Atlântico Sul e transformá-las em pontos de apoio às rotas oceânicas. Só não podiam prever que, passados mais de trezentos anos, as cabras continuariam dispersas na ilha, tendo devorado praticamente toda a sua vegetação nativa.

Mais tarde, em ofício de 5 de dezembro de 1722, o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha e Albuquerque, informava ao Secretário Diogo de Mendonça Corte Real sobre a chegada, na Ilha Grande, de dois navios ingleses, os quais procuravam contatar comerciantes da praça do Rio de Janeiro, a fim de estabelecer em Trindade um entreposto negreiro, ligando a costa da Mina ao Brasil.

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major de Infantaria e de Estado-Maior.

Na época, a Ilha Grande, no litoral sul-fluminense, era um importante centro de recepção e comércio de escravos africanos, uma atividade extremamente rentável. Muitos ingleses estavam envolvidos no tráfico negreiro, em especial um certo Duque de Xambre, ligado à Companhia da Guiné, cujo nome aparece nos documentos da época.

No ano seguinte, o Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil, Vasco Fernandes Cezar de Menezes, em carta de 31 de maio, informa ao Rei D. João V:

[...] ter-lhe, o Governador interino da feitoria de Ajuda, Francisco Pereira Mendes, avisado “de ter ido à I. de Trindade um paquete inglês botar gente em terra para a povoarem, o que não conseguira pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José do Lemedo lhe dar duas vezes caça [...]”, acrescentando mais adiante que na “povoação da dita Trindade afirmam os ingleses estar empenhado o Duque de Xambre”, possuidor de grandes interesses na Companhia da Guiné. (Diretoria de Hidrografia e Navegação, 1969, p. 4).

Em consequência, por ofício de 22 de fevereiro de 1724, D. João mandou fortificar a praça de Trindade, providência que Ayres de Albuquerque não chegou a tomar.

A pressão cada vez maior exercida pela Inglaterra sobre a Ilha de Trindade, ao longo do século XVIII, não era um fato isolado. A Marinha britânica vinha atingindo um poderio considerável, defendendo interesses econômicos que se estendiam por toda parte, do Atlântico ao Índico, da América do Norte ao Extremo Oriente. Além disso, crescia o interesse pelas ciências naturais e, suspeitava-se, inúmeras terras ainda

estavam por ser descobertas no vasto Pacífico e nos gelados mares antárticos.

Assim, da mesma forma que os portugueses, numa primeira onda, haviam descoberto todas as ilhas existentes no Oceano Atlântico, entre o Equador e o paralelo 40° S, os ingleses, numa etapa posterior, bem mais preparados e equipados, fizeram algo parecido, descobrindo e tomando para si a posse de praticamente todas as ilhas ao sul do paralelo 40° S.

Mas não fizeram só isso. A Portugal, dono de vastas possessões na América, África e Ásia, era impossível ocupar, defender e controlar todas as suas colônias. Os espaços interiores do Brasil, de Angola e Moçambique, por exemplo, continuavam a ser enormes vazios populacionais. A Inglaterra valeu-se dessa deficiência e procurou, como também fizeram outras nações, ocupar todos os territórios disponíveis, assenhoreando-se, entre outras coisas, das ilhas descobertas pelos portugueses no alvorecer quinhentista. E Trindade não pode ser vista fora desse contexto.

Em 28 de maio de 1775, o navegador inglês James Cook, explorador da Austrália e da Nova Zelândia, ao final da segunda de suas três grandes viagens pelos mares do sul, registra em seu diário de bordo a passagem pela Trindade.

No ano de 1781, os ingleses voltariam. Desta vez, como mostra Lobo (1919), dispostos a ficar:

[...] Desembarcaram no Porto do Príncipe e ali fundaram um forte a que, segundo Xavier de Brito, deram o nome de Forte da Rainha, mas que provavelmente foi baptizado com esse nome pelos portugueses, em 1783, e em honra a D. Maria de Portugal, tendo também construído várias casas pequenas, de cal e tijolo, e um depósito de material.

Em 19 de janeiro de 1782, quando na Europa, na América e nas Índias as esquadras britânicas e franco-espanholas canhoneavam umas às outras na guerra iniciada com a rebeldia de George Washington, transpôs a barra da Guanabara a setia castelhana Jesus, Maria, José, e seu coman-

dante, o alferes de navio D. Juan de Romanet, apressou-se em divulgar a grave novidade de que era portador.

A Ilha de Trindade estava ocupada e fortificada por uma guarnição inglesa, que lhe fizera fogo ao tentar reconhecer o povoado que avistara na praia. Havia, também, uma embarcação de transporte fundeada nas proximidades.

O Vice-Rei do Rio da Prata, D. Juan José Vertiz, procurando tirar proveito da situação, propôs ao Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, unir as suas forças às luso-brasileiras para expulsar os intrusos, mostrando-lhe os riscos provenientes de uma presença inglesa tão próxima do litoral do Brasil.

Apesar de consciente do perigo, que não se restringia ao comércio do Brasil, uma vez que a Trindade era o ponto de partida para a demanda de Angola e estava no meio da rota das Índias, D. Luiz de Vasconcellos, prudentemente, recusou a oferta, comunicando-a ao Ministro D. Martinho de Melo e Castro que, de Lisboa, logo tomou as providências que a situação exigia.

O Governo português, preocupado com tais notícias, solicitou esclarecimentos ao seu representante junto à Corte da Inglaterra, Luiz Pinto de Souza, que confirmou toda a história. A respeito de sua investigação junto às autoridades inglesas, Pinto de Souza relata, numa carta a Lisboa, suas diligências e conclusões:

1 - Apenas recebi em 17 do passado a carta de V. Exa. relativa aos rumores que se tinham espalhado nessa Corte, de se haver apoderado o Comandante Johnstone de uma Ilha nas Costas do Brasil; não perdi tempo algum em examinar a verdade do facto, empregando nessa diligencia todos os meios que se poderam descobrir. As primeiras tentativas não produziram mais efeito do que induções prováveis fundadas nos mesmos rumores, que abri se tinham espalhado; e nesta incerteza, julguei conveniente de não rejeitar os mais que me vieram sugeridos, procurando uma conversação, algumas clarezas deste ministério [...]

Insistindo o representante português em suas buscas junto às autoridades inglesas, informa que:

[...] 3 - o Commandante Johnstone deixara na Ilha da Trindade o Capitão Daubergne que comandava a chalupa Shark, e mais 40 pessoas de Guarnição; fora algumas mulheres, gados e outros proventos; Que a referida Ilha se achava deserta, e sem vestígio algum de ter sido habitada; e - Que a sua posição era 21° 30' de latitude do Sul, e 28° 45' de longitude Oeste do Meridiano de Londres [...]

Mais tarde, Pinto de Souza teve a oportunidade de jantar na residência do próprio Comandante Johnstone, ocasião em que fica evidente a recorrente incerteza a respeito da Trindade:

[...] 5 - Daqui passou espontaneamente a fallar-me na Ilha da Trindade, que o Roteiro Portugues de Pimentel collocou em 20° 30' do Sul e a 110 legoas da Costa do Brasil; e puxando pelo Piloto da Índia, quis mostrar-me a sua posição assentando nos principios seguintes: Que todas as Ilhas, que jaziam naquellas paragens, eram denominadas pelos Geographos modernos debaixo do titulo collectivo de Ilhas de Martim-Vas as quaes se subdividem em duas a saber: Ascensão e Trindade: Que muitos davam tambem á primeira o nome de Trindade, supondo que fosse huma só; o que elle não podia decidir, pelo não ter visitado; porém que para evitar de nomes, denominarão a que fica mais a Oeste; Ascensam, ou Trindade A; e a que ficava mais a Leste Trindade B; mas que nem huma nem outra sobreditas correspondiam na descripção que dava Pimentel com a Ilha que este tinha descoberto naquellas paragens, supposto jazesse com pouca diferença na mesma latitude; porém a respeito da Longitude observada, teve toda a precaução de a não referir. - Entrando, porém, na descripção physica da mesma Ilha, disse-me; que era um rochedo sem prestimo e sem mais extensão do que a de 4 milhas em circuito; que não tinha acolhimento ou surgidouro proprio, sendo toda a costa hum fundo de recife que cortava em pouco tempo todas as amarras, e que por isso perdera alli huma

chalupa, e estivera em risco de perder toda a Esponha.[...] Finalmente que tinha sido obrigado a demorar-se alli algum tempo para fazer aguada, e para desembarcar a equipagem de huma Preza Franceza, que vinha perdida de Escorburto, porém que vendose obrigado a partir, deixara alli aquella gente para ser transportada a Europa em huma Embarcação, da qual não havia até o presente o menor aviso; e por isso tinha já representado a este ministerio a necessidade de mandar-se informar da sua sorte [...]

Após conversarem longamente, o funcionário português pediu emprestado o Livro de Arte de Navegar de Pimentel, no que foi atendido. Analisando o material e comparando-o com outras informações a respeito de Trindade, começou a tirar suas próprias conclusões e a colocar em dúvida os esclarecimentos prestados pelo oficial inglês:

[...] A identidade dos nomes não causa embaraço; porque já observei a V. Exa. que o comandante Johnstone appellida duas ilhas com o mesmo nome de Trindade A e Trindade B; e he mais que provavel não ser a ilha mais oriental Trindade B, que o mesmo Johnstone descobriu, a mesma em que se desembarcou a gente, mas que seja esta a ilha mais occidental, Trindade A; e que a explicação que o referido commandante me fez no § 50 não fosse a esse respeito a mais sincera.[...]

Mais adiante, confirma a ocupação inglesa e sugere algumas providências.

[...] De tudo o deduzido se deve, pois, concluir que o commandante Johnstone, e o capitão Pasley visitaram duas ilhas no mar Brasileiro; a primeira (e mais oriental) na longitude de 8° - 24' ao occidente da ilha de Ferro; e a segunda em 11° gráos do mesmo meridiano fazendo ambas debaixo do mesmo paralelo de 20° - 30' ao sul da Linha. Que a primeira he que Johnstone denomina Trindade B e que pretende haver descoberto; e que a segunda (appellidade Trindade A ou Ascenção) he a propria que deixou guarnecida, e por consequencia a mais immediata ás costas do Brazil. Tendo porém verificado bem o facto a respeito da ocupação de dita

ilha, pareceu-me conveniente não perder tempo em folhear sómente a este ministerio a respeito da sua evacuação apresentando-lhe sobre isso uma nota da qual remetteria cópia a V. Exa. pelo correio sucessivo. Deus guarde V. Exa. Londres, 4 de junho de 1782. - Illm. Exm. Sr Ayres de Sá Mello. - Luiz Pinto de Souza. (SOUZA, 1782).

Em 30 de junho de 1782, o Marquês de Valença, Governador da Bahia, oficiava ao Ministro Martinho de Melo e Castro, comunicando que em 17 daquele mês fundeara no Porto de Salvador o navio inglês *Jupiter*, transportando o Estado-Maior e a equipagem da fragata francesa *Felipina*, tomada a 180 léguas da Trindade pelos barcos ingleses. O documento confirma o que fora levantado por Luiz Pinto de Souza e, segundo Lobo (1919):

[...] Falla de um combate entre navios ingleses e franceses, a 180 leguas a este da Trindade. Venceram os ingleses, trazendo os prisioneiros doentes de escorbuto para a Bahia. Diz textualmente “que os Ingleses tem desembarcado nella cincuenta homens, e que a ficavam fortificando, tendo já levantado huma Bataria”.

Em 19 de julho, Lorde Grantham, atendendo aos protestos de Portugal, determinava ao Almirantado que fossem expedidas ordens para a evacuação da ilha. Como essas providências tardassem a ser executadas, o Governo luso foi além do campo diplomático, tomando algumas medidas de cunho bélico, com vistas a uma possível desocupação militar. Assim:

[...] logo após 20 de agosto suspendeu de Portugal para o Brasil a nau “Nossa Senhora dos Prazeres”, de 64 canhões (mais tarde batizada “Afonso de Albuquerque” e que chegou a fazer parte dos quadros da Armada brasileira) comandando-a na espinhosa missão o Capitão de Mar e Guerra José de Melo e transportando artilharia destinada à retomada da ilha. (GUEDES, 1972, p. 7).

No Brasil, em 24 de agosto, o vice-rei fazia sair, secretamente, a corveta *Nossa Senhora da Conceição* de Porto Salvo, sob o comando do Capitão Antônio da Costa Garcia, transportando o

Sargento-Mor João de Abreu Pereira, do Terço Auxiliar de São Gonçalo, a fim de reconhecer a ilha e informar-se a respeito dos ingleses.

O sargento-mor acovardou-se e, mesmo pressionado pelos demais oficiais a bordo, recusou-se a desembarcar, limitando-se a observar o forte inglês ao largo. Regressando ao Rio, desembarcou às escondidas, mas foi preso e teve suspenso o pagamento do soldo. Mais tarde, foi mandado libertar pela Rainha D. Maria I e eliminado do Real Serviço.

Apesar de não ter cumprido sua missão, o sargento-mor confeccionou um esboço da ilha, que foi anexado a um informe, entregue ao vice-rei logo do retorno da embarcação ao Rio de Janeiro, mais precisamente em 9 de outubro de 1782. Dois dias depois, D. Luiz de Vasconcellos assinava ofício encaminhando toda a documentação ao Ministro Melo e Castro.

Em documento datado de 22 de agosto do mesmo ano, o Almirantado inglês determinava ao Comandante Philip D'Auvergne a evacuação da Ilha de Trindade. Esta mensagem chegou ao Brasil a bordo da fragata *Nossa Senhora da Graça*, que suspendera de Lisboa em fins de setembro, trazendo ordens para o Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner, encarregado de expulsar os ingleses.

Em 7 de dezembro de 1782, o Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, investiu o Comandante Brayner de poderes para liquidar a questão, devendo “*principiar um estabelecimento*” e, caso o capitão inglês não acatasse suas ordens, “*dar hum golpe prompto e acertado*” (LOBO, 1919, p. 117).

A expedição Brayner era encabeçada pela nau *Nossa Senhora dos Prazeres*, acompanhada da fragata *Nossa Senhora da Graça* e três transportes. Conduzia grande quantidade de armas, munições e víveres, além de 150 homens de desembarque, comandados pelo Marechal-de-Campo José Raymundo Chichorro da Gama Lobo. Iam, também, seis casais de colonos açorianos, antes destinados a Angola e Santa Catarina.

A esquadra alcançou Trindade em 10 de janeiro de 1783, sem encontrar resistência. Logo se constatou que os ingleses haviam partido, deixando para trás, no Forte da Rainha, dois canhões de 12 polegadas, 9 de quatro polegadas e 4 pederneiros de meia libra.

O Almirantado parece ter mesmo reconhecido os direitos lusos sobre Trindade, determinando que seus homens a deixassem. Esses detalhes podem ser verificados em trechos da carta dirigida pelo vice-rei ao Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner em 7 de dezembro de 1782, contendo, inclusive, anexas, ordens expressas vindas da Inglaterra para o comandante inglês, determinando a evacuação do local:

Tendo chegado á Real Prezença de Sua Magestade a notícia do Estabelecimento que os Ingleses tem feito na Ilha da Trindade, pertencente a estes Dominios, tomou a mesma Senhora a resolução de negociar com a Corte de Londres, com que a de Portugal se conserva na mais perfeita paz, e amizade, a pronta evacuação da referida Ilha, na qual he indisputavel o dominio que tem a Coroa de Portugal desde o seu descobrimento. Em consequência do que se derige do Almirantado da Grande Bretanha ao official que intruzamente comanda o dito estabelecimento a Ordem junta, que com esta entrego a Vossa Senhoria, em que se lhe determina a evacuação que imediatamente deve fazer da mesma Ilha. Logo que V.S. chegar ao porto della remetterá por hum dos seus oficiaes a referida Ordem ao Comandante Inglez solicitando a sua execução pelo modo determinado por Sua Magestade, [...] recebendo Vossa Senhoria a seu bordo, e das mais Embarcaçãoens o dito Commandante Inglez, e mais Vassalos da Grande Bretanha que ali se acharem com tudo o que lhes pertence, e quizerem transportar, para serem conduzidos a este Porto com o melhor tratamento que Vossa Senhoria lhes puder fazer. (SOUZA, 1782).

Tendo nomeado o Sargento-Mor Manoel Rodrigues Silvano para servir como o primeiro comandante da Ilha de Trindade, o vice-rei expe-

diu, em 6 de dezembro de 1782, instruções por menorizadas que revelam a clara intenção de Portugal em manter guarnecida a ilha:

Evacuada pelos Ingleses a Ilha da Trindade, pertencente a estes Dominios de Sua Magestade e entregues della os dous Chefes da presente Expedição, o Marechal José Raymundo Chichorro e o Capitão de Mar e Guerra José de Mello, o dito Marechal ha de fazer publicar a Vossa Merce Comandante da mesma Ilha, e estabelecimento que nella se pretende formar, em conformidade da Portaria de Nomeação que para esse fim lhe entreguei com da data de cinco do presente, e anno, na qual o declaro Sargento mor graduado, e comandante dela. [...] Os referidos dous Chefes tem a seu cargo regularem á vista do terreno o numero de Tropa de Infantaria, e Artilharia que ahi deve ficar destacada, com as competentes Pesas, munissons, petrechos, viveres, e mais provisões proporcionadas ao Serviço della [...]

Nestas instruções, o vice-rei previra o envio de dois frades franciscanos, com a missão de proceder os serviços religiosos em favor da guarnição e dos colonos:

[...] A primeira, e principal baze em que Vossa Merce deve fundar a felicidade e augmento dessa nova Povoação, consiste em fazer respeitar a Religião, dando com o seu exemplo as melhores Instruções para todos o seos subditos seguirem, e observarem, como devem os inviolaveis preceitos da Santa Madre Igreja; com este fim, tenho destinado para ficarem nessa Ilha os dous Religiosos Franciscanos, que espero exercitem os obrigaçaoens do seu ministério com zelo da honra de DEOS, e do serviço de Sua Magestade cuidando em tudo quanto pertence a doutrina, bons costumes, e bem Espiritual desses habitantes [...]

Há, também, orientações a respeito de providências a serem tomadas em benefício da defesa contra novas invasões:

[...] Ainda que me consta que os Ingleses construirão húa especie de Fortificação em que tem montada algúia artilharia; contudo, como ignoro

se essa qualidade de obra, tem algúia utilidade, ou prestimo, Vossa Merce examinara com o maior cuidado, e circunspesão os trabalhos que elles ahi fizerão para no caso de ser util essa mesma Fortificação a ficar guarnecedo a nossa Tropa, e se for absolutamente desnecessaria e de pouco ou nemhum prestimo, sempre convem que nos aproveitamos, e sirvamos dela enquanto Vossa Merce aplica as maiores diligencias para se levantar interinamente de faxina, terra, e paos apique a em que se deve montar a Artilheria, e fazer o Quartel para a Tropa n'aquelle lugar que for mais defensavel, remetendo-me logo a Planta do que ahi achar construido, e dos projectos de todas as obras que se devem edificar [...]

Dentre diversas prescrições contidas no extenso e minucioso documento, merecem destaque aquelas voltadas para a subsistência de todos, o que reforça a intenção de colonizar e permanecer:

[...] hirá Vossa Merce municiando a cada individuo indistintamente que a sua Razão de Carne ou Peixe, Sal ou Farinha, e o mais que for necessario, fasendo-se esta distribuição com igualdade, e sem excesso ou desperdício. E como todas aquellas Pessoas que não forem comprehendidas no numero da Tropa, são socorridos pela Real Fazenda só enquanto pela sua industria, e trabalho não adquirirem meios para a sua subsistência [...] Deixo, porém, ao prudente arbitrio de Vossa Merce o meio termo que deve seguir nesta materia para regular, e escolher os Soldados que puder dispensar mais aptos, e robustos para serem empregados no trabalho da Lavoira que deve fazer hum dos principaes objetos deste estabelecimento, visto não haver logo no seu principio o numero proporcionado de cazaes, e de individuos que podem ocupar-se em semelhantes trabalhos [...] Nesta ocasião se remetem as ferramentas necessarias para a construsão, e para a lavoira, que Vossa Merce hirá destribuindo pelas pesoas proprias para hum e outro trabalho que ficão no Destacamento escolhidas de propozito; também vão sementes do que lembrou mais necessarias, e hirião muitas mais se se não ignorasse a

qualidade e fertilidade do terreno, e a abundancia, ou esterilidade das suas agoas, para com a experien- cia das produsoens que ahi há, se poder formar conceito do que pode ser mais próprio para ese Paiz, onde Vossa Merce procurará conhecer, e distinguir os terrenos e o seu differente prestimo, e quaes são as Estaçoens mais proprias para os diferentes trabalhos da Agricultura [...] Igualmente se deve considerar se será conveniente mandar algum gado, e de que qualidade para se não perder tempo nesta diligencia [...] Para se poder pescar junto ao porto desa Ilha, vão duas canôas proprias com todo os preparos necessarios, e Vossa Merce me informará da utilidade que pode resultar desta diligencia, ou dos inconvenientes que advertir na pratica dela [...]

Mas, ao determinar uma análise do terreno, a fim de saber que culturas seriam mais apropriadas, verificou-se que os ingleses também se preocuparam com sua subsistência. Sabe-se que chegaram a plantar, pelo menos, alguns alqueires de milho:

[...] Este exame não será tão demorado como parece, porque das plantasoens que ahi teem feito os Ingleses, e do modo, e tempo em que as fizerão, se pode tirar hum grande, e pronto conhecimento, sendo para reflectir que há muita qualidade de plantas que tem tal semelhanse, ou analogia, que aonde hua produz bem, produzem as outras que são como diversas especies, comprehendidas dábaixo de hum só gênero [...]

Por fim, o vice-rei faz lembrar ao comandante da ilha a importância de sua missão e do território a ser mantido:

[...] Finalmente, depois de entregar ao cuidado de Vossa Merce o comando dessa Ilha, e esperar do seu zelo e inteligencia que saberá desempenhar as suas obrigaçōens debaixo das regras da Justiça, prudencia, e moderação, muito necessarias em hum novo estabelecimento em que apenas se principiou a lançar os primeiros fundamentos, no Real Nome de Sua Magestade positivamente lhe recomendo a conservação desse importante posto, para delle se não separar antes e defender, como se espera da sua honra. DEUS goarde a Vossa Merce. (SOUZA, 1782).

Em 16 de outubro de 1785, o célebre navegador francês Jean François de Galaup, Conde de la Pérouse, juntamente com seus afamados barcos *la Boussole* e *l'Astrolabe*, partindo de Santa Catarina, atingiu a ilha, onde alguns membros da expedição desembarcaram. Tal viagem tinha por finalidade completar as descobertas de Cook e investigar a possível existência de uma passagem setentrional entre o Atlântico e o Pacífico. De acordo com o *Voyage de La Pérouse Autour du Monde*, redigido por L. A. Milet de Mureau, os tripulantes de um escaler foram à terra e lá encontraram os membros da guarnição portuguesa. Estes, temendo nova invasão, exageraram as informações e afirmaram ser a tropa constituída por cerca de quatrocentos homens, reforçados por vinte peças de artilharia. Não foi permitido aos franceses percorrer a ilha e até mesmo ao botânico de bordo foi vedado observar a flora local.

A vida na pequena colônia não era fácil. A terra cultivável era limitada e de pouca profundidade. Constantes enxurradas arrastavam sementes e plantações pelas encostas íngremes. A distância para o continente era enorme, o que dificultava todo tipo de ligação e suprimento.

Essas e outras dificuldades fizeram com que o vice-rei determinasse a redução do efetivo do destacamento militar que, em 1789, contava com apenas 88 indivíduos. No ano seguinte, o primeiro comandante foi substituído pelo Capitão Cláudio José da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (Brasil). *Notícia histórica da Ilha da Trindade*. Rio de Janeiro, 1969.
- GUEDES, Max Justo. *A ilha de Trindade: notícia histórica*. Rio de Janeiro, 1972.
- LOBO, Bruno. *A ilha de Trindade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- SOUZA, Luiz de Vasconcellos. *Carta a Manoel Rodrigues Silvano*. Rio de Janeiro, 6 dez. 1782.
- *Carta a José Raimundo Chichorro*. Rio de Janeiro, 7 dez. 1782a.
 - *Carta a José de Mello Brayner*. Rio de Janeiro, 7 dez. 1782b.
 - *Carta a Martinho de Melo e Castro*. Rio de Janeiro, 20 dez. 1782.
 - *Carta a Martinho de Melo e Castro*. Rio de Janeiro, 10 fev. 1783.
 - *Carta a Martinho de Melo e Castro*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1783.

No ano de 1791, os colonos Francisco José da Silva Viana e José de Melo, juntamente com suas famílias, partiram para as terras férteis do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, outro capitão, Manoel José Pereira de Veloso, assumia o comando da guarnição.

Em documento datado de 1º de julho de 1793, D. José de Castro, Conde de Resende e novo Vice-Rei do Brasil, informado das precárias condições de vida da guarnição insular, propõe ao Governo português a sua desativação, por considerar a ilha um “*rochedo infrutífero, sem ancoradouro, nem enseada, nem se podendo abordar, senão em umas pequenas canoas, que sempre vão expostas ao impeto das ondas muito elevadas em semelhante altura: E nestas circunstâncias sendo de pouca ou nenhuma utilidade*” (LOBO, 1919, p. 121).

Em 1794, o Capitão Domingos de Azevedo e Melo passa o comando da colônia ao Tenente João Cosme Damião.

Finalmente, o Príncipe Regente D. João – filho de D. Maria I, então inválida, que 13 anos depois chegaria ao Brasil com sua corte – concorda com a evacuação da ilha e em julho de 1795 uma fragata e uma corveta partem do Rio com esta missão. No dia 11 de outubro, todo o pessoal – alguns em estado de miséria –, material e artilharia estão de volta à capital. Com isso, Trindade entra em longa fase de abandono, restando apenas ruínas e túmulos, como o do soldado Antonio Miz, falecido e sepultado em 24 de setembro de 1783. ☺

Ciência e Tecnologia (C&T) de Defesa

Planejamento de longo, médio ou curto prazo?*

Hugo Bartolomeu Ferreira**

RESUMO

O artigo mostra a importância da C&T como expressão do poder nacional e a sua presença na área da Defesa. Discute a importância do planejamento da C&T de Defesa a longo, médio e curto prazo, para concluir pela necessidade de cuidar do curto prazo até que se possa planejar para mais adiante.

PALAVRAS-CHAVE

Ciência e Tecnologia (C&T), Defesa, C&T de Defesa, planejamento.

A Ciência e a Tecnologia (C&T) afirmaram-se como expressão do poder nacional, mercê da capacidade de contribuírem para a projeção do País no cenário internacional, além de acelerar o desenvolvimento interno.

Tal afirmativa pode ser atestada pelas palavras do Exmo Sr Presidente da República em sua Mensagem ao Congresso Nacional-2003:

A nova política de Ciência e Tecnologia será definida em estreita ligação e congruência com o projeto nacional em que todo o Governo Federal estará empenhado. A retomada do crescimento econômico deverá ser compatível com a inserção competitiva do Brasil no mercado globalizado, com uma expansão, em ritmo crescente, de suas transações internacionais. Isso significa que a Ciência e a Tecnologia, bem como os processos que conduzem à inovação, deixam de ser um valor em si, devendo colocar-se a serviço do ser humano, do crescimento, da produção e da distribuição de riqueza, em síntese, da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. (BRASIL, 2003)

Nota-se que C&T são objetos de ação governamental como um assunto de expressiva impor-

tância para a soberania do Estado brasileiro. É uma questão de estado.

Na área da Defesa, que a partir de agora será o foco deste trabalho, há conhecimento ponderável acumulado entre as três Forças Armadas, por meio dos respectivos institutos de pesquisa e centros de desenvolvimento. Isso foi possível verificar em visita recente (de 15 a 17 de setembro de 2003) feita pelos alunos do 2º ano do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) nos centros técnicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A visita incluiu, ainda, o Campo de Provas da Marambaia, o Centro Experimental ARAMAR, a AVIBRAS e a EMBRAER.

Tal constatação sugere a necessidade do levantamento das informações e conhecimentos de interesse comum às três Forças, bem como a ordenação do emprego desses dados, o que reflete diretamente na Política de C&T de Defesa.

Para atingir os objetivos da citada Política, as estratégias requerem planejamento minucioso e a questão que se apresenta é: será possível planejar C&T de Defesa a médio e longo prazos,

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Tenente-Coronel de Comunicações e de Estado-Maior.

num ambiente internacional com tamanha velocidade de informações e sujeito a uma autêntica guerra de conhecimento?

Planejamento de longo, médio ou curto prazo?

A fixação de objetivos estratégicos que atendam à Política de C&T de Defesa decorre, em grande parte, da visão prospectiva. É o cenário futuro que aponta os rumos a seguir.

Visão prospectiva em C&T de Defesa

As Forças Armadas têm realizado planejamentos de curto, médio e longo prazos. Neste último caso, procura-se visualizar um período de cerca de trinta anos à frente e traçar as metas a serem cumpridas até que se concretize tal visualização.

Contudo, a prospectiva está cada vez mais complexa para a C&T de Defesa. E não se trata de confundir prospectiva com profecia.

Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e salsa o livro, até o tempo do fim; muitos o esquadriñharão, e o saber se multiplicará. (Daniel, 12:4)

Este versículo foi escrito cerca de seiscentos anos antes de Cristo, numa época de quase nulos conhecimentos científicos. E 2.600 anos mais tarde, percebe-se a multiplicação do saber. Quanto ao *tempo do fim*, Alvin Toffler questiona: *Estaremos no fim da história?* (TOFFLER, 1994, p. 7) ao citar crises nos sistemas familiar, de saúde, urbanos, de valores e, acima de tudo, o sistema político, que caracterizam indícios de decadência dos Estados Unidos da América.

Tais considerações podem ser imediatamente contraditas sob o argumento de que a inspiração do profeta era de origem divina e, portanto, com total probabilidade de cumprimento.

No final do século XV, Leonardo da Vinci deixava o povo boquiaberto com os seus mirabolantes projetos. Máquinas capazes de fazer o

homem voar, barcos que navegavam sob a água, armas infernais de guerra, e ainda profetizava conquistas somente alcançadas séculos mais tarde. Anunciava um mundo futuro no qual homens falariam a outros de longínquos países, obtendo respostas e imitando os pássaros, o homem ainda aprenderia a voar.

No caso de da Vinci, observa-se que o conhecimento humano já se havia se acumulado. A profecia, agora, não era de origem divina, mas, com base científica. O tempo para sua concretização já foi expressivamente menor.

Peter Drucker e o casal Alvin e Heidi Toffler perceberam significativas alterações na sociedade que passaram a denominar de *sociedade do conhecimento*. A produção e a divulgação do conhecimento passaram a ser intensos e as previsões dos citados escritores não levaram mais de cinqüenta anos para sua realização.

Assim, para que se cumprisse uma visão futura, partiu-se de 2.600 anos, com o Profeta Daniel, num mundo quase nulo em conhecimentos científicos e tecnológicos, passou-se por aproximadamente quinhentos anos, com da Vinci, em que já se observavam restritos conhecimentos e não se ultrapassou os cinqüenta anos, com Drucker e Toffler, na era do conhecimento e da informação.

Em C&T de Defesa, o ciclo de desenvolvimento do Material de Emprego Militar (MEM) demanda um tempo que não supera o período necessário para aquisição de novos conhecimentos. Assim sendo, quando se inicia o emprego, o material normalmente já está tecnicamente ultrapassado.

Depreende-se que, quanto mais conhecimento a humanidade acumula, maior é a velocidade das transformações e menor é o tempo que se visualiza à frente. Isso dificulta a montagem de um cenário prospectivo e retira a confiabilidade dos planejamentos de médio e longo prazos, pois certamente sofrerão profundas correções.

Se está mais difícil montar o cenário futuro para o emprego de um material militar, como

estipular a Base Tecnológica do Material (que de-nominei BATMA) e o consequente Requisito Operacional Básico (o já conhecido ROB)?

Parece um tanto irreverente (por lembrar Batman e Robin), mas, sem o BATMA e o ROB, não há rumo para o desenvolvimento de qualquer MEM.

C&T de Defesa em cenários de geopolítica e geoconomia

O cenário geopolítico, formado a partir da década de 1930, com a desvirtuação por Hitler da teoria do Espaço Vital, legou ao mundo a noção de que a ascensão de um país à condição de potência se daria por um conjunto de fatores significativos (território, recursos naturais, população, dentre outros), sendo determinante o poder militar. Poder este capaz de impor, pela força, o alinhamento dos demais aos seus interesses. E assim decorreu-se o período da Guerra Fria.

Nesse contexto, promover o desenvolvimento com segurança (contra ameaça externa ou forças internas adversas), levar homens sem terra à terra sem homens (no sentido da ocupação dos espaços vazios) foram idéias geopolíticas que redundaram em Forças Armadas brasileiras estruturadas e articuladas para isso.

Para o Brasil, parcela ponderável do MEM passou a ser oriunda dos Estados Unidos da América, com um planejamento de pesquisa e desenvolvimento nacionais inexpressivos.

A partir da década de 1970, o Brasil pautou-se pelo pragmatismo político, colocando os interesses econômicos acima das diferenças ideológicas. O então Presidente Ernesto Geisel provocava expressiva polêmica nacional e mundial, em torno do que foi denominado “contrato de risco” com a Alemanha e que redundaria na construção da primeira usina nuclear em Angra dos Reis.

Havia ali a percepção de que “a inserção de um país à condição de potência se daria,

primordialmente, por fatores econômicos” e que a força não seria mais o sustentáculo da condição de potência. Passou-se a raciocinar geoconomicamente.

Foi assim que na década de 1980 assistiu-se à Queda do Muro de Berlim e a derrocada do bloco socialista, a despeito do significativo arsenal nuclear russo. Assistiu-se, ainda o Japão ser alçado à condição de “potência” e este termo ganhou uma qualificação: potência econômica.

A economia fez da China o primeiro “Socialismo de Mercado”, ratificando mais uma das observações de Alvin e Heidi Toffler:

À medida que as economias são transformadas pela Terceira Onda, são compelidas a abrir mão de parte de sua soberania e a aceitar crescentes intromissões econômicas e culturais entre si. (TOFFLER, 1994, p. 39)

Nota-se que a expressão econômica passou a ser o “carro-chefe” no mundo atual, não respeitando fronteiras e ferindo soberanias. A arma mais utilizada como elemento dissuasório e até punitivo passou a ser o embargo econômico. Assim ocorreu com o Iraque após a Primeira Guerra do Golfo (1991).

O fenômeno da globalização implicou a formação de blocos econômicos, lutando em defesa dos respectivos interesses. A propósito dessa nova relação, assim se referiu o General Carlos Molina Johnson, do Exército do Chile:

A força da economia, como uma variante independente, mantém agora reduzidas as desfeitas fronteiras estratégicas e geopolíticas – agora variantes dependentes – nas quais tradicionalmente se estruturavam as relações internacionais e a política exterior dos Estados da região. Essa nova situação, forçosamente, tem tido que ser considerada pelas sociedades nacionais, as quais promovem o comércio e minimizam as desconfianças. (JOHNSON, 2001, p. 45)

É nesse cenário de prevalência dos interesses econômicos que a C&T de Defesa se encontra. Para planejar nesse ambiente, é preciso saber

se o MERCOSUL terá a afirmação que busca, se a ALCA atenderá às aspirações brasileiras, o que a União Européia(UE) proporcionará de vantagens e desvantagens, como o bloco asiático se comportará. Isso tudo para não falar do comprometimento econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Importa considerar que o desenvolvimento de MEM depende, por vezes, de componentes e conhecimentos externos, oriundos de países que possuem os seus próprios interesses, os quais nem sempre são os mesmos dos brasileiros.

Tais questionamentos eivados de incertezas, eminentemente econômicos, ditarão os rumos de qualquer planejamento em C&T de Defesa. Portanto, planejar a médio e longo prazos é desprezar o cenário com maior peso específico: o geoeconômico.

Recursos humanos

O que foi abordado até o presente sugere recursos humanos em duas grandes vertentes de capacidades para a C&T de Defesa: os planejadores e os gerentes de projeto.

Os primeiros deverão ser dotados de grande capacidade de trabalho em grupo, acentuada disciplina intelectual, plena noção das necessidades das respectivas Forças e significativo conhecimento das potencialidades da C&T de Defesa do País.

Isso, porque tais planejadores terão disponíveis, em âmbito mundial, constantes inovações tecnológicas e serão chamados a deliberar para apontar os rumos da C&T de Defesa em termos de projetos a serem desenvolvidos.

Uma vez deliberado, passa-se para a gerência de projeto, que se encarregará da administração do mesmo.

Os gerentes são os militares especialistas, formados nos institutos de Pesquisa (IME, ITA) e comprometidos desde o início com os projetos de interesse de Defesa. É evidente que a car-

reira desse militar deve ser diferenciada, de sorte a não ter prejuízo em relação aos demais. A pós-graduação, o mestrado e o doutorado devem ser na linha em que ele iniciou na gerência de determinado projeto, e a sistemática de promoções levar em conta o caráter específico da atividade.

Para o emprego racional dos recursos humanos, há a necessidade de um acompanhamento dos especialistas comuns, porém de Forças distintas, por parte do Ministério da Defesa. Tal acompanhamento sugere ações, inclusive de contra-inteligência para que os nossos especialistas não sejam alvos de pseudobenesses, como bolsas de estudo no exterior, quando o país que os acolhe, na realidade, quer o seu conhecimento. Ou pior, quer usá-los para atingir conhecimentos protegidos.

Assim, será capaz de absorver os impactos tecnológicos e proceder as necessárias correções, sem perder a linha mestra a que se propôs a sua Força. São exemplos eloquentes das citadas linhas mestras o Submarino Nuclear para a Marinha e o Veículo Lançador de Satélite (VLS) para a Aeronáutica, ambos os projetos levados adiante por meio de etapas sistêmicas ou integradoras. Ao planejador e gerente de C&T de Defesa corresponde uma palavra-chave: *flexibilidade de raciocínio e ações*.

Planejamento de longo, médio ou curto prazos?

Do que foi abordado, verifica-se que a prospectiva é inversamente proporcional ao acúmulo de conhecimento, ou seja, quanto maior o conhecimento, menor é o futuro perceptível para a montagem de cenários prospectivos. A longo e médio prazos não há como definir a base tecnológica do material nem os requisitos operacionais básicos. Para a C&T de Defesa, os planejamentos mais confiáveis são os de curto prazo.

O planejamento de C&T de Defesa deve ter consideração maior com a geoeconomia do que

com a geopolítica, já que os condicionantes mais expressivos para a pesquisa, o desenvolvimento e a produção são os de origem econômica.

Os recursos humanos devem ser conduzidos desde a graduação para projetos de interesse da C&T de Defesa, racionalizados e protegidos pela contra-inteligência.

Planejadores e gerentes deverão ser dotados de expressiva flexibilidade, para assimilar as constantes inovações e adaptar os rumos dos projetos.

Enfim, planejar C&T de Defesa não será tarefa fácil e a prudência recomenda o passo a passo, de curto prazo, até que estejamos em condições de visualizar um pouco mais à frente.

Finalizo, deixando à reflexão do leitor:

Informação e conhecimento mudaram o método anteriormente empregado para medir a potência militar, que anteriormente era calculada após a contagem de divisões blindadas, esquadrias da Força Aérea e grupos de porta-aviões. Forças invisíveis devem ser incluídas no cálculo da correlação de forças na atualidade. Estas incluem:

— capacidade de computação, incluindo rendimento total;

— volume e capacidade de comunicações;

— confiabilidade do sistema;

— capacidade dos sistemas de reconhecimento. (THOMAS, 2001, p. 54) ☀

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional - 2003-9-23

JOHNSON, Carlos Molina. "Potencialidades e Limitações desde a Perspectiva da Defesa Nacional". *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 81, n. 4, p. 45, Dec. 2001.

THOMAS, Timothy L. "As Estratégias Eletrônicas da China". *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 81, n. 4, p. 54, Dec. 2001.

TOFFLER, Alvin e Heidi. *Criando uma nova civilização: a política da terceira onda*. 4. ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



História da Amazônia

Jean Soublin

Jean Soublin é um conhecido romancista e historiador francês com numerosas obras publicadas. Pode ser considerado como um dos melhores brasilianistas da França. Trata-se de um relato histórico sem os rigores acadêmicos, o que o torna acessível a todos os tipos de leitores. O autor faz uma rápida descrição das diversas regiões, relata as tentativas de colonização, comenta a expedição de Pedro Teixeira até Quito, descreve as negociações do Tratado de Madri de 1750, cita as lutas contra os franceses da Guiana e os holandeses do Suriname e a ampliação das fronteiras até aproximadamente os limites contemporâneos, entre outros inúmeros fatos até 1980.

Para melhor conhecimento da Revolução Contemporânea*

João Paulo dos Reis Velloso **

OBrasil está sob o desafio de realizar a grande revolução contemporânea da economia do conhecimento. Temos que reconquistar rapidamente o tempo perdido. O grande problema não é tanto que os países industrializados já tenham entrado nesse novo tipo de desenvolvimento, mas sim que nossos concorrentes – e eu destaco Coréia e China, por razões diferentes – já estão avançados nele. A Coréia já chegou lá. E a China está com um programa na mesma direção.

Lembremos recente do Banco Mundial mostrou que a Coréia é um dos países em que hoje a economia é mais intensiva em conhecimento, senão a mais intensiva. Ela conseguiu certas coisas excepcionais. Conseguiu uma população de alto nível educacional. No início, viveu muito de absorção de tecnologia externa – o que fazia principalmente através de importações e exportações. Um caminho bastante recomendável, desde que se mantenha um balanço de pagamentos com situação sustentável. Não é uma questão de exportar, exportar, exportar! Ou, simplificadamente, de exportar e importar. Mas sim de se olhar para a conta corrente. O exemplo brasileiro é exatamente o contrário, com um déficit em conta corrente de 4,5% do PIB. Isso não é sustentável. Então, a Coréia já chegou lá. Era concorrente do Brasil, em pé de igualdade, no início na década de 1980. Hoje, está à frente do Brasil em renda per capita. E isto porque nos ultrapassou no que chamamos de economia do conhecimento.

No último Fórum Nacional, em maio de 2002, recebemos um *paper* do Banco Mundial,

que diz: "O desempenho da Coréia de 1990 a 2000 não pode ser considerado senão espetacular." Expressão usada por eles: "Espetacular!"

Quanto à China, ela já aprovou um programa para desenvolver a economia do conhecimento. Exporta por ano US\$ 250 bilhões, grosso modo, e o Brasil exporta US\$ 55 bilhões. No entanto, há 15 anos, a China era uma economia fechada. Mas o nível de escolaridade da China, com 1,2 bilhão de habitantes, é hoje maior do que o do Brasil: um nível de escolaridade média de cerca de seis anos, para cinco anos do Brasil, quando se considera toda a população em idade de estudar. É realmente espantoso porque estamos lidando com números, que, mesmo em comparação com os de um país como o Brasil, são assombrosos!

Estão destacadas, em ambos os exemplos, portanto, as duas grandes prioridades em termos de desenvolvimento econômico e em termos sociais: Educação e Ciência e Tecnologia. É esse o motor da economia do conhecimento e a razão da diferença e sucesso dos países do Sudeste Asiático.

Muita gente ainda tem a economia do conhecimento como um fetiche. Eu acho que há um grande mal-entendido sobre o que seja. Há quem pense que a economia do conhecimento é o provimento das altas tecnologias. É também. Mas, eu definiria da seguinte forma: são duas as dimensões a serem discutidas. Primeiro, a dimensão econômica. Significa levar o conhecimento a todos os setores da economia. E por essa definição já se vê que não se trata apenas de informática, eletrônica, novas tecnologias. Isso porque, é tão ou mais relevante, dependendo da circunstância, levar o conhecimento até a agricultura, aos serviços, a todos os setores da indústria – mesmo as

* Colaboração de um leitor via internet.

** O autor é economista e ex-Ministro do Planejamento.

indústrias de consumo de massa, às indústrias tradicionais, tais como têxteis, calçados ou alimentos.

E a premissa é levar o conhecimento sob todas as formas. Pois é preciso fazer uma distinção muito importante: é economia do conhecimento, não é economia da informação. Obviamente, conhecimento é muito mais do que informática, muito mais do que informação. Freqüentemente, as pessoas esquecem isso. Quando se faz essa distinção entre informação e conhecimento, vê-se o seguinte: no conhecimento há valores. Diante dos problemas de globalização, de inserção na economia mundial, por exemplo, é preciso ter uma visão humanista, pois do contrário não se chega a lugar algum. É a visão humanista - o sentido e a incorporação dos valores - mostrando o rumo que se deve seguir na economia globalizada.

Existe, por outro lado, uma dimensão econômico-social: levar o conhecimento a todos os segmentos da sociedade, inclusive às classes de renda baixa. Isso é importante não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista econômico, porque é necessário ter uma mão-de-obra qualificada, com relativo elevado grau de escolaridade, para poder entrar na economia do conhecimento. É preciso ainda universalizar as telecomunicações. E as tecnologias genéricas são um dos pilares. Comunicações, informática, essas coisas todas têm que ser disseminadas, e, na medida do maior alcance possível, universalizadas. É claro que o Brasil está fazendo alguma coisa, mas nossa inferioridade exige que os esforços sejam bem maiores. Na abertura do último Fórum Nacional citei um levantamento que mostrava que, no Brasil, só 25% da população conseguem ler e entender um livro. É a história do analfabetismo funcional. Ler, quase todo mundo consegue. Agora, ler e entender, mesmo quando se trata de um simples livro didático, é outra história.

A Coréia já empatou conosco em PIB. O Brasil tinha um PIB muito maior do que o da Coréia na década de 1980, e ela está empatando conosco. A China tem um PIB maior, por causa da população. Mas ela está aumentando a renda

per capita a taxas elevadíssimas, em comparação com as do Brasil.

Pergunta-se sobre as diferenças, em termos de políticas públicas, adotadas nestes países em relação ao Brasil. Bom, todos aqueles estados da Ásia são muito intervencionistas. No Brasil tem-se andado numa dúvida hamletiana... Há uma retórica governamental não-intervencionista, mas termina-se fazendo umas e outras atividades de política industrial através do BNDES, e deixa-se a discussão - que às vezes é até semântica - sobre política industrial para os acadêmicos.

Vão-se adotando algumas medidas no rastro da lição da vida "de que todo mundo faz". "Então, quem somos nós para não fazer?" De um lado, existe uma certa demonologia protagonizada pela política industrial. Só que existem tipos de política industrial que são justificáveis teoricamente sob qualquer ponto de vista. Você não vai fazer como se fazia na década de 1970 - eu participei delas. Nós achávamos que naquele estágio era daquela forma que se devia proceder. Os países da Ásia estavam fazendo coisa parecida, mas muito melhor do que nós. Qual foi a grande vantagem dos países da Ásia àquela época?

O quê, por exemplo, Coréia e outros países da Ásia fizeram? Eles tinham benefícios, incentivos fiscais, incentivos creditícios e tudo isso, até mais do que no Brasil, mas ligados a objetivos bem definidos. Aqui, somente em alguns programas, como o do BEFIEX, havia compromissos bem definidos sobre exportações. Em muitos outros programas na área industrial ou na área da agricultura, os compromissos não eram especificados. Hoje isso conflita com regras internacionais, mas na época, não.

Ainda assim, há coisas que se continuam podendo fazer. Por exemplo: no tocante a incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, o chamado P&D, ou R&D, como queiram. Isso é perfeitamente aceito pela OMC e é a base das políticas industriais da Europa. Isto está nos documentos oficiais da União Europeia. Os Estados Unidos fazem a coisa de maneira disfarçada através do Departamen-

to de Defesa, ou do Ministério da Saúde. O Japão não faz segredo da sua política industrial. Se é aceito pela OMC, por que não fazer?

No governo Geisel – isso é um estudo também do Banco Mundial –, do crescimento industrial verificado, 80% se deveram ao mercado interno. Vou dizer de outra forma: 10% se deveram à substituição de importações. Todo o mundo sabe que houve aquele programa do II PND, o desenvolvimento de insumos básicos, de bens de capital etc. Aquilo escondia os 10% do crescimento industrial. O aumento das exportações, coisa que não é muito destacada, também respondia por 10% do crescimento industrial. E, por definição, os restantes 80% resultavam do aumento da demanda interna. Então, na verdade era um modelo de economia continental que usava as três formas – três fontes de crescimento, se quiserem chamar – de maneira complementar.

Na década de 1990, fizeram-se várias mudanças que todos nós conhecemos: a abertura às importações, a abertura a investimentos diretos externos e a preocupação com competitividade. O que se tem na década de 1990 é um modelo de economia continental – sim, senhor! – voltado para a competitividade internacional do Brasil.

Não é que, anteriormente, o Brasil não se preocupasse com isso. O Brasil podia ser até mais competitivo em um grande número de setores, como revelam estudos do Banco Interamericano, do Banco Mundial. Mas não era um objetivo explícito, porque o que se queria era construir uma grande economia industrial, capaz de gerar rapidamente emprego e aumento do PIB. Agora, para isto, como já ficou claro no exemplo que eu dei do período do II PND, fazia-se muita promoção de exportações. Quando começou realmente a diversificação das exportações brasileiras e a grande promoção de exportação de manufaturados e o slogan “exportar é a solução”? Foi na década de 1970!

A ênfase mudou nos anos seguintes. Mas se continua, no Brasil e em todos os países, fazendo política industrial. Pode ser até sem saber, ou sem dizer. Por ela não ser explicitamente definida, há

problemas. No Ministério de Ciência e Tecnologia, pode não estar explicitamente definido, para as tentativas de atacar a questão da tecnologia é uma forma de política industrial. Isso foi ressaltado pelo Presidente Fernando Henrique na abertura do último Fórum Nacional, quando ele disse: “Nós vamos propor ao Congresso uma Lei da Inovação Tecnológica.” São os incentivos fiscais à inovação tecnológica. Ainda não foi mandada para o Congresso, mas está prestes a ser encaminhada.

Então, temos esta prioridade: construir um bom sistema de incentivos fiscais ao desenvolvimento tecnológico. Uma outra coisa, igualmente importante, eu chamaria de isonomia competitiva. Freqüentemente, as empresas no Brasil, nacionais e estrangeiras, estão competindo em piores condições com empresas situadas no exterior. E não é só com relação à infra-estrutura, mas também com relação a financiamentos para exportação.

Ionomia competitiva não viola nenhuma regra da OMC. Quer dizer, isso pode ser feito. E seria um absurdo se violasse. Eu já não consigo entender esta regra da igualdade de tratamento que a atual regulamentação da OMC dá a países desenvolvidos e países em desenvolvimento. No tempo do GATT, os países em desenvolvimento tinham uma certa flexibilidade. Esse, aliás, é um assunto que terá que ser revisto em futuras negociações. Se isto é difícil de entender, quanto mais a situação em que o país em desenvolvimento tem condições piores do que o país desenvolvido, e não pode corrigir a situação!

E aí entra a tal história de juros. O Brasil teve uma instabilidade macroeconômica muito grande. Havia uma enorme facilidade em, diante de problemas, começar a elevar a taxa de juros até que ela alcançasse um nível proibitivo, e as boas empresas deixassem de tomar recursos no mercado. Só que não é possível fazer desenvolvimento sem que as empresas tenham financiamento.

Mas voltemos ao ponto inicial: se perdermos essa corrida da economia do conhecimento, nós passamos a um país de segunda categoria. Ainda temos tempo. Ainda somos industrialmente a nona potência no mundo.

Do ponto de vista passivo, digamos, conseguimos fazer uma reestruturação da indústria brasileira, na década de 1990, para fazer frente à abertura, certamente açodada. A Coréia fez em dez anos; o Brasil fez em três! E foi reduzindo o prazo. Toda vez que havia um problema no tocante à inflação, baixavam-se as tarifas. Com isso, criou-se uma instabilidade tarifária que foi um negócio horrível. Existem estudos que mostram isso.

Poucos países do mundo, àquela época, tinham uma realidade tarifária como a nossa. Tentou-se usar no Brasil a tarifa como instrumento de combate imediato, tópico, urgente à inflação. Você a usa para conter inflação com estabilidade tarifária — tarifas com tendência baixa durante um período longo. Não é ficar mexendo na tarifa, sobe, desce, sobe...

Qual é a empresa que pode se programar se não há estabilidade nas regras do jogo? Ela não sabe nem qual é o nível de tarifa que tem! Quer dizer, felizmente nos últimos anos tem havido mais estabilidade neste campo e em outros. Mas certamente foi um componente do nosso atraso.

O que se tem que fazer hoje é uma integração de política industrial, tecnológica e política de comércio exterior. Não se consegue dissociar as três coisas. Tem-se que atuar nos três campos.

Mas voltemos de novo ao ponto básico: não há saída para nós fora do ingresso para valer na economia do conhecimento. Por exemplo: o Brasil já tem hoje uma política que busca universalizar o ensino médio. Já se universalizou praticamente o ensino básico, e agora será universalizado o médio. Mas precisa fazer mais! Tem-se que dar à população economicamente ativa um grau de escolarização muito maior do que ela tem hoje. E oferecer, também, treinamento. São duas coisas muito próximas, mas bem distintas.

Onde estamos pior é na qualidade da educação! É isso que fica claro naquele exemplo que citei do analfabetismo funcional. O analfabetismo formal no Brasil é baixo para um país de população tão grande, mas o funcional é muito alto por causa da qualidade da educação. Há muita

coisa que deve ser mudada na educação. E, por isso, temos como um dos pilares dessa economia do conhecimento o desenvolvimento acelerado de capital humano, orientado para a economia do conhecimento, e dentro de um espírito de reeducação tecnológica.

Não vamos nos comparar com a China, que ainda é um país centralizado. O caso da Coréia é diferente porque a Coréia está indo relativamente bem do ponto de vista político, democrático. O que não era o caso até 15, 20 anos atrás. No caso da Coréia, você tem realmente mecanismos de coordenação que chegam ao nível da presidência da República. Há certos assuntos, relacionados com a economia do conhecimento, que vão ao conhecimento do presidente para decisão. Talvez não precisássemos de um modelo idêntico. Mas, com certeza, temos que ter mecanismos de coordenação.

Mencionei acima as duas dimensões da política de promoção do conhecimento: o desenvolvimento científico e tecnológico e a difusão e massificação das tecnologias genéricas. Essa política tem cinco pilares. O primeiro é o investimento para exportar e substituir competitivamente as importações. A questão recoloca-se aqui por causa da nossa situação de economia continental. Numa economia pequena a história é outra — e eu não vou citar exemplos porque são vizinhos nossos e podem se ofender.

Existem países que estão relativamente bem na América Latina e são economias pequenas. Eles naturalmente se voltam para a exportação. Isso não é novidade nenhuma! Quando houve a Revolução Industrial no fim do século XVIII para o século XIX, todos os países pequenos da Europa se voltaram logo para exportações, tal como se tem hoje o exemplo dos países da Ásia. Alguns destes têm as exportações representando 30%, 40%, 50% do PIB. Isso é comum na Ásia porque são economias que, quando começaram a executar essa estratégia, eram pequenas. Não tinham alternativa.

Já uma economia continental, como o Brasil, sempre pode ficar naquela pachorra do elefante

dizendo: "Bom, tenho um grande mercado interno. Vou aproveitar isso." É por essa razão que se tem que fazer investimentos para exportar. Ou seja, induzir as empresas a que elas produzam simultaneamente para atender o mercado interno e externo.

Quer dizer, que coloque no seu plano estratégico que 20% a 30% da produção se destinam sempre ao mercado externo. Isso é extremamente difícil de se conseguir no Brasil. Os Estados Unidos só conseguiram no pós-guerra, quando já eram a maior potência mundial! Qual é a participação das exportações no PIB americano? Apenas 10% a 15% do PIB! Não é coincidência, é simplesmente a realidade da economia continental. São os maiores exportadores do mundo em valores absolutos, mas em termos relativos o nível é esse que eu citei.

Agora, é preciso ter investimento para exportar. Não são medidas tópicas, nem é exportar e descontinuar, como ainda se faz muito no Brasil. Não! Exportar deve ser uma atividade permanente das empresas, principalmente das grandes, mas também das médias. E hoje já se pode fazer tudo isso em certa medida com as pequenas, porque existem as incubadoras das universidades, que dão o apoio tecnológico necessário.

O que Coréia e China fizeram para garantir o seu salto? Fizeram muito do ponto de vista estratégico. E aceleraram quando viram que os países desenvolvidos já estavam com 50% do seu PIB decorrentes de produção ou transmissão de conhecimento. Aí é que eles aceleraram. E o que significa acelerar neste contexto? É dar prioridade.

Os outros quatro pilares - e isto está claro no modelo usado pelo Banco Mundial - reafirmam a mesma direção. O primeiro pilar é ter um regime econômico-institucional que estimule a criação e disseminação do conhecimento; segundo, uma população com elevado nível educacional, qualificada, treinada; terceiro, uma infraestrutura dinâmica de informação - são as tecnologias genéricas da economia do conhecimento; e, quarto, um sistema de centros de pesquisa, universidades e assim por diante, que sejam capa-

zes de captar conhecimento no resto do mundo e disseminá-lo internamente.

Nada disso é novo para nós. A questão é de intensidade, ou, para ser mais preciso, de prioridade. Se olhar apenas para o discurso, existe uma enorme semelhança com o que nós fizemos - ou pelo menos, dizemos que fizemos. É só comparar os dois modelos. O nosso deu mais ênfase à questão do comércio exterior por duas razões: a primeira é que nós precisamos importar e exportar mais para absorver tecnologia do exterior. A segunda é que nós precisamos ter mais sucesso no esforço de exportação para resolver o problema de balanço de pagamentos.

Do lado das tecnologias genéricas, nós já temos alguns passos dados, mas precisamos ter uma grande base. Essas tecnologias genéricas, como chamamos, da economia do conhecimento têm um grande poder de transformação. Há um livro recente de um famoso autor americano, *Inventando o Século Eletrônico*, que trata do tema. A gente olha assim e pensa: ah, isso é sobre o século XXI! Não! Isso é sobre o que os Estados Unidos fizeram no século XX em termos de comunicações. É gigantesco o poder de transformação do setor de informática, de eletrônica e do setor de comunicações. Daí nós o colocarmos entre as nossas prioridades absolutas: constituir uma base forte nas tecnologias genéricas. E digo forte do ponto de vista de produção. Por exemplo: em termos de componentes nós somos muito fracos ainda.

O único caminho possível é avançar em produção e em termos de disseminação em informática, eletrônica, comunicações e Internet. Mesmo porque essas tecnologias são hoje convergentes. E colocamos também como prioridade: "com acesso aos pobres, às classes de renda mais baixa".

Simultaneamente, é preciso investir no progresso tecnológico, que tem a questão da inovação, na educação, no capital humano e nas instituições da economia do conhecimento. Esse assunto ficou implícito em tudo o que foi dito até aqui. Precisam-se de instituições: no sentido tradicional, de organizações; e no sentido de regras da

economia de mercado, respeito à propriedade, respeito a contratos. Superar aquela fase que o Brasil teve de, durante muito tempo, estar sempre aplicando choques. E eu citei o problema da instabilidade tarifária. Isso tudo afeta o funcionamento da economia.

O que estamos tratando aqui é de uma mudança de paradigma. Não se trata de medidas localizadas. É mais amplo. É, como disse, levar o conhecimento a todos os setores da economia. O II PND definia muito bem seus objetivos: a prioridade era energia, insumos básicos e bens de capital. Aqui, a prioridade na verdade é uma: conhecimento! Agora, isso tem que ir a todos os setores.

Em termos regionais, temos ainda grandes diferenças que precisam ser aplainadas. O Nordeste, por exemplo, está na mesma situação das pequenas economias do mundo. Ou seja, ele tem que se voltar para exportações. Exportações para o resto do país e exportações para o mundo. O Brasil, com a diversificação e com as distorções que conhecemos, se integrou. O Nordeste não tem mais aquele bloqueio natural da dificuldade de transporte. Há dificuldades para inseri-lo na economia do conhecimento, mas pode-se ver que o Nordeste tem alguns centros que podem dar origem ao que nós chamamos de *clusters* tecnológicos, como por exemplo em Pernambuco e em outros estados. São universidades capazes de criar um aglomerado de empresas para setores até de alta tecnologia.

A pesquisa agrícola também é parte da economia do conhecimento. Já salientamos isso. O desenvolvimento agrícola, usando pesquisas, usando melhores métodos de gestão, Internet, informática... Na verdade, qualquer atividade na área primária pode estar ligada à economia do conhecimento.

Quanto à velocidade necessária para que tentemos recuperar o atraso tecnológico, realmente reside neste ponto o grande desafio. Ninguém está dizendo que é fácil. E também não estamos querendo, através de voluntarismo, resolver o problema. Nós estamos querendo dizer que o Brasil perdeu em relação aos concorrentes porque, apesar de ter feito uma certa transição

meio esquizofrênica ao longo da década de 1980, cometeu todos os erros a que tinha direito. E precisa, pelo menos, ter o rumo muito claro!

Assim como fizemos grandes progressos na educação num período curto, a Coréia fez uma verdadeira revolução educacional em pouco mais de dez anos. Veja-se também o que a China fez. De modo que não estamos tratando de Cuba! Estamos tratando de um monstro maior do que o Brasil! Com uma população incomparavelmente maior do que a brasileira! Agora, realmente, é preciso que haja definição clara de rumos, que haja determinação, coordenação, vontade política, convergências.

O resultado que se objetiva é o seguinte: que todos os setores se tornem densos em conhecimento. E conhecimento, não querendo ser repetitivo, mas já sendo, não é só tecnologia, mas todas as formas de conhecimento, ou seja, educação, ciência, tecnologia, design, marca, logística.

O risco que corremos é tornar gigantesco o fosso entre os países que dominaram e os que não dominam as tecnologias digitais. Ou entre as nações que entraram e as que não entraram na economia do conhecimento. E nós não queremos ficar do outro lado do fosso!

Veja bem: nós falamos em levar o conhecimento a todos os segmentos, setores, áreas da sociedade e da economia. Isso inclui as chamadas indústrias de serviços, como educação e saúde, que são gigantes. Você tem que dar solução ao problema das universidades federais. E tem que dar condições ao setor privado para funcionar nas duas áreas, ou seja, educação e saúde. Do mesmo modo, o saneamento! Ou mais ainda! Atrevo-me a dizer mais ainda porque este quase estagnou nos últimos anos.

Em resumo: as dificuldades na difusão da economia do conhecimento por esses grandes setores são maiores, devido a sua dimensão natural e à existência de gigantescos bolsões de atraso. Por isso mesmo, a vontade política tem que ser proporcional. É uma questão de vontade política firme e, sobretudo, de determinação na eleição e perseguição de prioridades bem definidas. ☺

Registros Históricos

O IDEÁRIO REVOLUCIONÁRIO DE 31 DE MARÇO DE 1964*

*Carlos de Meira Mattos***

Há 39 anos, a Revolução de 1964 explodia vitoriosa em todos os recantos do Brasil.

Em 31 de março, um grupo de brasileiros civis e militares, apoiado pela maioria do povo, tomou uma decisão corajosa e implantou um novo regime político, inspirado nos ideais revolucionários que se vinham purificando através de vários movimentos anteriores. A balança da decisão naquela hora, “entre o bem e o mal” de que falara Abraham Lincoln, não deixava margem de dúvida – para a salvação do País entregue ao aventureirismo irresponsável e corrupto, só restava tomar uma atitude revolucionária.

Não se pode negar os méritos da Revolução de 1964. Veja-se o que era a mediocridade deste País em 1963: jamais havia merecido figurar em estatísticas internacionais de poder. Compare-se ao Brasil de 1985, quando a Revolução se considerou terminada, confiante nas promessas de excelência de um poder civil pleno. O Brasil de 1985 estava presente, pelo seu conceito e peso específico, em todas as equações de poder referentes aos assuntos políticos e econômicos de dimensão mundial.

Os revolucionários vitoriosos de 1964 traziam um ideário, por ele lutaram, enfrentaram todos os riscos da ruptura com o sistema de governo vigorante e, o que é mais importante, souberam transmitir esse ideário à maioria da população brasileira que, de norte a sul, de leste a oeste, aplaudiu, vigorosa e rejubilantemente, a mensagem salvadora do Movimento de 31 de março.

* Transcrito da Revista do Clube Militar de maio/junho 2003.

** O autor é General-de-Divisão, cientista político e historiador.

Qual era essa mensagem?

Em síntese, traduzia o caldeamento de aspirações, que se vinham robustecendo através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos de 1920, a Revolução de 1930, a restauração democrática de 1945 e que, diante da situação de caos paralisante e da ameaça comunossocializante dos anos de 1962 e 1963 e princípio de 1964, reascenderam no coração dos patriotas.

Como poderemos sintetizar essas aspirações? Desembocavam elas em dois grandes caudais: abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às imensas potencialidades de seu povo e de seu território; garantir a vocação brasileira de um viver democrático, com ordem e progresso.

Em que pesem as crises internacionais suportadas durante o período da gestão revolucionária – os dois choques de petróleo e a recessão mundial –, não se pode ignorar que, no balanço desses 21 anos, o País revelou um impulso de desenvolvimento que impressionou os mais renomados analistas estrangeiros, entre os quais citaremos o belga Michel Schooyans, os norte-americanos Ray Cline, Wayne Selcher, Ronald Schneider, todos professores de Ciências Políticas de famosas universidades europeias e norte-americanas, que não tiveram dúvidas em classificarnos como uma potência emergente.

O tema que escolhemos para a nossa comemoração de hoje é o da permanência dos ideais patrióticos e democráticos que povoaram nossas mentes e aqueceram nossos corações nos idos de 1962, 1963 e 1964, e que ainda aí estão, ainda os sentimos bem vivos, preservados e intocados.

O Movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado, que chegou a proporcionar o espetáculo degradante do comício da Cen-

tral do Brasil, em 13 de março, com a presença do presidente da República e do ministro do Exército, onde a massa mobilizada, através de toda sorte de facilidades de transporte e de alimentação gratuita, mostrava os seguintes cartazes, entre muitos outros:

Jango assina a reforma e nós faremos o resto;
Osvino taca a faca nos trusts;
Armai-vos uns aos outros;
Os trabalhadores querem armas para defender o Governo;

Jango, defenderemos as suas reformas à bala;
Cadeia para os gorilas;
Todo o poder à CGT;
Legalidade ao PC;
Na marra ou na bala.

Esses cartazes mostram, de maneira irrefutável, o grau explosivo de subversões apoiado pelo Palácio do Governo.

Depois, nesse mesmo mês, veio a “revolta dos marinheiros”, chefiada por um cabo e, em seguida, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, mobilizada pelo Palácio das Laranjeiras.

Nessa mesma hora de pregação subversiva comuno-sindicalista, incentivada pela cúpula do Governo, vejamos o que nós, os gorilas, proclamávamos em nossa propaganda anti-subversiva.

Em um documento denominado “Reflexões”, de autoria coordenada dos generais Ulhôa Cintra e Cordeiro de Farias, destinado a “orientar a concepção estratégica e uma resposta eficiente ao movimento subversivo que está sendo preparado no Brasil”, as palavras que transcendem em fé e entusiasmo revelam o extremo desvelo em preservar a vontade de viver democraticamente do povo brasileiro, tão ameaçada naquela hora em que aproveitadores e esquerdistas, de mãos dadas, apregoavam aos quatro ventos, as virtudes do regime socialista, as excelências da democracia cubana.

Outro documento histórico, de 1963, cuja redação final coube ao então Tenente-Coronel Octavio Costa, amplamente distribuído entre os

oficiais que serviam nas escolas, particularmente na ECEME e ESAO, foi o chamado *Decálogo*, documento que testemunha, de maneira inequívoca, os nossos ideais de há duas décadas passadas.

Ei-lo:

Decálogo do Militar Brasileiro

1. LUTAR – para que, realmente, “todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido” (Constituição Federal);

2. LUTAR – pela “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (Constituição Federal);

3. LUTAR – pela verdadeira legalidade, preservando realmente “a república representativa”, a “federação”, “a independência e a harmonia dos poderes” (Constituição Federal);

4. LUTAR – pela “organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho” (Constituição Federal);

5. LUTAR – para que, dentro do processo legal e do espírito da doutrina social da Igreja, seja concedido a todo brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”;

6. LUTAR – para que imperem na vida brasileira os princípios de irrepreensível moralidade administrativa e de respeitabilidade funcional dos homens públicos;

7. LUTAR – pela soberania e pela ativa participação do Brasil no mundo livre;

8. LUTAR – para que as Forças Armadas se mantenham intransigentemente fiéis à sua destinação de defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem;

9. LUTAR – por Forças Armadas realmente institucionais e democráticas regidas pelo legítimo império das leis e dos regulamentos, atentas ao imperativo da modernização de seus equipamentos e constantemente empenhadas em seu aperfeiçoamento moral e profissional;

10. LUTAR – pela dignidade profissional e pela justa posição das Forças Armadas na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

A famosa Circular de 20 de março de 1964, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, documento considerado decisivo no posicionamento quase unânime das Forças Armadas no Movimento de 1964, é uma pregação democrática e legalista. Alerta para os perigos das tentativas de levar as Forças Armadas a apoiarem a subversão comunista-sindicalista em marcha, inspirada pelo Palácio presidencial. Num de seus períodos, afirma que os quadros das Forças Armadas devem:

“Estar prontos para defender a legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive o de assegurar o processo eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública de ser movida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.”

Através desses pronunciamentos, preocupados com perigos que rondavam a democracia brasileira, procuramos polarizar adeptos para a nossa causa. Além desses, muitos outros pronunciamentos do mesmo teor precederam a irrupção do movimento vitorioso. Com essas idéias da mais pura convicção democrática, fazíamos o nosso proselitismo, enquanto os arautos do socialismo vermelho daquela época, entre eles muitos que hoje ocupam postos do Governo mudando a coloração de seu socialismo, estimulavam os trabalhadores a um regime totalitário, que diziam sindicalista.

Nos seus cartazes se lia: Todo o poder à CGT, na marra ou na bala.

A largada revolucionária foi dada pelos corajosos pronunciamentos do Governador Magalhães Pinto (MG) e do General Olímpio Mourão, Comandante da 4ª RM, cujas tropas se puseram em marcha em direção ao Rio.

A vitória militar foi fácil. O Governo fugiu na primeira hora. De seus valentes partidários, da sua “invencível força sindical e arrasador dispositivo militar”, não apareceu ninguém que quisesse lutar...

Vitoriosa, a Revolução não se embriagou com a soma de poder que veio às suas mãos. Foram mantidos os partidos políticos, foi mantido em funcionamento o poder legislativo e intocado o poder judiciário.

O Ato Institucional nº 1 manteve a vigência da Constituição de 1946.

Foram eleitos pelo Congresso, como os de mais, presidente e vice-presidente da República. Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que institui uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbitrio e de arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei. Repitamos as suas palavras:

“Meu governo será o das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exação e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social.”

Nessas palavras de posse do Presidente Castello Branco, estão os dois veios de ideário que inspiraram a Revolução – democracia e desenvolvimento.

A Abertura, nome que os brasileiros deram ao processo de ampliação gradual dos compromissos democráticos da Revolução, compromissos que foram temporariamente limitados, mas nunca cancelados, foi uma concessão livre e espontânea da Revolução, fiel aos ideais que inspiraram o Movimento de 31 de março.

Essa abertura democrática representou, antes de tudo, o compromisso do Movimento de 31 de março que foi cumprido. Não fosse a vitória do Movimento de 1964, não fosse a sua fidelidade ao seu ideário, longe estariamos hoje de alcançar essa abertura. Veja-se o exemplo de Cuba, cujo modelo nos queriam impingir.

Há que se ressaltar a peça preciosa da figura inatacável de liberal que foi o Dr. Milton Campos, então Ministro da Justiça do 1º governo revolucionário, em discurso pronunciado em 20 de setembro de 1964, a seis meses da vitória de 31 de março. Fixa o grande jurista aquele momento que vivia a Revolução, tanto por ser revolução, quanto por ser democrática:

“Estamos numa fase revolucionária e ao mesmo tempo instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participação e pelo consentimento das forças políticas e populares.

Em correspondência, o poder revolucionário limitou-se a si mesmo e promoveu a eleição do Governo nos termos da Constituição. Vossa Excelência ficou sendo um presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Cumpre não esquecer que o ponto de partida foi a Revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e das expectativas anteriores. Daí a necessidade de comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr, em curso tranquílo, as águas antes revoltas. Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e de avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia.

Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com o equilibrismo dos detentores de posição, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase de reconstrução.

Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam das suas crises e lançam as linhas vitoriosas da sua história. Essa é, em nosso País, a pe-

sada e grandiosa tarefa que cabe a V. Exa., Presidente Castello Branco.”

No entanto, não fica na figura sempre respeitada de Milton Campos a compreensão do fenômeno revolucionário brasileiro. Passado um ano da Revolução, dizia, na Universidade da Paraíba, o estadista ilustre Dr. José Américo de Almeida:

“Vamos ser justos. Proclamemos os benefícios já produzidos por essa revolução. Se não promoveu todo o bem, evitou todo o mal. Imaginemos o que seria a nossa primeira guerra ideológica, a mais atroz e catastrófica luta entre irmãos. E levantemos as mãos para os céus agradecidos pela tranqüilidade – que voltou depois de tantos sobressaltos; pelo sangue que não se deram; pelo restabelecimento da unidade das classes armadas, garantia da paz interna; pela felicidade de ter o brasileiro deixado de passar pela vergonha de ser considerado o mais corruptor e corrupto de todos os povos.”

Mais ou menos na mesma época, o renomado jurista paulista Dr. Miguel Reale dizia:

“Ora, quando as Forças Armadas nacionais, dando sentido operacional aos ditames da opinião pública, em repulsa às maquinações do esquerdismo subversivo e corrupto, instaurou o processo revolucionário, desde logo pressentiu que havia, como ainda há, toda uma tarefa ‘ideal’ a ser realizada.”

Selecionamos apenas pronunciamentos de inegável conteúdo democrático que marcaram nossas posições nos períodos pré-revolucionários e nos dois primeiros anos de governo revolucionário. Valem pelo indiscutível testemunho original.

Nosso objetivo neste ensaio comemorativo dos 39 anos da Revolução de Março é o de enfatizar, em termos de processo revolucionário, a permanência dos ideais democráticos que constituíram e constituem, ao lado do desenvolvimento nacional, o centro de gravitação das aspirações dos revolucionários.

Por isso mesmo, por decisão própria, por convicção e não por pressão, os dois últimos go-

vernos revolucionários se impuseram o dever de, gradualmente, resgatar à Nação a plenitude de seus compromissos democráticos, foram extingindo, um a um, os instrumentos legais de que dispunham, característicos de um regime revolucionário. Por isso mesmo, estamos em plena abertura democrática. A isso chegou a Revolução voluntariamente por convicção e evocação.

O processo revolucionário de 1964 extinguiu-se, por vontade própria, por vocação original fiel ao seu compromisso democrático.

Há 39 anos, alcançamos, conclamando alto os nossos ideais, conter a mais perigosa tormenta antidemocrática a que este País já assistiu. Foi a sociedade brasileira que se levantou na sua expressão mais significativa e autêntica. Essa atitude solidária do povo brasileiro, tão solidária que nos levou a uma vitória sem lutas, fez cair a farsa armada pelo chamado poder comun-sindical e correspondia inegavelmente a uma ampla consonância popular com nossos compromissos de desenvolvimento e democracia.

Também não traímos o nosso compromisso desenvolvimentista. Elevamos a economia nacional de 48º do mundo em 1963 à posição de 8ª em 1985. Nada mais comprobatório de que a Revolução de 1964 cumpriu o seu compromisso com o desenvolvimento nacional do que o depoimento do saudoso economista Mario Simonsen à revista *Exame* (abril de 1997). Disse Mario Simonsen:

“Em vinte anos de esforço concentrado, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário, apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos de 48ª para 8ª economia mundial, passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares, conseguimos o crescimento médio de 6% ao ano. Asseguramos emprego, educação, saúde e trabalho sempre crescentes a uma população que, durante o período revolucionário, cresceu em 60 milhões de habitantes, equivalente a duas Argentinas. Realizamos um colossal projeto de energia,

telecomunicações e interiorização. Esses nossos méritos desenvolvimentistas foram reconhecidos pelo Banco Mundial e FMI que, em seus relatórios estatísticos, nos apontaram como uma potência emergente.”

Se esse extraordinário avanço da Nação não teve continuidade, se o otimismo nacional foi substituído pela descrença, criando no País as dificuldades atuais, a culpa não é da Revolução de 31 de Março.

A democracia em que hoje vivemos foi alcançada pela perseverança da Revolução em resgatar a sua dívida liberal. Em 1964, se tivesse vencido o movimento sindico-comunista, teríamos sido arrastados ao alinhamento Moscou-Havana. O País teria se transformado numa grande Cuba e agora estariam amargando o mesmo drama dos satélites de Moscou.

Orgulhamo-nos da Revolução de 1964. Reafirmamos, hoje, com o mesmo entusiasmo de 39 anos passados, o calor de nosso ideário. Ele conduziu, há 39 anos, a um extraordinário alcance da Nação, que conosco coincidiu nos anseios de um Brasil Grande (desenvolvimento) e de democracia. A Revolução de 1964 fez desses anseios seu compromisso e resgatou-os à Nação.

Patriotas e idealistas, temos a consciência clara de que cumprimos nossa missão histórica na hora irrecusável da luta.

Fiéis a esses ideais, nossa posição foi, é e será de alerta pelo destino do Brasil.

A TEORIA DO FOCO GUERRILHEIRO

*Carlos Illich Santos Azambuja**

“Se conheces o inimigo e a ti próprio, não deverás temer o resultado de cem batalhas. Se tu te conheces, mas não ao inimigo, para cada

* O autor é historiador.

vitória sofrerás também uma derrota. Mas, se tu não conheces o inimigo e nem a ti próprio, serás sempre derrotado."

(Sun Tzu, ano 500 a.C.)

"Só se salvarão os que souberem nadar." Esta foi uma frase que se tornou memorável pronunciada por Cataneo, cantor do trio cubano Tai-cuba, na manhã de 8 de janeiro de 1959, quando Fidel Castro fez sua entrada triunfal em Havana à frente de seus guerrilheiros. Hoje, em Cuba, Cataneo é chamado de "O Profeta", pois sua profecia permanece atual.

A lógica revolucionária limita o campo político a duas e somente duas opções: quem não está comigo está contra mim; quem não é revolucionário é contra-revolucionário. Essa simplificação recebeu a bênção filosófica de Lenin, que a transformou em dogma.

Na década de 1960, no Brasil e em toda a América Latina, diversas organizações da esquerda revolucionária, influenciadas pelo êxito da revolução cubana e objetivando "acelerar o processo", vislumbraram a possibilidade de substituir os tradicionais partidos comunistas, criados por Moscou, pela guerrilha, com base nos escritos de Regis Debray sobre o "Foco Guerrilheiro", e passaram a aplicar a teoria acima enunciada: quem não está comigo está contra mim.

Muito já se escreveu sobre esse tema. As organizações guerrilheiras, surgidas de setores radicalizados da pequena burguesia urbana, priorizavam a violência armada, as ações imediatas, que serviriam de motor da revolução, negando, com essa prática, o histórico papel do proletariado, doutrinariamente reivindicado pela ortodoxia dos partidos comunistas.

A teoria do "Foco Guerrilheiro", materializada pelo sucesso de Fidel e Che em Cuba, foi sistematizada, na época, por um intelectual francês, Regis Debray, em um livro, *Revolução na Revolução*. Anos depois, esse intelectual, em um outro livro, intitulado *A Crítica das Armas*,

embora numa tentativa de autocrítica, voltaria a justificar essa teoria com novos argumentos.

Na década de 1960, Debray – nascido na França em 1941 – era um jovem jornalista, formado em Sociologia, seduzido pelas idéias marxistas e ainda mais pela revolução cubana e pelo fotogênico espetáculo de uma ilha paradisíaca governada por audazes barbudos que preparavam o assalto final ao Palácio de Inverno, configurado na fortaleza imperialista norte-americana, logo ali ao lado.

Na época, em Cuba, não faltavam os homens de ação, mas não existiam teóricos capazes de explicar em que lugar ficariam os partidos comunistas, fiéis seguidores do marxismo-leninismo ortodoxo. Desde uma perspectiva teórica, tornava-se fundamental explicar os motivos da ruptura da guerrilha fidelista com o velho almanaque escrito por Marx e complementado por Lenin. Afinal, diferentemente do que ocorreu em Cuba, Marx não havia escrito que o comunismo tornasse-se vitorioso como consequência da luta de classes dirigida pelo seu estado-maior, o Partido Comunista, assim, com maiúsculas?

Foi atribuída a Debray, então, a tarefa de compor uma espécie de gramática revolucionária para os novos tempos, a fim de justificar a tática cubana, que ele iria denominar de "Teoria do Foco Guerrilheiro". Ele sabia que a "Teoria do Foco", seguramente, iria provocar a ira dos partidos comunistas tradicionais, todos criados à imagem do PCUS e dependentes ideológica e financeiramente de Moscou.

Assim surgiu o livro *Revolução na Revolução*, que continha três teses fundamentais:

– a primeira, advertindo que as revoluções na América Latina deveriam partir de um "foco militar rural" que, no momento adequado, daria à luz uma vanguarda política;

– a segunda, afirmando que quando se inverte a ordem dos fatores – criando primeiro a vanguarda política para, depois, gerar o "foco" – a organização política converte-se em um fim em si

mesma e adia, para um futuro distante, a eclosão da violência armada;

- a terceira, indicava o inimigo a ser destruído: "o imperialismo ianque e seus capatazes locais".

Segundo Debray, Che Guevara dizia que uma das três regras de ouro do guerrilheiro era a desconfiança constante. Desconfiança de quem? Das "massas", segundo ele.

A revolução, para os partidários do "Foco Guerrilheiro", seria desencadeada não pelos partidos comunistas tradicionais, mas sim por um grupo altamente selecionado de homens armados e apartado das massas. Esse grupo, pelo exemplo de suas ações, seria o "pequeno motor" que motivaria e daria partida ao "grande motor: as massas". Nesse sentido, o trabalho político que, segundo a ortodoxia comunista, obrigatoriamente precede as ações armadas era desprezado, eludindo a máxima de Lenin de que "sem teoria revolucionária não há prática revolucionária". O partido era substituído pelo "Foco" sob a alegação de que o "Foco" formaria, depois, o partido.

Ao negar a necessidade do partido, os "foquistas" assumiam a direção da revolução, tirando-a das mãos do proletariado - "única classe consequente e verdadeiramente revolucionária, dirigida pelo estado-maior da classe operária", o Partido -, colocando-a nas mãos da classe que, teoricamente, representavam: a pequena burguesia urbana. Isso condenaria a revolução à derrota, segundo a ortodoxia do marxismo-leninismo.

Tudo isso já havia sido exposto por Che Guevara em seu livro *Guerra de Guerrilhas*. Che proclamava a necessidade de "criar dois, três, muitos Vietnãs", e que, nesse sentido, "situar a guerrilha sob a dependência tática ou estratégica de um partido, ou como ramificação da ação de um partido, acarreta, como consequência, uma série de erros militares mortais. Para que o pequeno motor - a guerrilha - ponha realmente em marcha o grande motor - as massas - é necessário, primeiro, que seja reconhecido por essas massas como seu único intérprete e guia, sob

pena de dividir e debilitar as forças populares. Para que se opere esse reconhecimento, é preciso que a guerrilha assuma todas as funções de comando político e militar".

Che Guevara, no entanto, nem de longe poderia suspeitar o irônico que soaria essa sua frase nos dias atuais, pois converter a América Latina em um Vietnã seria, hoje, conduzi-la velozmente ao capitalismo. Sob uma ditadura que cada vez mais vai sendo menos comunista, o atual regime vietnamita abre as comportas do país ao capitalismo ocidental, e os estragos feitos pela Coca-Cola e pelo McDonald's são muito mais significativos que os da insurreição do vietcong. Todavia, o mais importante é o fato de que ninguém obrigou o Vietnã a colocar em prática essa sua atual política. O país, simplesmente, livrou-se dos herdeiros de Ho Chi Min.

Nos países do Terceiro Mundo foram editados mais de um milhão de exemplares do livro *Guerra de Guerrilhas*. Che Guevara, ao redigi-lo, partiu de três axiomas extraídos da revolução cubana: a guerrilha pode derrotar os exércitos regulares; não é necessário aguardar que exista um clima insurreccional, pois esse clima (as famosas condições objetivas e subjetivas) será criado pelo "Foco"; o cenário natural para a guerrilha é o campo e não as cidades.

A partir desses dogmas, Che explica a estratégia geral, a tática do "bate e foge", a formação das unidades guerrilheiras, o tipo de armamento, a saúde, o papel das mulheres e a qualidade de apoio que deve ser ministrado pelos guerrilheiros urbanos.

Com seu livro, Che Guevara imaginava ser possível que todos os comunistas dos países subdesenvolvidos pudessem fazer suas revoluções caseiras sem grandes contratemplos.

Regis Debray complementaria o raciocínio de Che, aduzindo que os partidos comunistas tradicionais "aspiram a uma vida legal e a participar da vida política normal" por um certo tempo, visando consolidar-se e "fazer nome", preparando, assim, as condições para a luta armada.

Nesse terreno, todavia, são pouco a pouco absorvidos, tragados pela rotina. Recrutam alguns quadros, alguns militantes, realizam o primeiro congresso, mimeografam um jornal e panfletos. Depois vêm as assembléias anuais, mil reuniões, os primeiros contatos internacionais, o envio de delegados ao exterior, pois é preciso assistir a múltiplos congressos, fazer-se representar permanentemente em diversos organismos, manter relações públicas. O saldo sempre é positivo: os funcionários funcionam, a imprensa imprime, os delegados viajam, crescem os apoios e amizades internacionais, os dirigentes estão cheios de trabalho. Em resumo: "a máquina anda". Ela custou caro e é preciso cuidá-la.

A perspectiva de luta insurrecional, no entanto, passa de alguns meses para alguns anos; o tempo passa, a abertura de hostilidades é, cada vez mais, considerada algo sacrílego, aventureiro, eternamente prematuro. Torna-se necessário acalmar alguns militantes inquietos que exigem ação. A cada ano é formado um pequeno contingente de "quadros militares", assunto afeto à alta direção do partido, mas conhecido de toda a militância, que vai segregando as suas esperanças. Ah! Mas o momento ainda não é chegado, pois sempre surgem os imprevistos. Os militantes precisam compreender que passar "imediatamente" à luta armada seria romper a unidade do partido, que é a sua razão de ser.

Em resumo: o partido vê em si mesmo a finalidade de sua existência. Não passará à luta armada porque, primeiro, deve constituir-se em um sólido partido de vanguarda. Esse círculo vicioso, segundo Debray, "vem corrompendo a luta armada há alguns anos".

Definindo as tarefas militares como prioritárias, os partidários do "Foco" relegam as tarefas políticas, ignorando também a máxima de Mao Tsé-tung, segundo a qual "as armas são um fator importante numa guerra, mas não o decisivo. O decisivo é o homem, não as coisas".

Alguns partidários do "Foco", entusiasmados com o êxito da revolução em Cuba e com algumas

eventuais derrotas das forças da ordem em alguns países, chegaram a ponto de etiquetar o "fidelismo" como a "terceira etapa do marxismo-leninismo".

No artigo "Fidelismo, a Longa Marcha na América Latina", Debray foi um dos que afirmaram, na época, ser o "fidelismo" essa "terceira etapa do marxismo-leninismo". Embora sem atingir o ridículo dessa afirmação, Carlos Marighela, em seus escritos, adotou posição muito semelhante.

A teoria do "Foco Guerrilheiro" foi, no entanto, uma divergência entre comunistas, que parece superada. O "Foco" foi eliminado, mas o "trabalho de massas" dos partidos comunistas ortodoxos permaneceu e, em alguns casos, deu frutos.

Será, no entanto, que os partidários do "Foco", ao adotá-lo como "forma de luta", renegavam o marxismo-leninismo pelo fato de fazerem a substituição do partido e da via pacífica pela guerrilha?

Não. O "Foco Guerrilheiro", tal como foi concebido, nada mais era do que uma versão particular do partido - escreveu Debray dez anos depois, em 1977, em seu livro *A Crítica das Armas* -, à semelhança do que fora definido por Lenin em *O que Fazer?*: um pequeno grupo de elite, compacto e disciplinado, devotado de corpo e alma à revolução, sujeito às suas próprias regras de funcionamento, à sua disciplina e aos seus métodos clandestinos de trabalho, sem ligação orgânica com os movimentos de massas abandonados às suas reivindicações econômicas setoriais.

"O Foco Guerrilheiro" - diz Debray - "é o partido em verde". Significa importar a guerrilha, de fora, para a região escolhida, assim como - diz o marxismo-leninismo - a "consciência de classe" é importada, de fora, pelos intelectuais burgueses portadores da doutrina científica do socialismo, para o interior do movimento operário.

Da mesma forma que o movimento operário, historicamente, é dado como incapaz de produzir, com suas próprias forças, uma "organização política consciente", também o chamado "proletariado rural" é tido como incapaz de passar do descontentamento latente à utilização consciente da

“violência revolucionária”. Torna-se, portanto, necessário, a uns e a outros, a intervenção de um elemento exterior, portador da “violência iluminada”.

Por outro lado, mais além de *O que Fazer?*, escrito por Lenin em 1902, poderia ser dito que as origens do “Foco Guerrilheiro” estariam nas fontes da socialdemocracia. Em Karl Kautsky, guia intelectual da II Internacional e mestre do pensamento de Lenin entre 1900 e 1914, pois os considerandos que deram origem à teoria do “Foco” foram enunciados, pela primeira vez, em Viena, em 1901, no projeto de programa do Partido socialdemocrata Austríaco. As implicações desses postulados teóricos viriam a ser desenvolvidas, posteriormente, por Lenin, numa teoria revolucionária, inexistente no que Marx e Engels haviam escrito.

Segundo assinalou Regis Debray, em *A Crítica das Armas*, não existe uma só palavra em *O Que Fazer?* que não possa ser traduzida em linguagem “foquista”, pois – assinala Debray – “o esquema foquista e o que Lenin escreveu têm a mesma lógica e partem dos mesmos pressupostos: pode-se substituir, por exemplo, ‘organização de revolucionários profissionais’ por ‘vanguarda político-militar’, sem destruir a coerência da argumentação leninista”.

Posteriormente, em 1996, Debray iria mais longe em sua profissão de ideólogo das revoluções. Em 12 de maio de 1996, em Paris, em entrevista à imprensa, falando sobre o seu mais recente livro, *Elogiados Sejam Nossos Senhores* – um livro carregado de desilusões e ceticismo –, entusiasma-se e ainda atiça uma esperança: o chamado “Subcomandante Marcos”, do “Exército Zapatista de Libertação Nacional”. Segundo Debray, “Marcos é um revolucionário pós-moderno. Encarna um novo estilo. Sua luta é simbólica, sem combate, mais democrática e mais aberta”. Para Debray, “o zapatismo não deixa de ser uma revolução na revolução”.

Também o Partido Comunista do Brasil, desde a primeira metade dos anos de 1960 já em-

penhado na montagem de uma “área estratégica” no interior do Brasil, como embrião da “Guerra Popular Prolongada”, mostrou-se um crítico feroz da teoria do “Foco Guerrilheiro”, classificando-a como “uma concepção pequeno-burguesa sobre a revolução, tanto na esfera política como na militar e organizativa”.

Tanto o “Foco Guerrilheiro” como a “Guerra Popular Prolongada” não levaram a nada, a não ser a uma guerra suja que resultou em uma montanha de mortos em toda a América Latina nos anos 1960 e 1970, pela qual, hoje, responsabilizam “a repressão”. Ou seja, aqueles que, constitucionalmente, a combateram e venceram.

QUARENTA ANOS DEPOIS*

*L. P. Macedo Carvalho***

Quarenta anos atrás, ocorreu no Brasil um movimento liberal que ficou batizado como a Revolução Democrática de 1964. Não foi mera conspiração ou golpe de Estado no típico estilo latino-americano, nem uma quartelada ou sedição essencialmente militar em busca do poder. O historiador Anthony F. C. Wallace, em *Identity and the Nature of Revolution in Latin America: the Dynamics of Social Change* (Nova York: St. Martin's, 1972, p. 178-80), classifica as revoluções latino-americanas em dois tipos: a de política de apetites e a de política de identidade. A de política de identidade implica uma transferência de cultura destinada a reformular a sociedade “dente” numa ideal. Poder-se-ia admitir não ter sido o Movimento de 1964 uma revolução na verdadeira acepção sociológica do termo. Apesar da notória ameaça de implantação de uma repúbl-

* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB

** O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, historiador e Presidente do IGHMB

ca sindicalista já haver atingido a caserna, o fato é que as Forças Armadas só vieram à rua, súbita e tardivamente, quando premidas por manifestações públicas da sociedade brasileira e da mídia para colocar fim ao clima de desmando e de desordem instalado no País. Vale lembrar que tal clima era incentivado pelo próprio governo de então e pelos velhos “lobos com peles de cordeiro”, que, na atualidade, tornam ao cenário político nacional, aproveitando-se das liberdades asseguradas pelo regime democrático com o intuito velado de golpeá-lo traiçoeiramente.

Na verdade, a Revolução de 1964 não dispunha de um programa traçado ao ser deflagrada, o que atesta a sua espontaneidade e repentinidade, mas possuía um ideário fundamentado na preservação dos princípios de liberdade, arraigados na nacionalidade brasileira.

Para o líder consagrado pelo movimento democrático – Castello Branco –, expressão maior do pensamento político-militar na época, os principais objetivos da Revolução, transformados em meta de seu governo, eram “a arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política”.

Segundo Costa e Silva – paradoxalmente o editor do AI-5, que, em segredo, elaborava novo texto constitucional de natureza liberal junto com Pedro Aleixo, temeroso em passar à história como mais um caudilho gaúcho –, a Revolução propunha-se fundamentalmente “a restaurar a democracia representativa, promover indispensáveis e inadiáveis reformas estruturais socioeconômicas, empenhar as energias nacionais para a justiça social, libertar o povo brasileiro da mistificação e da demagogia, preparar os homens de amanhã para o exercício da democracia autêntica”. No dizer de Carlos Lacerda, um dos líderes civis do movimento, a Revolução consistia no “processo acidentado, contraditório e penoso, mas constante, de transformação do Brasil em uma grande nação democrática, isto é, uma nação poderosa, cujo povo esteja apto a decidir o seu próprio des-

tino, quer por suas condições materiais, quer por seu preparo espiritual”.

Os primeiros anos foram muito difíceis. Vencida a fase heróica essencialmente político-militar, sucederam-se a político-administrativa, a de saneamento financeiro, a de planejamento econômico, a de pacificação admissível e a de retomada do desenvolvimento. Seguiu-se o período de contestação dos descontentes com o regime e de seus tradicionais inimigos, caracterizado pela subversão da ordem pública e pelo terrorismo seletivo, conduzido através da “esquerda armada”, que culminou em ações de guerrilhas urbana e rural, levando o governo ao dilema de reagir ou capitular.

Controlada a agitação comunista-sindicalista, que não logrou o apoio da opinião pública – após a luta armada dirigida por Marighela, o assassinato do Capitão norte-americano Chandler pela mera suposição de que instruía militares brasileiros em técnica de contraguerrilha, a morte impiedosa do soldado Kozell quando de guarda no quartel-general do II Exército (São Paulo, SP), o bárbaro estripamento de uma sentinela no Hospital Militar de São Paulo para tirar-lhe o fuzil, o furto de armas no 4º Regimento de Infantaria com a traição de Lamarca, o cruel metralhamento de um industrial paulista em “justiçamento” por auxiliar na repressão ao terrorismo, o sanguinário atentado do Aeroporto de Recife, o trucidamento perverso a coronhadas do tenente da Polícia Militar de São Paulo no litoral daquele estado, o selvagem aniquilamento do primeiro oficial alemão a cursar a Escola de Comando e Estado-Maior de nosso Exército, por confundirem-no com o boliviano que matara Guevara, a eliminação fria de dissidentes e daqueles que discordavam dos métodos adotados por saberem demais, a crescente onda de assalto a bancos com mortes a fim de “expropriar” fundos para alimentar a subversão, os seqüestros violentos executados, inclusive, por atuais próceres políticos, as passeatas ruidosas e baderneiras, a inominável covardia do extermínio do Major Martinez, as guerrilhas de Caparaó,

do Vale da Ribeira e de Xambioá, além de muitos outros inolvidáveis fatos com vítimas inocentes da insaciável sanha criminosa vermelha, financiada por Cuba -, o governo Médici, ao término de seu mandato, perdeu a oportunidade de legitimar pelo voto a Revolução, permitindo a alternância do poder, antes dos choques do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais, que aumentaram vertiginosamente a dívida externa e impopularizaram os idos de 1964. Convém lembrar que o terrorismo de esquerda das décadas de 1960 e 1970 deixou um saldo de nada menos que duzentas pessoas mortas no Brasil - esquecidas, não homenageadas nem pranteadas, e sequer indenizadas suas vidas.

A modernização, o desenvolvimento e as conquistas alcançados pela Nação durante o período dito autoritário, nos campos científico-tecnológico, econômico e social viram-se apagados diante dos ressentimentos políticos consequentes da inevitável violência gerada pela repressão à violência dos intencionais atos extremistas, desencadeados pelos inimigos da democracia, da ordem, da lei e da liberdade.

A ilusão socialista, objetivo intermediário para a implantação definitiva do totalitarismo internacional comunista, conforme preconizou Lenin, desmistificada hoje pelo fracasso onde foi imposta a ferro e fogo, mostrou só a face dura do necessário autoritarismo temporário para restabelecer a ordem e a tranqüilidade da Nação.

Há de se admitir muitos terem sido os enganos, os erros e as injustiças cometidos no período revolucionário, com lamentáveis, mas compreensíveis, desvios humanos, como sói acontecer nessas ocasiões, e irrefreados choques de paixões, à semelhança das trevas que se abateram sobre as luzes da agora aplaudida e celebrada Revolução Francesa. Ainda assim, não são nem de leve comparáveis às barbaridades cometidas na Rússia soviética de Lenin e Stalin, na revolução cubana socialista de Fidel Castro ou no Khmer Vermelho de Pol Pot no Camboja. Entre os pecados do Mo-

vimento de 1964, poder-se-ia apontar: a prioridade dada à economia em detrimento do social, a despreocupação em preparar as futuras lideranças políticas, o crescimento desmedido do estatismo, o questionamento de determinadas obras e programas, o demasiado prolongamento dos governos revolucionários, a constituição de partidos descaracterizados e, finalmente, as interrogações deixadas no esclarecimento do "Caso Riocentro", fazendo pairar inaceitáveis suspeitas sobre as Forças Armadas, exploradas pelas esquerdas em impatriótica e deplorável campanha de descrédito dos militares perante a Nação. Instilou-se, assim, no sentimento popular, em especial no meio dos jovens que não testemunharam esse elenco de fatos acima mencionados, aversão a tudo o que porta o rótulo de militar, sob ardilosa orquestração da mídia de oposição e do clero "progressista", a fim de conquistar e controlar a opinião pública. Todavia, cumpre lembrar que somente aqueles que se valeram da liberdade concedida pela democracia para atentar contra o regime tiveram a sua liberdade cerceada.

Mais cedo ou mais tarde, um dia far-se-á justiça ao Movimento de 1964. Quando a história verdadeira virar História, a Nação, menos dividida, amadurecida e esclarecida, refletirá sobre esses acontecimentos com isenção de ânimo e friamente.

Aqueles que idealisticamente atenderam à convocação da Nação para restabelecer a ordem, a liberdade, o regime e, hoje, arcam com a impopularidade, passada a ressaca de liberalismo que faz padecer a todos os brasileiros, nada têm a se envergonhar ou a temer pelo que fizeram, pois estavam mais de passo certo do que errado. Aguardem tranqüilos a sentença do juiz tempo, o mais sábio de todos, para lhes fazer justiça, como se verificou com Tiradentes.

É oportuno recordar os ensinamentos legados por Vieira no Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma na Capela Real, em 1669: "Se servistes à Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma." ☽

A imprensa publicou:

ESTADO CRIMINOSO E CRIME ORGANIZADO¹

Ipojuca Pontes

No livro primeiro de *A Ética*, Aristóteles dá conta de que os homens colocam ou procuram a felicidade terrena no prazer, na honra ou na sabedoria. A maioria deles - considera o filósofo - , em geral os mais rudes, acha que a busca do prazer (*gozo*) é o bem supremo da vida. Já as pessoas mais refinadas e ativas colocam o desfrute da honra - para elas, a finalidade da vida política - como o apanágio da felicidade. O Estagirita esclarece, no entanto, que a procura da honra se mostra por vezes superficial, visto que ela emana mais do poder de quem a confere, do que de quem a recebe. No topo da hierarquia, o mestre relaciona a busca da sabedoria (vida contemplativa), entendida como compromisso com o "dever sagrado de honrar de preferência a verdade", como o bem supremo.

O velho Aristóteles - figura do conhecimento nunca suficientemente exaltada - assinala ainda que a ética, "ciência do costume", considera sobremodo o indivíduo. Já a política (do grego *pólis*, cidade), por sua vez, trata do Estado - sendo o homem um ser moral justamente porque é um ser político (não representado pelo homem de Estado, mas, sim, o homem de vida pública), atividade que o filósofo tem em conta de "ciência principal", e que leva ao "sumo bem". Ler Aristóteles, hoje, com o ordenamento de suas catalogações e categorias, e tentar entender como os gregos compreendiam o mundo é, em si, para além de uma aventura colossal, uma permanente lição de abismo, especialmente quando realça (sem querer) a quanto poderíamos ter chegado,

enquanto civilização, diante do que realmente nos tornamos: uma espécie de experiência planetária marcada pela escuridão, mentira e horror.

Com efeito, pode-se afirmar que causaria espécie ao filósofo admitir que a busca irrefreável do prazer, tornou-se, na contemporaneidade, o objetivo primeiro não apenas dos homens considerados rudes (a maioria), mas, sobremodo, dos homens "refinados e ativos", e mesmo dos sábios contemplativos que, na vã procura da felicidade dentro das esferas do político e do saber, transformaram o mundo num gigantesco bordel.

A julgar pelos padrões vigentes da Nova Ordem Mundial, em que as figuras do político, do ideólogo e do tecnocrata pensam e agem como sistemáticos senhores do Estado Provedor, cresceu em proporções alarmantes a supremacia do poder dos "homens públicos" sobre o indivíduo e, pior ainda, o formidável universo de privilégios e benesses que desfrutam em cima do esforço do indefeso homem comum. De fato, em nome do "social" e do "coletivo", inimagináveis legiões de políticos, burocratas, intelectuais estatizantes e corporações de sanguessugas de toda ordem, amparados em projetos e constituições "progressistas" (tanto nas chamadas "democracias sociais" quanto nas ditaduras tidas como "populares e socialistas"), tornaram-se, com suas alusões de "respeito aos direitos humanos" e promessas de "políticas públicas de bem-estar social", exemplos vivos de falsos deuses a impor, de balaço e cutelo, o mando desabrido sobre o resto da humanidade.

No caso específico do Brasil, o exemplo diário é visível e palpável: governo e Estado, unidos, com um enorme instrumental de leis e prerrogativas do monopólio da violência, converteram-se em senhores impiedosos de uma prática ma-

¹ Transcrito do portal de MídiaSemMáscara, acesso em 29 de julho de 2004. O autor é jornalista.

cabra, qual seja, a de espoliar de forma legal, com método e disciplina, os recursos de quem trabalha e cria riquezas. Só assim se explica, de resto, o fato concreto e miserável do trabalhador brasileiro, para sustentar a fôrvidável máquina estatal e sua horda de corporações parasitárias, ver-se obrigado a dispensar, para manter as contas públicas, mais de cinco meses do resultado do seu trabalho anual (vide Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2004) extorquidos pela imensa carga tributária.

O resultado imediato de tal espoliação do indivíduo pelo Estado é a proliferação institucional do crime organizado, uma resposta inofismável à tirania do público sobre o privado. Não há mais espaço para tergiversação, e o raciocínio que passa hoje pela cabeça de boa parte da população é o seguinte: por que trabalhar, dar duro dia e noite, ser honesto e decente, pagar impostos e tributos, se sempre se pode partir para o usufruto do assistencialismo ou se ingressar no tráfico, no contrabando, na lavagem de dinheiro e evasão de divisas, na prostituição, fraude, sonegação, negócios clandestinos e o simples roubo?

Por conta de tal perversão, o crime organizado em suas multifacetadas frentes vigora neste Terceiro Milênio como o negócio mais próspero da face da terra, a tal ponto que as agências de controle econômico (OMC, BM e outros) já contabilizam um “produto criminoso bruto”, superior ao verificado nas atividades consideradas “legais”: 7%, ou mais, ao ano. Nada do que é humano me estranha – parece ser a legenda irreversível do crime organizado, que cresce em proporção geométrica à medida que o Estado avança de forma aritmética no bolso dos súditos, sem medo de represálias, ameaças, legislações inibitórias ou retórica salvacionista, até porque dentro dele, Estado organizado, transita, em larga escala, um vasto contingente de indestrutíveis aliados.

Ao nascer no Brasil de hoje, o homem comum deveria receber o mesmo aviso que Dante encontrou no portal do Inferno ao procurar Beatriz: “Perdei toda a Esperança, ó vós que entrais”.

VARIAÇÕES SOBRE A SEGURANÇA²

Miguel Reale

A segurança pessoal e social constitui uma das aspirações primordiais geradas pelo progresso da civilização, até o ponto de que todos nós temos o poder-dever de aspirar por uma ordem pacífica na esfera individual e coletiva.

A diade poder-dever significa que não estamos perante um objetivo que só depende do Estado, implicando também a obrigação individual de zelar por seu adimplemento.

Em primeiro lugar, há a segurança em sentido subjetivo, importando em constante zelo por nossa higidez corpórea e espiritual, garantindo-nos a Constituição a faculdade de exigir das autoridades públicas as medidas necessárias para a preservação dos superiores valores existenciais.

Não é somente pelo voto, como eleitores, que nos cumpre cobrar dos governantes sua obrigação de prestar os serviços essenciais aos indivíduos e à sociedade, sendo-nos lícito, como cidadãos, recorrer à “desobediência civil”, como a Professora Maria Garcia bem o demonstra no livro dedicado a esse tema fundamental.

O valor da segurança não se reduz, porém, à garantia da paz social mediante órgãos policiais capazes de prevenir a ocorrência de delitos, não permitindo que prevaleça a impunidade, uma das fortes razões determinantes da gigantesca criminalidade reinante no País.

Jornais, rádios e televisões nos dão diariamente notícia de homicídios perpetrados pelos motivos mais insignificantes, com o número crescente de

² Transcrito do portal de *O Estado de S. Paulo*. O autor é jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP.

assassinos que não deixam rastro de crimes que são apenas objeto de inconsequentes registros formais.

Nem mesmo a própria casa representa a mínima proteção, tão poderosas são as forças do bando de delinqüentes, quer em número, quer em armamentos, sendo alarmante constatar que deles participam membros das milícias policiais, bem como de órgãos civis encarregados de salvaguardar a paz pública.

Felizmente, ainda é diminuto o número de tais desvios, em impressionante contraste com a quantidade de soldados vítimas dessa guerra civil, pois de verdadeira guerra se trata a travada entre os delinqüentes e os defensores da ordem. A situação chegou a tal ponto de desagregação que a fara deixa de representar a lei, convertendo-se em alvo para o ataque traiçoeiro dos que delinqüem.

Ora, a natureza bélica a que chegou a delinqüência em todo o território nacional vem alterar o sentido que tradicionalmente se tem atribuído às Forças Armadas, cuja missão essencial, nos termos do artigo 142 da Lei Maior, se destina, sob a autoridade do Presidente da República, “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

O que tem prevalecido é o entendimento de que essa destinação diz respeito, essencialmente, à defesa da soberania nacional, cabendo a “segurança pública”, conforme o artigo 144, às polícias federais e estaduais.

Verificando-se, no entanto, que a criminalidade generalizada põe em risco todo o ordenamento jurídico-político da Nação, passa-se a apelar para as Forças Armadas para socorrer as deficientes milícias policiais. Parece-me que essa é uma solução cabível, mesmo sem revisão constitucional, desde que, sob a direção do comando soberano das Forças Armadas, se constituam corpos militares complementares, destinados à salvaguarda da “lei e da ordem”, consoante o citado artigo 142 da Constituição federal.

Todavia, a falta de segurança não está limitada aos fatos que acabo de narrar, porque o gover-

no federal tem sido omissos no caso cada vez mais apavorante de invasões das propriedades rurais, ainda que produtivas, pelo MST, que há muito tempo deixou de ser uma organização legitimamente empenhada em resolver a questão agrária, para se converter num partido político nacional, sem registro eleitoral, cuja finalidade é subverter a ordem social e jurídica no País.

Como se poderá esperar segurança no campo, se os sistemáticos invasores de terras não só são amavelmente recebidos por autoridades federais, como têm representação no seio de comissões ministeriais convocadas para traçar os rumos de nossa política agrária?

O chefe dessa entidade subversiva não tem ocultado a sua real finalidade, com ameaças de medidas violentas e revolucionárias, sem que o Ministério Público Federal se lembre, em tais circunstâncias, de instaurar os devidos inquéritos públicos.

Nesse estado de coisas, é letra morta o mandamento constitucional segundo o qual “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, consoante estatui o inciso LIV do artigo 5º da Carta Magna.

A situação chegou a tal ponto que a segurança passou a ser o valor mais urgente, pois sem ela os demais valores não podem ser realizados, nem mesmo aqueles que constituem “invariantes axiológicas”, ou seja, os valores básicos, como os da liberdade e da saúde, que o processo histórico converteu em sustentáculos da sociedade civil.

Não há dúvida que estamos passando por uma crise moral generalizada, havendo mesmo quem fale em “crepúsculo de valores”, mas nenhum deles chegou à degradação que atingiu a segurança, que deve ser objeto de atenção especial das autoridades estatais em todos os seus níveis, da União aos municípios.

A insegurança é fonte de males individuais e coletivos, o pavor tomando conta de todas as camadas sociais, desde as mais opulentas às mais destituídas de recursos, pois é a vida humana que está radicalmente ameaçada.

ALCA, OPORTUNIDADE A SER APROVEITADA³

Donna Hrinak

Negociações comerciais nunca são fáceis. Mas poucas foram tão enaltecidas e ao mesmo tempo desacreditadas como as da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas. Embora não represente nenhuma panacéia para a resolução de todos os problemas enfrentados pelo hemisfério, a ALCA abrirá novas oportunidades para o comércio de sul a norte, norte a sul, leste a oeste e vice-versa. Essas oportunidades para o Brasil, os Estados Unidos e os oitocentos milhões de pessoas da região significam exportações, empregos, investimentos, competitividade global e, consequentemente, crescimento e prosperidade.

Para os Estados Unidos, os benefícios da abertura de mercados não são simples retórica. O dinamismo da economia do país foi conseguido graças à liberalização comercial. Novos mercados de exportação criaram empregos bem remunerados; milhões de consumidores e empresas beneficiaram-se de importações de baixo custo; bilhões de dólares de investimento estrangeiro entraram no país; e nossa economia atingiu a cifra de US\$ 11 trilhões. O comércio é um jogo em que todos podem sair ganhando. E oferece as mesmas oportunidades ao Brasil e aos demais países.

Os Estados Unidos têm uma agenda comercial ambiciosa, que contempla acordos de livre comércio bilaterais, a ALCA e o trabalho na OMC. Nossa estratégia - compartilhada com os outros países da região e incorporada ao arcabouço da ALCA até o ano passado - é a de lidar com todas as questões pertinentes ao comércio, da eliminação de tarifas à proteção dos direitos de propriedade intelectual, de modo a refletir o mundo em

que vivemos e tornar o comércio a força motriz do crescimento e desenvolvimento.

Em novembro do ano passado houve uma reunião de ministros em Miami para revisar o arcabouço de negociação da ALCA. Reconhecendo que as metas do Mercosul são restritas, esse arcabouço passou a possibilitar o avanço dos Estados Unidos e do Mercosul de forma mais limitada, complementando o que nós e outros países da região estamos fazendo bilateralmente.

Como parte do novo arcabouço da ALCA, os ministros dos 34 países concordaram em negociar um "conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicável a todos os países". Várias rodadas de conversações formais e informais realizadas neste ano em Puebla, no México, e em Buenos Aires não levaram a um consenso sobre esse "conjunto comum" na ALCA. As questões incluem acesso a mercados, agricultura, serviços e direitos de propriedade intelectual, bem como a busca de um equilíbrio entre as expectativas e os pontos sensíveis dos 34 países que seja aceito por todos.

Como a criação do arcabouço inicial da ALCA levou anos, não é nenhuma surpresa o fato de os negociadores precisarem de mais do que algumas semanas para transformar os resultados de Miami em instruções para as negociações.

Uma abordagem construtiva e voltada à resolução de problemas, por parte de todos os países, e coerente com os acertos feitos em Miami no ano passado pode nos levar a alcançar os objetivos estabelecidos por nossos governantes para a conclusão da ALCA.

Apesar das conjecturas generalizadas sobre o impacto das eleições presidenciais de novembro nos EUA, nossa política de comércio continua totalmente engajada na promoção da liberalização comercial. O representante de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, tomou a iniciativa

³ Transcrito do jornal *Folha de S. Paulo* de 2.5.2004. A autora foi embaixadora dos EUA no Brasil. Foi embaixadora na Bolívia (1998-2000) e na República Dominicana (1994-1997).

de revigorar a Rodada de Doha, para que se possa obter progresso significativo neste ano na OMC.

Nos últimos meses, os Estados Unidos concluíram acordos de livre comércio abrangentes e bastante ambiciosos com Austrália, Marrocos, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador e República Dominicana. Isso sem falar nos acordos já fechados com os nossos parceiros do NAFTA, o Chile e outros países fora do hemisfério. Estamos ou logo estaremos em negociações de livre comércio com Bahrein, Panamá, Colômbia e, esperamos, outros países andinos. Existem pressões protecionistas nos Estados Unidos, assim como em outros países, mas o apoio à liberalização do comércio já vem de longe e perdurará.

Vale a pena observar que entre as prioridades de todos os nossos parceiros de acordos bilaterais de livre comércio constavam importantes questões agrícolas. Em conjunto, conseguimos expandir o acesso mútuo aos nossos mercados agrícolas e atender os pontos sensíveis e os interesses de cada um fora dessa área, bem como estabelecer bases para maior integração econômica. Uma estratégia pragmática e equilibrada semelhante também poderá contribuir para o sucesso da ALCA.

Estamos empenhados em fazer a ALCA funcionar e em colaborar com o Brasil, nosso parceiro na co-presidência nesta fase de conclusão das negociações, para construir um acordo equilibrado, justo e exequível, de forma que brevemente nossos cidadãos possam desfrutar de seus benefícios.

A GEOESTRATÉGIA DO PETRÓLEO⁴

Rubens Ricupero

Três episódios dos últimos dias voltaram a mostrar a vulnerabilidade de um mundo total-

mente dependente de um produto concentrado nas regiões mais instáveis e perigosas do globo.

O primeiro, no domínio das cotações, foi quando o preço do petróleo em Nova York chegou, em 17 de março, a US\$ 38,48 o barril - o mais alto desde outubro de 1990 - após a decisão da Opep de reduzir, a partir do último dia 1º, sua produção em um milhão de barris diários, a fim de neutralizar a desvalorização do dólar.

O segundo, na área das reservas, foi o escândalo policial-financeiro sobre a manipulação das reservas da Shell, que provocou sua redução, num primeiro momento, em 20%, custando a cabeça do presidente e dos principais dirigentes da empresa, causando à maior acionista, a rainha Beatriz, da Holanda, um prejuízo de 375 milhões.

O terceiro, de índole política, é a revelação do livro de Robert Woodward de que haveria um arreglo secreto entre o embaixador da Arábia Saudita em Washington, o poderoso príncipe Sultan, e as altas esferas governamentais, para favorecer a reeleição do atual presidente mediante uma política de preços baixos na hora decisiva.

Essa última afirmação foi, como era de esperar, veementemente desmentida pelos interessados. Alguns tenderão a considerá-la uma fantasia a mais na fecunda produção de teorias conspiratórias e histórias secretas do petróleo. Os dois primeiros desenvolvimentos são, no entanto, fatos e apenas alguns poucos que selecionei da farta colheita de acontecimentos inquietantes na geoestratégia do petróleo, balizada, de um lado, por transformações dramáticas do lado dos consumidores, do outro, pelas ameaças que se acumulam nas grandes zonas produtoras.

A mudança mais importante no ângulo do consumo vem do apetite insaciável da China, buraco negro gigantesco que suga e devora quantidades astronômicas de óleo, aço, ferro, cobre, níquel, soja, algodão, pesando sobre a recupera-

⁴ Transcrito do jornal *Folha de S. Paulo* de 25.4.2004. O autor é Embaixador, Secretário-Geral da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Foi Ministro da Fazenda.

ção de preços dessas *commodities*. Em 2002, a China superou o Japão como segundo consumidor mundial, depois dos EUA. Em 2003, suas importações de bruto cresceram 31%, e até 2025 sua necessidade dobrará, passando de 5,4 milhões de barris por dia a 10,9 milhões e alterando sua parcela do consumo global de 7,1% a 9,2%. O grau de dependência do país em relação ao exterior atingirá 82%.

Dois terços do suprimento provêm do Oriente Médio pela rota marítima de 12 mil quilômetros que separam Ormuz de Xangai. Controlada pela poderosa armada naval americana, essa rota constitui, com a dependência comercial chinesa do mercado dos EUA, um dos dados essenciais para compreender a crescente aproximação política-econômica entre Pequim e Washington.

Da perspectiva da produção, o escândalo Shell reabriu a polêmica sobre o esgotamento das reservas, inaugurado há mais de meio século pelo geólogo americano King Hubbert, com os primeiros cálculos precisos sobre a época em que se atingiria o pico da produção, iniciando-se, a partir de então, declínio irreversível. Existe mesmo hoje em dia uma entidade, a Aspo (Association for the Study of Peak Oil and Gas), especializada em estimativas do pico e reunindo os "pessimistas" da indústria petrolífera. Embora nesse setor a controvérsia seja ainda elevada, os cálculos mais aceitos combinam as reservas da Opep, da antiga União Soviética e dos quarenta e tantos demais produtores importantes (cerca de 2,2 trilhões de barris de reserva), projetando que a produção alcançaria um pico de 80 milhões diários de barris entre 2010 e 2021. Acrescentando o óleo não-convenional, mais caro, o resultado-síntese é que o pico da produção de todas as fontes seria de aproximadamente noventa milhões de barris/dia por volta de 2015, em pouco mais de uma década.

A produção diária atual é de 75 milhões de barris. A fim de satisfazer a demanda calculada para 2015, seria necessário produzir, em termos adicionais ao nível atual, mais sessenta milhões de

barris ao dia. Para tanto, o mundo precisaria descobrir e operar em poucos anos mais do que dez novas áreas produtivas, cada uma do tamanho do Mar do Norte, o que parece francamente impossível. É por essas razões objetivas que a tendência a um aumento sensível e contínuo no preço do petróleo é estrutural, não apenas fruto de manipulações do mercado. O aperto nos preços, segundo as especulações mais preocupantes, pode vir dentro de cinco anos (2010), com um primeiro choque elevando o barril a US\$ 50. Em 15 anos, o preço poderia dobrar a US\$ 100.

As consequências são difíceis de imaginar em toda a extensão, pois o petróleo representa 40% da energia comercializada e 90% do combustível para transporte. Mas não é só isso. Quase tudo, além dos carros, caminhões, aviões, navios, depende do petróleo, a começar pela petroquímica, os fertilizantes, plásticos, sem mencionar os armamentos e o poder militar. A civilização moderna, tal como a conhecemos, alimenta-se de óleo.

O pior é que o esgotamento das reservas do Canadá, do México e do Mar do Norte tornará o mundo mais dependente das zonas mais instáveis: Oriente Médio, Cáucaso, Ásia central, Golfo da Guiné. Os EUA terão de importar, sobretudo dessas regiões, 11 milhões de barris ao dia atualmente, passando a 18,5 milhões em 2020, o equivalente aos consumos da China e da Índia somados. Não é preciso, assim, ser adepto de teorias conspiratórias da história para compreender por que essa realidade impulsiona a adoção pelos EUA de uma geoestratégia de forte componente petrolífero.

Haveria uma alternativa de maior sabedoria: aceitar o Protocolo de Kyoto, reduzir com determinação o consumo de combustíveis fósseis e investir rapidamente em fontes renováveis de energia, a principiar pelo etanol. Até quando teremos de esperar para convencer-nos de que crises como a do Iraque e as catástrofes climáticas não nos deixam outra escolha? ☽

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2003

TÍTULOS

ACORDO DE COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-NAMÍBIA COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL, O - Roberto Carvalho de Medeiros, nº 795, p. 143-166

AÇÃO MILITAR E POLÍTICA DE D. JOÃO VI NO BRASIL - L. P. Macedo Carvalho, nº 795, p. 4-10

ADMINISTRAÇÃO PELA QUALIDADE TOTAL - UM MODELO DE GESTÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO - João Paulo Da Cás, nº 796, p. 54-62

AMEAÇAS TRANSNACIONAIS E SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO: UM PAPEL PARA O MILITAR? - Paul L. Smith, nº 797, p. 100-114

BRASIGUAIOS: TERRITÓRIO E JOGOS DE IDENTIDADE - Marcelo Santa Bárbara, nº 795, p. 35-43

CAXIAS E A POLÍTICA - Luiz Carlos Carneiro de Paula, nº 796, p. 37-41

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DE CRISES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

- Antonio Eudes Lima da Silva, nº 797, p. 40-50

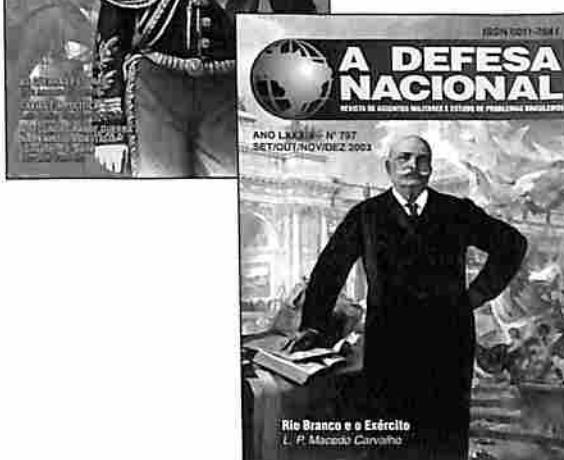
CRIMÉIA: A GUERRA PROTOTECNOLÓGICA

- João Carlos Jânio Gigolotti, nº 795, p. 60-72

CONVENÇÕES DE GENEbra EM FACE DAS NOVAS CONCEPÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL, AS - Carlos Henrique Guedes, nº 795, p. 51-59

DEFESA NACIONAL NA ORDEM DO SÉCULO XXI - Mario César Flores, nº 797, p. 67-79

DOUTRINA RUMSFELD: NOVO PARADIGMA DA GUERRA MODERNA? - João Fábio Berthonha, nº 797, p. 178-180



ECONOMIA E ORÇAMENTO PARA A DEFESA - Carlos Wellington Leite de Almeida, nº 797, p. 80-99

EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS NA AMÉRICA - Walmir Fonseca Azevedo Pereira, nº 795, p. 73-82

ENFRENTANDO O GIGANTE - Walter Nilton Pina Stoffel, nº 796, p. 120-134

ESTADO-NAÇÃO x GLOBALIZAÇÃO - Wilson Mendes Lauria, nº 795, p. 27-34

- ESTADO: APRECIAÇÃO SOB QUATRO ENFOQUES, O - Manuel Cambeses Júnior, nº 796, p. 91-98
- ESTADO COMO REALIDADE POLÍTICO-JURÍDICA, O - Reis Friede, nº 796, p. 99- 108
- ESTRATEGISTA RUMSFELD, O - Jarbas Passarinho, nº 797, p. 181-183
- EUA VÊEM O MUNDO, COMO OS - Rui Yutaka Matsuda, nº 797, p. 51-66
- EVOLUÇÃO DO PÁRA-QUEDISMO MILITAR E OS PRECURSORES PÁRA-QUEDISTAS, A - Elder Freire Silveira Filho, nº 796, p. 109-119
- FRAGMENTAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA COLETIVA E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA LATINO-AMERICANA, A - Felipe Kern Moreira, nº 795, p. 93-103
- FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA - Nilson Kasumi Nodiri, nº 796, p. 15-19
- “GEOPOLÍTICA E MODERNIDADE”, DO GENERAL MEIRA MATTOS, O LIVRO - Phil Kelly, nº 796, p. 170-177
- GESTÃO DE CIÉNCIA E TECNOLOGIA PARA A FORÇA TERRESTRE: DESAFIO SINGULAR DE ESTADO-MAIOR - Antonio Cesar Castro de Sordi, Pedro Soares da Silva Neto e Mauro Guedes Ferreira Mosqueira Gomes, nº 796, p. 63-77
- GESTÃO MODERNA E A LOGÍSTICA ORGANIZACIONAL - COMO MELHORAR O DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SUPRIMENTO, A - Ricardo Marques Figueiredo, nº 796, p. 78-90
- GUERRAS FUTURAS, AS - L. P. Macedo Carvalho, nº 796, p. 4-14
- INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NA ECUME, A - Ary Pelegrino Filho, nº 795, p. 133-142
- INTERCÂMBIO MILITAR NAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DO SUL - Hélio Fernando Rosa de Araújo, nº 795, p. 83-92
- OPERATIV - Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, nº 797, p. 28-39
- NA LEI OU NA MARRA, COM SANGUE OU COM FLORES - Jorge Batista Ribeiro, nº 797, p. 161-166
- NECESSIDADE DO REEQUIPAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, A: O EXEMPLO DO CASO PANTHER - Renato Amado Peixoto, nº 795, p. 44-50
- PAN-ISLAMISMO RADICAL E A ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL, O - João Marques de Almeida, nº 795, p. 104-115
- PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PAZ DO CHACO: UM TRIBUTO AOS NOSSOS PRIMEIROS OBSERVADORES MILITARES, A - Marco Antonio de Freitas Coutinho, nº 797, p. 23-27
- PEDRA ANGULAR DA ENFERMAGEM MILITAR: AS IRMÃS DE CARIDADE NO HOSPITAL MILITAR DA GUARNIÇÃO DA CORTE (1864-1870) - Carla Christina Passos e Ieda de Alencar Barreira, 1ª parte, nº 796, p. 135-148, e 2ª parte, nº 797, p. 135-160.
- PERCEPÇÃO CRÍTICA DA ESTRATÉGIA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA, UMA - Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, nº 796, p. 20-27
- PODER MILITAR - Reis Friede, nº 795, p. 116-132
- PUBLICAÇÕES MILITARES VISTAS COMO DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE INTEGRADA E SOLIDÁRIA, AS - Luiz Eugênio Duarte Peixoto, nº 795, p. 167-169
- RECORTES HISTÓRICOS SOBRE CAXIAS - Cláudio Moreira Bento, nº 796, p. 42-53
- RIO BRANCO E O EXÉRCITO - L. P. Macedo Carvalho, nº 797, p. 4-12
- SAÍDA PARA O PACÍFICO, A - Carlos de Meira Mattos, nº 797, p. 184-185
- SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA, A (sinopse) - Ruy Leal Campello,

- 1^a parte, nº 796, p. 149-169, e 2^a parte, nº 797, p. 115-134.
- SERÁ SÓ A DIPLOMACIA O MELHOR INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NA ATUALIDADE? UMA VISÃO CRÍTICA - Carlos José Russo Assumpção Penteado, nº 796, p. 28-36
- SOCIEDADE, MERCADO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA - Ricardo Vélez Rodríguez, nº 795, p. 11-26
- THEMUDO BARATA, IN MEMORIAM do TENENTE-GENERAL MANUEL FREIRE - Carlos Gomes Bessa, nº 797, p. 186-189
- TRAVESSIA DOS FORTES - Luiz Sérgio Melucci Salgueiro, nº 795, p. 170-172
- TRÊS REFLEXÕES SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI - Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, nº 797, p. 12-22
- VISÃO ESTRATÉGICA DO COMBATE AOS NARCOTRAFICANTES - Ivan Fialho, nº 797, p. 167-177
- ## AUTORES
- ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de - "Economia e orçamento para a Defesa" (nº 797, p. 80-99)
- ALMEIDA, João Marques de - "O pan-islamismo radical e a ordem internacional liberal" (nº 795, p. 104-115)
- ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues - "Uma percepção crítica da estratégia militar terrestre brasileira" (nº 796, p. 20-27) e "OPERATIV" (nº 797, p. 28-39)
- ARAÚJO, Hélio Fernando Rosa de - "Intercâmbio militar nas relações Brasil-África do Sul" (nº 795, p. 83-92)
- BENTO, Cláudio Moreira - "Recortes históricos sobre Caxias" (nº 796, p. 42-53)
- BERTONHA, João Fábio - "A doutrina Rumsfeld: novo paradigma da guerra moderna?" (nº 797, p. 178-180)
- BESSA, Carlos Gomes - "In memoriam: Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata" (nº 797, p. 186-189)
- CAMBESES, Manuel Júnior - "O Estado: apreciação sob quatro enfoques" (nº 796, p. 91-98)
- CAMPELLO, Ruy Leal - "A Segunda Grande Guerra na península da Itália (sinopse)" (nº 796, p. 149-169) e (nº 797, p. 115-134)
- CARVALHO, L. P. Macedo - "Ação militar e política de D. João VI no Brasil" (nº 795, p. 4-10), "As guerras futuras" (nº 796, p. 4-14) e "Rio Branco e o Exército" (nº 797, p. 4-12).
- COUTINHO, Marco Antonio de Freitas - "A participação brasileira na Paz do Chaco: um tributo aos nossos primeiros observadores militares" (nº 797, p. 23-27)
- DA CÂS, João Paulo - "Administração pela qualidade total - um modelo de gestão para os estabelecimentos de ensino de graduação do Exército Brasileiro" (nº 796, p. 54-62)
- DE SORDI, Antonio Cesar Castro e outros - "Gestão de Ciência e Tecnologia para a força terrestre: desafio singular de estado-maior" (nº 796, p. 63-77)
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva - "Três reflexões sobre a Guerra do Paraguai" (nº 797, p. 12-22)
- FIALHO, Ivan - "Visão estratégica do combate aos narcotraficantes" (nº 797, p. 167-177)
- FIGUEIREDO, Ricardo Marques - "A gestão moderna e a logística organizacional - como melhorar o desempenho das organizações militares de suprimento" (nº 796, p. 78-90)
- FILHO, Elder Freire Silveira - "A evolução do pára-quedismo militar e os precursores pára-quedistas" (nº 796, p. 109-119)
- FLORES, Mario César - "Defesa nacional na ordem do Século XXI" (nº 797, p. 67-79)

ÍNDICE REMISSIVO

- FRIEDE, Reis - “Poder militar” (nº 795, p. 116-132) e “O Estado como realidade político-jurídica” (nº 796, p. 99-108)
- GIGOLOTTI, João Carlos Jânio - “Criméia: a guerra prototecnológica” (nº 795, p. 60-72)
- GUEDES, Carlos Henrique - “As convenções de Genebra em face das novas concepções do direito internacional” (nº 795, p. 51-59)
- KELLY, Phil - “O livro ‘GEOPOLÍTICA E MODERNIDADE’, do General Meira Mattos” (nº 796, p. 170-177)
- LAURIA, Wilson Mendes - “Estado-nação x Globalização” (nº 795, p. 27-34)
- MATTOS, Carlos de Meira - “A saída para o Pacífico” (nº 797, p. 184-185)
- MATSUDA, Rui Yutaka - “Como os EUA vêem o mundo” (nº 797, p. 51-66)
- MEDEIROS, Roberto Carvalho de - “O Acordo de Cooperação Militar Brasil-Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (nº 795, p. 143-166)
- MOREIRA, Felipe Kern - “A fragmentação do sistema internacional de segurança coletiva e os desafios da segurança latino-americana” (nº 795, p. 93-103)
- NODIRI, Nilson Kasumi - “Fundamentos da estratégia” (nº 796, p. 15-19)
- PASSARINHO, Jarbas - “O estrategista Rumsfeld” (nº 797, p. 181-183)
- PASSOS, Carla Christina e - “A pedra angular da enfermagem militar: as Irmãs de Caridade no Hospital Militar da guarnição da Corte (1864-1870)” (nº 796, p. 135-148) e (nº 797, p. 135-160)
- PAULA, Luiz Carlos Carneiro de - “Caxias e a política” (nº 796, p. 37-41)
- PEIXOTO, Luiz Eugênio Duarte - “As publicações militares vistas como desafio para a construção de uma sociedade integrada e solidária” (nº 795, p. 167-169)
- PEIXOTO, Renato Amado - “A necessidade do reequipamento das Forças Armadas: o exemplo do caso Panther” (nº 795, p. 44-50)
- PELEGRINO FILHO, Ary - “A influência da Missão Militar Francesa na ECEME” (nº 795, p. 133-142)
- PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção - “Será só a diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica” (nº 796, p. 28-36)
- PEREIRA, Walmir Fonseca Azevedo - “Empreendimentos estratégicos na Amazônia” (nº 795, p. 73-82)
- RIBEIRO, Jorge Batista - “Na lei ou na marra, com sangue ou com flores” (nº 797, p. 161-166)
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez - “Sociedade, mercado e desenvolvimento na América Latina” (nº 795, p. 11-26)
- SALGUEIRO, Luiz Sérgio Melucci - “Travessia dos Fortes” (nº 795, p. 170-172)
- SANTA BÁRBARA, Marcel - “Brasiguaios: território e jogos de identidade” (nº 795, p. 35-43)
- SILVA, Antonio Eudes Lima da - “Considerações sobre o gerenciamento de crises político-estratégicas” (nº 797, p. 40-50)
- SMITH, Paul L. - “Ameaças transnacionais e sobrevivência do Estado: um papel para o militar?” (nº 797, p. 100-114)
- STOFFEL, Walter Nilton Pina - “Enfrentando o gigante” (nº 796, p. 120-134)

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editora ltda.

Ligue e comprove a diferença.

(24) 2237-3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.